



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E
DIVERSIDADE CULTURAL**



CRISTIANE TAVARES SANTOS MELO

**A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ALTAMIRANDO
REQUIÃO: A BAHIA DO SÉCULO XVII EM *O BALUARTE***

Feira de Santana, BA
2013

CRISTIANE TAVARES SANTOS MELO

**A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ALTAMIRANDO
REQUIÃO: A BAHIA DO SÉCULO XVII EM *O BALUARTE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, da Universidade Estadual de Feira de Santana, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Literatura e Diversidade Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Adeíto Manoel Pinho

Feira de Santana, BA
2013

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

M485p Melo, Cristiane Tavares Santos
A produção literária de Altamirando Requião : a Bahia do século XVII em *O Baluarte* / Cristiane Tavares Santos Melo. – Feira de Santana, 2013. 121 f. : il.

Orientador: Adeítalo Manoel Pinho.

Mestrado (dissertação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural, 2013.

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Requião, Altamirando – Crítica e interpretação. 3. Memória cultural – Bahia. I. Pinho, Adeítalo Manoel, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

CDU: 869.0(81)-31.09

CRISTIANE TAVARES SANTOS MELO

**A PRODUÇÃO LITERÁRIA DE ALTAMIRANDO REQUIÃO:
A BAHIA DO SÉCULO XVII EM *O BALUARTE***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural – PPGLDC da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito para obtenção do título de Mestre em Literatura.

Aprovada em 03 de maio de 2013

Prof. Doutor Adeílato Manoel Pinho
Orientador – UEFS

Prof. Doutor Cláudio Veiga Novaes
UEFS

Profa. Doutora Ivira Iracema Duarte Alves
UFBA

AGRADECIMENTOS

Jamais seria possível chegar ao final dessa trajetória se não tivesse, ao meu redor, pessoas que sempre compreenderam as minhas escolhas e me motivaram a batalhar Por elas.

Aos meus familiares, pelo apoio incondicional. Em especial, ao meu pai, pelo exemplo e pela boa vontade demonstrada em todos os momentos em que busquei seu subsídio. À minha irmã Leiliane, minha amiga, pela dedicação com que cuidou do meu filho quando precisei me ausentar em função dos compromissos acadêmicos; à Michelle Dantas, amiga sempre presente, pelas palavras de incentivo nos muitos momentos de ansiedades e inseguranças, vivenciados durante essa etapa da minha formação; e à minha afilhada Sarah de Oliveira e à Cristina Campos, pela disponibilidade e atenção com que sempre atenderam aos meus pedidos de auxílio.

Ao meu orientador e atual coordenador deste curso, o professor Doutor Adeíto Manoel Pinho, por ter me apresentado Altamirando Requião, ainda no curso de Especialização, pelas recomendações sempre pertinentes e por ter-me feito perceber, a tempo, a relevância desse trabalho de pesquisa.

À Universidade Estadual de Feira de Santana, aos meus colegas de turma e aos docentes, do Programa de Pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural, por terem me proporcionado momentos valiosos de aprendizado e crescimento intelectual.

À Academia de Letras da Bahia, que me ofereceu condições de pesquisa ao acervo pessoal do autor, bem como aos seus funcionários pela atenção e disponibilidade com que me receberam.

Concebi o plano de uma obra histórica, genuinamente nacional, através do romance descritivo e principiei a realizá-lo, servindo-me do ambiente desta velha cidade, ao tempo em que ela começava nas Portas de Santa Catarina (depois Portas do Carmo) e morria nas portas de Santa Luzia (mais tarde Portas de São Pedro). Guerra, amor, ódio, reabilitação (SIC), eis o livro cuja finalidade é fazer devida justiça a vultos do passado de nossa terra!. (REQUIÃO, 1940, p. 4)

[...] a narrativa ficcional construída como memória perfeita atinge os projetos da civilização naquilo que lhe é mais caro: as suas verdades e convicções. Ao abarcar a diversidade do seu estofo técnico e conteudístico, aprofundando-se mais e mais na carne da vida, a ficcionalidade se aproxima desta memória, arriscando devassá-la. (PINHO, 2011, p. 34)

RESUMO

Contemporâneo de Jorge Amado, Carlos Chiacchio, Rui Barbosa, Afrânio Peixoto, entre outros, Altamirando Requião dedicou-se à poesia e ao romance, mas suas atuações no jornalismo e na política acabam tomando a maior parte do espaço de suas atividades. Foi proprietário do jornal *Diário de Notícias* e atuou também como colaborador em outros periódicos e revistas da Bahia e do Rio de Janeiro, onde publicou muitos artigos e ensaios. O presente trabalho propõe-se a estudar a memória cultural da Bahia do século XVII, a partir do romance histórico *O Baluarte* (1976). Utilizaremos também alguns textos do autor, publicados em periódicos, como subsídio para analisar o romance. Para tanto, primeiramente, recuperaremos o autor, situando o seu momento cultural de produção e sua contribuição para a produção literária baiana. Aproveitaremos a oportunidade para analisarmos o fato da supressão das identidades artísticas, como Requião que, apesar de ser um dos membros fundadores da Academia de Letras da Bahia e estar no centro da produção intelectual baiana, não conseguiu fixar seu nome na historiografia oficializada pela crítica literária. Em seguida, analisaremos a obra *O baluarte* (1976), a partir das relações entre literatura e história.

Palavras- chave: Altamirando Requião; Memória cultural; Romance Histórico.

ABSTRACT

Contemporary of Jorge Amado, Carlos Chiacchio, Rui Barbosa, Afrânico Peixoto, among others, Altamirando Requião devoted himself to poetry and novel, but his performances in the journalism and in the politic end up taking the most part of his activities. He was owner of newspaper Diário de Notícias and acted too how collaborator in other newspapers and magazines of Bahia and Rio de Janeiro, where he published many articles and essays. The current work proposes to study the cultural memory of Bahia in the century XVII, through of novel *O Baluarte* (1976). We also will use some texts from owner author, published in journals such as subsidy to analyze the novel. For this, firstly, we will get the authot back, placing his cultural moment of production and contribution for the literary production of Bahia. We will take advantage of opportunity for analyze the fact of the suppression of artistic identities, such as Requião that, in spite of be one of the members founders of Academia de Letras da Bahia and to be in the center of intellectual production from Bahia,too, he didn't get write his name in the official historiography in literary critical. Then we will analyze the work *O Baluarte* (1976), through of relations between literature and history.

Keywords: Altamirando Requião; Cultural Memory; Historic Novel.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS	13
2.1 MEMÓRIA E FICÇÃO	13
2.2 LITERATURA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL	18
3 ALTAMIRANDO REQUIÃO E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DO SÉCULO XX NA BAHIA	26
3.1 UMA BIOGRAFIA ESQUECIDA: A VIDA, ATUAÇÃO CULTURAL E PRODUÇÃO LITERÁRIA	34
3.2 A POESIA	46
3.3 FICÇÃO E HISTÓRIA NA TETRALOGIA DE REQUIÃO	49
4 AS RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO ROMANCE <i>BALUARTE</i> (1940) DE ALTAMIRANDO REQUIÃO	58
4.1 A BAHIA DO SÉCULO XVII EM O <i>BALUARTE</i>	75
4.1.2 Os baluartes, fortes e a Cidade Fortaleza	76
4.1.3 Padre Antônio Vieira	81
4.1.4 A cadeira de arruar	85
4.1.5 A fisionomia da cidade	86
4.1.6 O namoro na Bahia seiscentista	88
4.2 O CARÁTER INTERTEXTUAL DO ROMANCE HISTÓRICO DE REQUIÃO	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98
APÊNDICE	103
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Se o que é importante realmente retorna, talvez isto explique o motivo pelo qual este tema de pesquisa tenha me escolhido pela segunda vez. O primeiro contato com o Altamirando Requião e com o romance *O Baluarte* (1976)¹ deu-se no curso de Especialização em Estudos literários, em 2008, na UEFS, durante uma aula com o professor Adeíto Pinho, hoje orientador deste estudo. Contudo, apesar da oportunidade ter sido motivadora, outras circunstâncias me levaram a produzir a monografia final sobre diferente autor e perspectiva. Quem sabe, naquela época, não tivesse compreendido a importância da realização de um trabalho desta natureza.

Em 2011, iniciei o curso de mestrado no Programa de Literatura e Diversidade Cultural com o mesmo objeto estudado na especialização. Contudo, em setembro de 2011, durante uma conversa com o professor Adeíto Pinho, fui fisgada pelo desafio de produzir um trabalho inédito, posto que, até o momento, não encontramos nenhum estudo aprofundado sobre Altamirando Requião e sua produção literária. A mudança de perspectiva temática ocorreu, sobretudo, pela obtenção da consciência de que a minha contribuição, como estudante de literatura, seria muito mais significativa ao tratar da recuperação de um autor baiano desconhecido e contribuir para a manutenção da memorial cultural da Bahia.

Esta pesquisa é uma das atividades desenvolvidas no projeto de Pesquisa *A Literatura de Jornal em periódicos brasileiros*, realizado no Centro de Pesquisa em Literatura e Diversidade Cultural do Programa de Pós-Graduação em Literatura e Diversidade Cultural da UEFS, sob a coordenação do professor Doutor Adeíto Manoel Pinho. O projeto aludido visa a identificação, catalogação e organização em meio impresso e digital de jornais e revistas, circunscritos ao território brasileiro ou estrangeiros, vinculados por identidades visíveis (ideológicas, literárias e outras) e por um espaço temporal especificado.

Sabe-se que embora muitos intelectuais baianos tenham ficado de fora do cânone modernista, muitas figuras atuaram ativamente na produção literária desse momento e deixaram um legado importantíssimo, porém desconhecido, para a história da literatura baiana. O desconhecimento de personalidades respeitáveis, como Xavier Marques, Altamirando Requião, Sosígenes Costa, Carlos Chiacchio, Pedro Kilkerry, Francisco Mangabeira, Ana Ribeiro de Góis Bittencourt, entre outros, por parte dos estudiosos das letras, representa uma grande perda para os estudos literários e culturais da Bahia.

¹A primeira edição do romance *O Baluarte* foi publicado em 1940. Contudo, utilizamos a segunda edição da obra, publicada em 1976, durante a realização deste estudo.

Altamirando Requião, por exemplo, foi contemporâneo de Jorge Amado, Carlos Chiacchio, Rui Barbosa, Afrânio Peixoto e dedicou-se aos diversos gêneros da literatura, como à poesia e ao romance. Atuou como jornalista e proprietário do jornal *Diário de Notícias*, da Bahia, também como colaborador em outras revistas e jornais baianos e cariocas, onde publicou vários artigos e ensaios. Participou ainda da vida política do país, como Deputado Federal por dois mandatos. Entretanto, embora possua uma vasta produção e tenha participado ativamente da vida cultural de seu tempo, encontra-se apagado da memória literária baiana.

Sendo assim, o presente trabalho propõe a recuperação do autor e o estudo da memória cultural da Bahia do século XVII, a partir do romance histórico *O Baluarte* (1976), bem como de alguns textos do autor, publicados em periódicos, que serão também utilizados como subsídio para analisar o romance. Pretendemos analisar os aspectos culturais da cidade de Salvador – BA citados na obra, tomando tais reflexões como premissas para que igualmente possamos discutir as relações entre literatura e história.

O Baluarte (1976), romance ao qual se dedicará este estudo, narra episódios e contradições que permearam o contexto da Invasão Holandesa na Bahia. Nesse romance, o autor tece um panorama do momento cultural da Bahia no século XVII, nos anos de 1623 e 1624, trazendo informações sobre a arquitetura predominante da cidade de Salvador, as transformações urbanas ocorridas nesse período, a participação dos jesuítas no cenário da guerra, as implicações dos interesses políticos e familiares durante o conflito e os dramas amorosos em meio ao turbilhão de acontecimentos que marcaram o período.

O romance *O baluarte* é o primeiro da série de ficção histórica denominada “Crônica do Século XVII”, publicada pelo autor, que compreende quatro romances. Os outros três são: *Dom Marcos* (1976), *O Bravo Capitão* (1984) e o *Grande Fracasso* (1984). Nesta série, Requião aborda o momento histórico das invasões holandesas na região Nordeste. Os três primeiros tratam da segunda invasão holandesa na Bahia; e o último, da ocupação holandesa em Pernambuco.

Nosso trabalho foi dividido em etapas que possibilitaram a obtenção dos resultados ora apresentados. Primeiramente, fizemos o levantamento bibliográfico a respeito da biografia e produção literária do autor. Como se trata de um autor desconhecido, neste primeiro momento, buscou-se, estratégias de leituras que nos levassem a fontes relacionadas ao autor.

Em seguida, partimos para a segunda fase da pesquisa que se constituiu da investigação e estudo dos documentos pessoais do autor, arquivados na Academia de Letras da Bahia. O acervo é composto por uma variedade de documentos, como de

correspondências; cadernos de anotações e/ou estudos, usados pelo jornalista para registrar trechos bíblicos importantes e citações; recortes de jornais de notícias, artigos publicados em vários periódicos e revistas; discursos lidos em cerimônias e solenidades; textos originais das obras produzidas; poemas, pensamentos e reflexões pessoais do autor; e fotografias.

O acesso a essas informações proporcionou-nos o conhecimento acerca da dimensão da produção literária de Requião e da sua trajetória como jornalista, político e escritor. Todos os subsídios colhidos nessa etapa nos permitiu também recuperar, parcialmente, o clima cultural, vivenciado pela Bahia nos primeiros anos do século XX.

Na sequência, partimos para o estudo do romance *O baluarte* (1976). Durante o período da investigação, e ao passo em que a pesquisa foi ganhando sustentação e as descobertas foram surgindo, algumas partes que constituem este trabalho foram apresentadas e/ou publicadas em seminários, congressos e colóquios.

A dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, intitulado “A memória e metaficção historiografia”, apresentaremos um panorama geral do enquadramento teórico e conceitual que norteou este estudo. Os aspectos particulares dos conceitos de “memória” e as relações entre Literatura e História serão desenvolvidos, respectivamente, nos subtópicos “Memória e ficção” e “Literatura e História: um diálogo possível”.

No capítulo seguinte, “Altamirando Requião e a produção literária do século XX na Bahia”, discorreremos sobre as condições culturais da Bahia, no início do século em questão, e os aspectos que influenciaram na pouca visibilidade da produção literária no estado em comparação a outros centros. Destacaremos os primeiros grupos literários que surgiram no referido período, bem como as possíveis causas do apagamento da produção literária, na Bahia, nas primeiras décadas do século. Ressaltaremos ainda, a importância da pesquisa de fontes para a recuperação da memória e produção literária do autor estudado.

Na subseção nomeada “Uma biografia esquecida: a vida, atuação cultural e produção literária de Requião” apresentaremos os aspectos essenciais da biografia de Altamirando Requião, enfocando principalmente a sua atuação no cenário cultural da Bahia, no século XX, por meio da atividade jornalística, produção literária e atuação política. Para tanto, lançaremos mão das fontes encontradas durante a pesquisa no arquivo pessoal do autor, a fim de compor um perfil da sua personalidade e esboçar o caráter da sua produção literária. Exibiremos o conteúdo dos arquivos encontrados no acervo do jornalista, como por exemplo, a participação em algumas polêmicas que o colocaram em evidência no período em que trabalhou no *Diário de Notícias*. Nos tópicos subsequentes, faremos um delineamento da trajetória dele no campo literatura.

No último capítulo, denominado “As relações entre Literatura e História no romance *O baluarte* (1976) de Altamirando Requião”, partiremos para o estudo do romance citado. Traçaremos o perfil do romance histórico de Requião. Por fim, analisaremos também as interconexões entre o seu projeto ficcional e alguns elementos da metaficção historiográfica, proposta por Linda Hutcheon, na obra *Poética do Pós – Modernismo: história, teoria e ficção* (1991).

Na sequência, apresentaremos outras duas seções intituladas “A Bahia do século XVII em *O baluarte*” e “O caráter intertextual do romance histórico de Requião”, onde apresentaremos, concomitantemente, alguns aspectos culturais da cidade de Salvador - Bahia, no século XVII, que aparecem em meio ao cotidiano narrado em *O Baluarte* (1976); e discorreremos sobre o caráter intertextual do romance em análise.

Por fim, apresentaremos as considerações finais, onde serão expostos os resultados obtidos neste estudo.

2 PERSPECTIVAS TEÓRICAS

2.1 MEMÓRIA E FICÇÃO

Desde a antiguidade, a discussão sobre o conceito de memória faz-se presente entre estudiosos e filósofos. Tanto de acordo com a tradição filosófica, como com o senso comum, a memória refere-se à reminiscência ou à capacidade de recuperar algo que foi esquecido. Paolo Rossi (2010) esclarece que, para Aristóteles, “a memória precede cronologicamente a reminiscência e pertence à mesma parte da alma que a imaginação: é uma seleção de imagens com acréscimo de uma referência temporal.” Contudo, essa reevocação não é uma atividade passiva, trata-se da recuperação de um conhecimento ou sensação vivenciada anteriormente, sendo assim, recordar exige um esforço da mente. O autor salienta ainda que enquanto “a memória é de homens e animais, a reminiscência é só humana.” (ROSSI, 2010, p. 16)

Enquanto que a memória e a reminiscência, na tradição aristotélica, estão atreladas ao mundo dos fenômenos ou da psicofisiologia; na tradição platônica, esta forma de conhecimento está vinculada à doutrina misteriosófica da reencarnação, como diferencia Paolo Rossi:

a anamnese platônica não deriva dos sentidos: é uma reconhecimento de essências, de coisas tangíveis e universais. Todo conhecimento é uma forma de lembrança e a anamnese atua num nível que não é o da empiria e da psicologia. (ROSSI, 2010, p. 16)

Rossi (2010) fala ainda sobre a conservação dos termos e temas da tradição platônica e gnóstica hermética, como “memória e reminiscência”, “olvido e esquecimento”, em correntes da filosofia contemporânea, como o Heideggerianismo. Na obra de Heidegger, a questão da ambiguidade ocupará lugar central e o antigo tema platônico da reminiscência assumirá outra conotação, ao relacionar a “memória” e o “olvido”, mostrando como algumas palavras-chave da tradição hermética persistem ao tempo.

Para o autor, a memória faz-se muito presente entre as discussões atuais, devido à existência de uma grande demanda do passado ainda não suprida, por este motivo há a renovação constante do interesse de temas que pareciam superados ou marginais, “tanto para os teóricos da invasão geral da técnica do mundo moderno, quanto para os teóricos da superação do capitalismo e da revolução mundial: o localismo, o nacional, o regional, o urbano, o bairro, as minorias, os grupos, suas culturas, etc.” (ROSSI, 2010, p. 25)

Maurice Halbwachs (2004) define a memória em três categorias: a memória individual, a memória coletiva e memória histórica. Ele baseia-se na premissa de que a memória individual é criada sempre com base na memória coletiva, já que as lembranças são formadas no interior de um grupo. Sendo assim, destaca o poder dos diversos pontos de referência, constituintes da nossa memória que estão implantados na memória coletiva, como os monumentos históricos, o patrimônio arquitetônico e o seu estilo, as paisagens, as datas e personagens históricos, as tradições, os costumes.

Halbwachs pertence à tradição durkheimiana que concebe os fatos sociais como coisas. Para ele, a soberania da memória coletiva sobre a individualizada é que garante o sentimento de coesão e pertencimento a um grupo social. Dessa forma, não idealiza a primeira como uma imposição ou forma de dominação, mas como uma forma de coesão social, realizada através da aderência afetiva ao grupo, daquilo que ele denomina como “memória afetiva”. É por isto que Michael Pollak, em *Memória, esquecimento e silêncio* (1989), ao fazer referência às ideias de Halbwachs, afirma que, “Na tradição europeia do século XIX, a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva.” (POLLAK, 1989, s/p)

Para conciliar a memória coletiva e as memórias individuais, além de haver certa seletividade de toda recordação, ocorre também, segundo Halbwachs, um processo de negociação, pois nossa memória não conseguirá se beneficiar dos outros, caso não concorde com suas retentivas. Portanto, é preciso que “haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum.” (HALBWACHS, 2004, p. 12)

Halbwachs certifica a importância das percepções acrescidas pela memória histórica. Neste contexto, “os quadros coletivos da memória não se resumem em datas, nomes e fórmulas, eles representam correntes de pensamento e de experiência onde reencontramos nosso passado, porque este foi atravessado por isso tudo.” (HALBWACHS, 2004, p.71). Ela sustenta-se sobre “passado vivido”. E este consente a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita” (HALBWACHS, 2004, p.75).

Michael Pollak reconhece o caráter problemático da memória coletiva e salienta que novos paradigmas veem o fenômeno de maneira diferenciada como Halbwachs a concebe. Para Pollak (1989), já não é mais possível lidar com os fatos sociais como coisa, “mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisa, como e porque eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade.” (POLLAK, 1989, s/p). No que concerne à memória coletiva, a

nova abordagem irá zelar tanto pelos processos, quanto pelos atores que participam do trabalho de constituição e formalização das memórias. Dessa maneira, ao contrário do que afirma Halbwachs, ressalta o caráter pernicioso da imposição de uma memória coletiva:

Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional, por outro lado essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são recolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, s/p)

Pollak (1989) discorre ainda sobre as contribuições dos instrumentos da história oral para as "memórias subterrâneas" que afloram em momentos de crise e causam conflitos e disputas, em detrimento dos fatores de continuidade e estabilidade impostos pela memória oficial coletiva. Para tanto, ilustra como esta particularidade da memória são encenadas, sobretudo, nas batalhas da memória ocorridas no século XX, na Europa, analisando a memória de dissidentes soviéticos, de prisioneiros de campos de concentração e de trabalhadores forçados da Alsácia. Toda explanação é norteada pela discussão acerca dos limites entre o "esquecido" e o "não dito", além do trabalho de "configuração" da memória.

A memória, enquanto função psíquica, possibilita ao homem atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele ainda representa como passadas. Ela é um elemento essencial na constituição das identidades individuais ou coletivas, uma vez que a falta dela pode trazer transtornos tanto para o indivíduo em si, quanto para a coletividade. Ela pode materializar-se por meio da oralidade ou das formas escritas. Refletir sobre o tema, como afirma Le Goff (1996), é abordar os problemas do tempo e da história. Sendo assim, a discussão sobre o termo é essencial, pois tanto a memória individual, quanto a coletiva, foi e é utilizada como mecanismo de censura.

[...] a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (LE GOFF, 1996, p. 426)

Ao fazer um passeio pela memória, desde as sociedades ágrafas até o século XX, Jaques Le Goff destaca o conceito de memória, utilizado por Leroi-Gourhan que a concebe, em seu sentido lato, como a base “sobre a qual se inscrevem as concatenações dos atos” (LE

GOFF, 1996, p. 424-425) e cita os três tipos de memória mencionados pelo antropólogo: a memória específica, que define a fixação dos comportamentos de espécies, animais; a étnica, que assegura a reprodução de comportamentos nas sociedades humanas; e a artificial (eletrônica), que, em sua forma mais recente, assegura, sem recurso ao instinto ou à reflexão, a reprodução de atos mecânicos encadeados.

O teórico francês discorre sobre a memória coletiva e a importância do estudo da memória social para a compreensão dos problemas do tempo e da história. Ressalta ainda a necessidade de, ao se estudar a memória histórica, dar uma atenção especial às diferenças entre as sociedades de memória fundamentalmente oral e as de memória essencialmente escrita; e aos períodos de transição da fase da oralidade para a escrita. Isto porque, além de a memória coletiva ser uma conquista, ela é também um instrumento e um objeto de poder, principalmente nas sociedades em que a memória social é predominantemente pautada na oralidade ou quando estas ainda passam por um processo de construção da memória coletiva escrita.

Le Goff (1997) destaca a importância que a memória coletiva desempenhou na evolução das sociedades na segunda metade do século XX:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência ou pela promoção. [...] é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (Grifos do autor) (LE GOFF, 1996, p. 475-476)

No Ensaio “Perfeitas memórias: literatura, experiência e invenção”, um dos textos que compõe a obra *Perfeitas Memórias* (2011), Adeíto Manoel Pinho tematiza a memória e sugere que a narrativa é a expressão mais perfeita da atuação da memória. O autor a define como “uma instância cultural, cuja significação é capaz de articular duas áreas do conhecimento: a) o local humano da lembrança do cérebro; e b) o local social formado por um grupo de artefatos: museus, histórias orais e escritas etc.” (PINHO, 2011, p. 19)

As duas instâncias, mencionadas acima, ambicionam abrigar experiências e empreendimentos do desgaste provocado pela passagem do tempo. Dessa forma, cita que os museus e cursos de memorização foram criados para tentar conservar os bens culturais e também como estratégia de aprimoramento da memória. Em outro ensaio, intitulado “Narrativa ficcional: a memória perfeita”, Pinho exemplifica sua tese de que narrativa

ficcional é uma construção da memória perfeita, através do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis. Para o ensaísta,

[...] a narrativa ficcional construída como memória perfeita atinge os projetos da civilização naquilo que lhe é mais caro: as suas verdades e convicções. Ao abarcar a diversidade do seu estofo técnico e conteudístico, aprofundando-se mais e mais na carne da vida, a ficcionalidade se aproxima desta memória, arriscando devassá-la, como o faz *Brás Cubas*: apropriando-se da memória de outro/outros, cuja identidade não podemos ver, por um lado, e explicitando sua condição ficcional, é pleno de elaboração e método. (PINHO, 2011, p. 34)

A memória é, sobretudo, um patrimônio da cultura. O ato de narrar faz parte do apoio da experiência humana e é responsável por construções inerentes à sociedade. Dessa forma, é preciso que os estudos literários deem atenção necessária à ação da memória na narrativa ou a transformação da memória individual ou coletiva em narrativa. A ficção possui uma estrutura que ajuda a compreender a reminiscência enquanto processo de resgate e resistência ao esquecimento, como também é um meio privilegiado para apreensão de aspectos que constituem a memória coletiva. Portanto, a literatura também possibilita a transmissão, transformação e condicionamento dessa memória no meio social.

As fontes citadas até aqui servirão como sustentação para pensarmos de que forma o projeto literário de Altamirando Requião representa a memória e a identidade da Bahia. Mostraremos que ao recriar ficcionalmente o período histórico da segunda invasão holandesa, na Bahia colonial, o autor retoma o passado a fim de cumprir a missão de tornar a Bahia mais concreta dentro imaginário brasileiro.

2.2 LITERATURA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

As relações entre literatura e história constituem um dos debates inesgotáveis presentes no universo acadêmico. Desde a Antiguidade Clássica, a ficção e a realidade aparecem como partes constituintes da História, fazendo com que as fronteiras entre ficção e fatos históricos sejam estreitas, pois os historiadores já misturavam acontecimentos reais com fatos mitológicos em seus textos, como vemos abaixo:

Na Antiguidade clássica, a invenção de discursos pelos historiadores que afirmavam dizer a verdade não era considerada uma prática ética. Em outras palavras, escritores gregos e seus públicos não colocavam a linha divisória entre história e ficção no mesmo lugar em que os historiadores a colocam hoje (ou foi ontem?). (BURKE, 1997, p. 108)

Por muito tempo, o diálogo entre essas disciplinas foi travado pela imposição de fronteiras entre ambas. A história sempre deteve o estatuto da racionalidade científica, enquanto a outra, geralmente, é concebida como um saber que se limita ao campo da subjetividade. Faremos, a seguir, um breve percurso pela trajetória da relação entre literatura e história até chegarmos às formas contemporâneas de se pensar as questões concernentes a esse diálogo.

No século XIX, a historiografia positivista rankiana defendeu a oposição entre fato e ficção, fazendo com que as disciplinas ou práticas de cultura fossem explicadas primeiramente pela sua história. A literatura, por exemplo, fora analisada apenas sob o prisma da história da literatura, ou seja, por meio da acumulação de fatos sobre escritores e escritos passados que ofereciam a unidade essencial e a definição do fenômeno contemporâneo.

Após um período, a arte literária ganhou novos estatutos e passou a ser vista mais como um conjunto de procedimentos; assim a literariedade garantiu espaço nessa nova concepção da literatura, contrariando a compreensão de que ela seja apenas uma prática historicamente documentada, como ocorreu outrora. Já a história manteve o estatuto de “reservatório residual para a noção de referência positiva do mundo” e prosseguiu resistindo à ameaça de uma possível relação intrínseca com o paradigma da literariedade. (BANN, 1994, p. 90).

No capítulo “História” presente na obra *História e Memória* (1996), Jacques Le Goff enuncia a dificuldade de tratar de um ramo do conhecimento tão complexo e ambíguo como a História. Por isso, deixa claro que seu objetivo é refletir “sobre a história na temporalidade, situar a própria ciência histórica nas periodizações da história e não a reduzir à visão

européia” (LE GOFF, 1996, p. 17). Entre as questões levantadas pelo autor está a crise da história científica. Ao discorrer sobre o mito que se criou e se estabeleceu nos séculos passados, sobretudo pelos historiadores do século XIX, em relação à objetividade da história, aponta a impossibilidade de concebê-la como uma disciplina exata e absoluta. Para tanto, recorre à contribuição de Paul Ricoeur para pensar o lugar da história e seu estatuto de verdade. Ricoeur afirma que “A história só é história na medida em que não consente nem o discurso absoluto, nem na singularidade absoluta, na medida em que seu sentido, se mantém confuso, misturado (...) A história é na verdade o reino do inexato.” (RICOEUR, 1961 apud LE GOFF, 1996, p. 21). Esta premissa quebra, portanto, a ideia do distanciamento e unicidade do discurso histórico.

Baseada numa nova concepção do fazer histórico, a forma de conceber o passado dentro da historiografia também passará por uma ressignificação. Le Goff (1996) discorre sobre a relação entre passado e presente no discurso da história, como um dos problemas que envolvem a objetividade. O passado era antes ostentado como objeto primordial da ciência histórica. Contudo, de acordo com as propostas de estudos atuais, agora é percebido como uma construção e uma reinterpretação, jamais como algo que tenha sido esgotado em sua totalidade.

Sendo assim, deve-se pensar o passado a partir da sua interação com o presente e não perder de vista que cada época constrói a sua representação de passado histórico, pois é isso que irá definir a função social do passado. O interesse de Le Goff por esta relação diz respeito ao lugar que o passado ocupa nas sociedades. Para ele, a história deve contribuir para que se possa compreender o presente pelo passado, mas também o passado pelo presente, porém o trabalho histórico não deve estar exclusivamente atrelado à cronologia. Sobre a relação entre passado e presente, assevera que:

[...] o passado depende parcialmente do presente. Toda história é bem contemporânea na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável como também legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo ‘objetivo’ do passado sob sua dupla forma (grifos do autor). (LE GOFF, 1996, p. 51)

A ambiguidade inerente ao campo do conhecimento histórico faz também com que o historiador seja impossibilitado de negar as interfaces da história com outros domínios da cultura, como a literatura por exemplo. Como foi aludido anteriormente, no século XIX, a história misturava-se a outras disciplinas, mas primava pela técnica e pela cientificidade. Os

historiadores ambicionaram o distanciamento entre a história científica e a literatura, posto que, de acordo com os discursos da ciência, esta última era concebida apenas como uma forma de representação artística e, por isso, lançava mão apenas de visões subjetivas para representar a realidade. Entretanto, historiadores contemporâneos enfatizam o caráter artístico da história e, sobretudo, o viés histórico da literatura. Tornou-se evidente que, apesar do fazer literário ser, aparentemente, menos rigoroso e mais ambíguo, a literatura pode também representar memórias e identidades, e ainda funcionar como um instrumento capaz de denunciar injustiças e politizar leitores.

O século XX trouxe evoluções que moldaram as atividades dos ramos da história. O advento da linha de estudos da História Cultural aponta para a necessidade de se estudar os fatos históricos a partir da investigação das práticas culturais. O conceito da História Cultural começou a ser pensado por Émile Durkheim e por Marcel Mauss no início do século XX, mas teve Roger Chartier como importante divulgador do novo projeto. Atualmente, teóricos como Le Goff têm contribuído para a conquista da legitimidade acadêmica da história cultural, ou da "nova história cultural", como denomina Lynn Hunt (2001).

Os teóricos desse campo da história buscam novas ferramentas para interpretar e abordar a história, através de outras áreas do conhecimento como a economia, a antropologia, psicologia e, sobretudo, a crítica literária. As teorias literárias, por exemplo, têm ensinado aos historiadores a reconhecer o papel da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica. No entanto, embora a dimensão literária da experiência social propicie uma abertura de horizontes nos campos de estudo da história, alguns historiadores veem essa imbricação como uma ameaça e defendem a permanência da disciplina dentro dos limites tradicionais de sua prática.

Lloyd S. Kramer (2001) ressalta a importância de Hayden White e Dominique Lacapra para a constituição das novas formas sobre a compreensão histórica contemporânea. Apesar dos dois teóricos divergirem, em alguns aspectos, em relação à abordagem crítico-literário da história, eles exploram as virtudes desta disciplina da história intelectual que enfatiza a filosofia, a literatura e os escritos teóricos de culturas do passado.

White e Lacapra admitem que o estudo da história é, de certo modo, o estudo da linguagem. Por isso, se aproximam da crítica literária e das grandes obras da tradição literária, com intuito de compreender qual o melhor tipo de modelo linguístico o historiador deve usar no seu trabalho. Através da relação entre a crítica literária e a história é possível “cruzar as fronteiras da “verdadeira histórica” e adentrar o território de culturas adventícias. (Grifos do autor) (Kramer, 2001, p. 144)

Estes novos paradigmas sobre o pensamento e o fazer histórico não pretendem, entretanto, transformar literatura e história em um mesmo ramo do saber, mas aproximar as duas disciplinas, mostrando como ambas utilizam ferramentas comuns. Hayden White (1994) diz que é preciso revisar a discussão, proposta inicialmente por Aristóteles, que distingue a Poesia e a História, uma vez que a proposição de uma separação radical teria se desdobrado nos discursos convencionalmente estabelecidos, usados para diferenciarem o discurso poético do discurso histórico. Para tanto, defende que, embora cada uma das áreas possua suas especificidades, o discurso histórico também pode ser concebido como uma obra de arte:

Se há um elemento histórico em toda poesia, há um elemento da poesia em cada relato histórico [...] E isto porque a história não apresenta objeto que se possa estipular como sendo unicamente seu; ela sempre é escrita como parte de uma disputa entre figurações poéticas conflitantes a respeito daquilo em que o passado poderia consistir. (WHITE, 1994, p. 115)

Para Sandra Jatahy Pesavento (2006), a relação entre literatura e história começa a se redimensionar, sobretudo, a partir dos estudos sobre o imaginário quando se abriu novas possibilidades de enxergar a história. Ela ressalta que os novos estudos desenvolvidos no Brasil, a partir da década de 90, contribuíram para se pensar acerca dos caminhos do imaginário, percorridos por ambos os campos.

A relativização da dicotomia “verdade e ficção” remete-nos, novamente, ao questionamento sobre o lugar consagrado à literatura, por Aristóteles em sua *Poética*, que seria o de veicular o que poderia ter acontecido, em contraposição ao estatuto conquistado pela história de ser a detentora da verdade dos fatos, para se tornar também representativas do real.

Pesavento, em *História e História Cultural* (2005), fala sobre o lugar do historiador durante o processo de cruzamento, estabelecido entre a História e Literatura, e o papel do texto literário nessa relação:

Neste cruzamento que se estabelece entre História e Literatura, o historiador se vale do texto literário não mais como uma ilustração do contexto em estudo, como um dado a mais para compor uma paisagem dada. O texto literário lhe vale como uma porta de entrada às sensibilidades de um outro tempo, justo como aquela fonte privilegiada que pode acessar elementos do passado que outros documentos não proporcionam. (PESAVENTO, 2005, p. 113)

Ainda tratando dessa relativização, podemos recorrer às ideias de Jacques Rancière em *A Partilha do Sensível* (2005) quando afirma que a revolução estética tornou solidárias as

áreas da história e literatura. Para ele, o testemunho e a ficção pertencem agora a um mesmo regime de significado, o que indefine totalmente os limites entre ambos. Assim, da mesma forma que a ficção não está separada da realidade, é impossível pensar a História, partindo da premissa de que ela atua sob o prisma da racionalidade, posto que as duas são vistas como produtos de construções ideológicas. Dessa maneira, cita as narrativas de Balzac e Cuvier como exemplos de que as narrativas também são formas de compreensão humana e social, evidenciando que a literatura anula a ideia de que existe uma linha divisória entre a história dos historiadores e a dos poetas.

Todas as quebras de paradigmas citadas anteriormente são reflexos da crise sofrida pelos princípios norteadores da modernidade, onde as regras da ciência são afetadas e ocorre uma efervescência nos diversos domínios do saber e da cultura, como a arte, literatura e história. Sendo assim, a história que, no século XIX, tinha pretensões estritamente científicas, vai passar por uma ressignificação, que trará como consequência questionamentos acerca da disciplina e de seu discurso como verdade absoluta. Conforme Albuquerque Junior (2007), os discursos construídos sobre o conhecimento histórico são condicionados pelo lugar ocupado pelo historiador, por isso podem ser percebidos também como invenções do passado:

O conhecimento histórico é perspectiva, pois ele também é histórico e o lugar ocupado pelo historiador também se altera ao longo do tempo. Nem sempre se faz a história do mesmo jeito, e ela serviu a diferentes funções no decorrer do tempo. O historiador não pode escamotear o lugar histórico e social de onde fala, e o lugar onde o saber histórico se produz. Por isso, a história como meta-narrativa está em crise. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p.61)

Isso significa dizer que a história é produto de interpretações que, muitas vezes, refletem as influências do contexto cultural e das relações de poder que envolvem aquele que tem posse da autoridade para escrevê-la. Em outras palavras, é difícil encontrarmos imparcialidade no discurso histórico.

Com o advento das teorias pós-modernas e dessa renovação epistemológica do discurso histórico surge também um novo interesse pela história, manifestado pela literatura contemporânea, que se recusa a aceitar as respostas da tradição para as perguntas feitas sobre a humanidade. Desse modo, a Metaficção Historiográfica – conceito proposto por Linda Hutcheon - irá revisitar o passado, a fim de questionar os discursos que foram construídos sobre ele. O objetivo agora não é mais o relato fiel dos acontecimentos, mas sim a necessidade de reescrever o passado dentro de um novo contexto. Para a autora, a metaficção

historiográfica “demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história é discursivamente estruturada”. (HUTCHEON, 1991, p. 158).

A autora reafirma a importância da discussão sobre a relação entre a história e a arte para a poética do pós-modernismo. Isto porque, além de utilizar técnicas de representação ficcional para produzir versões imaginárias dos seus mundos históricos e reais, a poética pós-moderna também possui a postura de confrontar certos paradoxos, recusando-se a recuperar a dicotomia estabelecida entre as disciplinas. Sendo assim, aponta exemplos da permeabilidade recorrentes na história e na ficção, expondo a necessidade que alguns autores tinham de provar o caráter verídico de suas obras, qualidade também esperada pelos interlocutores delas.

Linda Hutcheon problematiza sobre a coexistência entre as referidas disciplinas e recorre a alguns teóricos que tematizam e divergem em relação a essa dualidade, como Paul Veyne, quando este diz que “a história pode ser considerada como um verdadeiro romance” (HUTCHEON, 1991, p. 143); e Herbert Lindemberger ao afirmar que ambas não fazem parte da mesma ordem do discurso, pois ainda que tenham os mesmos contextos e também as mesmas técnicas, são consideradas diferentes. Para a autora, apesar de o Pós-modernismo confundir a noção de que o problema da História é a verificação, o problema da ficção é a veracidade. Portanto, as duas formas da narrativa são “sistemas de significação em nossa cultura (...) Tanto a ficção como a história são sistemas culturais de signos, construções ideológicas.” (HUTCHEON, 1991, p. 149).

Ao propor a interação entre a historiografia e a ficção, a poética pós-moderna, analisa a natureza da identidade e da subjetividade na história; a questão da referência e da representação; a natureza intertextual do passado, como forma de reduzir a distância entre o passado e o presente; as implicações ideológicas do ato de escrever sobre a história; e outras noções admitidas pelo romance histórico do séc. XIX que são também revisadas pela Metaficção Historiográfica.

A autora reafirma que os pontos abordados acima fundamentam as relações entre a história e a ficção no pós-modernismo. A narrativa ocupa um lugar privilegiado na teoria contemporânea, pois além de englobar todos os aspectos mencionados, é vista como uma “forma essencial de compreensão humana, de imposição do sentido e de coerência formal ao caos dos acontecimentos. (...) Traduz o saber em termos de expressão” (HUTCHEON, 1991, p. 160).

Linda Hutcheon (1991) enumera algumas indagações propostas pelos discursos pós-modernos fictícios e historiográficos. Primeiramente, trata do “status” dos fatos, da natureza de suas evidências e dos documentos na Metaficção Historiográfica, questionando até que

ponto essas fontes documentais podem ser narradas com objetividade e naturalidade, e se a interpretação começa ao mesmo tempo em que a narrativização.

Ao discorrer sobre a distinção entre acontecimentos e fatos sugeridos pela Metaficção Historiográfica, destaca as dificuldades encontradas em relação à natureza concreta dos acontecimentos e sua acessibilidade, uma vez que os documentos utilizados pelo historiador não são uma evidência neutra, pois possuem uma experiência posterior a esses artefatos e esta pode condicionar seus discursos. O motivo para tal questionamento encontra-se no fato da ficção pós-moderna não aspirar à verdade, mas sim perguntar de qual é a verdade que se conta, ou seja, qual a intencionalidade que está por trás dos discursos construídos historicamente:

A “metaficção historiográfica” institui os limites entre literatura e história, mas em seguida os desafia: “[...] ela estabelece a ordem totalizante, só para contestá-la, com sua provisoriidade, sua intertextualidade e, muitas vezes, sua fragmentação radicais” (HUTCHEON, 1991, p. 155).

Os romances metaficcionais possuem um caráter mais combativo, diferente do aspecto totalizante presente nos romances históricos. Chamam atenção para o marginal e mostram a responsabilidade dos historiadores e romancistas em fabricar e criar significados por meio da representação. Neste gênero narrativo, há uma destotalização das formas tradicionais de narrativa que passaram a ter velhas noções de finalidade.

No Brasil, muitos romances históricos, a partir da década de 70, tentaram recuperar e revisitar a escrita da história nacional. Carlos Alexandre Baumgarten (2000) afirma que, neste período, por exemplo, este gênero narrativo apresentou duas vertentes: ora focalizava acontecimentos que integram a História oficial, definidores da constituição física das fronteiras brasileiras; ora promovia uma reflexão acerca da trajetória da história literária brasileira.

Algumas obras literárias brasileiras contemporâneas, como *Viva o povo brasileiro* (1984) de João Ubaldo Ribeiro e *Meu Querido Canibal* (2000) de Antonio Torres são romances que se enquadram na proposta da metaficção historiográfica, pois retomam o passado histórico colonial, através de um tom provocador, a fim de desconstruir os discursos fundamentados pelos modelos historicistas eurocêntricos. O romance de Antonio Torres, por exemplo, coloca o índio no centro da releitura da memória historiográfica oficial, questionando sobre o lugar que a nação brasileira reserva a ele, como destaca Rita Olivieri-Godet:

Meu querido canibal rebela-se contra a recusa histórica da autonomia da alteridade indígena. Produz sua própria visão dos fatos recorrendo a um fazer literário antropofágico que suscita revisões da história e aponta as falhas da memória que levam à construção de uma identidade coletiva excludente. Assim procedendo, atua no sentido de escrever e de inscrever, no presente, a utopia de um outro projeto identitário para a nação, aberto para a interação das diversidades culturais, permeável ao encontro. (OLIVIERI-GODET, [20..?], p. 13)

Dessa maneira, a metaficção historiográfica difere dos romances tradicionais por não ter a pretensão de contar a “verdade”, mas apresentar outras possibilidades de interpretação e tentar desvendar de quem é essa “verdade”. Proporciona reflexões sobre a própria história, pois parte do princípio de que os fatos passados são sempre permeados por um ponto de vista.

O caminho percorrido pela história e literatura, até chegar ao entrelaçamento reconhecido que possuem agora, representa um ganho inigualável para os estudos contemporâneos, pois estimulam novas e infindáveis possibilidades de análises para as duas áreas. A discussão sobre os conceitos de representação, imaginário, narrativa, ficção contribuem, sobretudo, para alargar os horizontes dos estudiosos acerca de seus objetos de pesquisa, contribuindo, da mesma forma, para a consolidação de uma das funções da literatura, quando utilizada como instrumento de representação da realidade, fazendo com que os homens, além de perceberem a sua realidade, também pautem a sua existência.

3 ALTAMIRANDO REQUIÃO E A PRODUÇÃO LITERÁRIA DO SÉCULO XX NA BAHIA

No estado da Bahia, o período que compreende o movimento modernista no Brasil teve uma conotação diferente do movimento artístico desenvolvido nos centros sul e sudeste. Isto se deve, entre outros aspectos, ao fato do cotidiano baiano ainda estar marcado pelos pressupostos do regime escravocrata, o que contribuiu para que se distanciasse das promessas de desenvolvimento e progresso, cultuadas em São Paulo e Rio de Janeiro, diante da riqueza produzida com a economia cafeeira e o processo de industrialização e urbanização por qual passavam estas cidades.

Adeíto Pinho (2008) menciona que o ambiente cultural baiano, nas primeiras décadas do século XX, reflete também o momento político que marcava o estado. Sendo assim, aponta que o episódio da Bahia ter escolhido consagrar as suas escolhas culturais na tradição do século dezenove e antes, resistindo ao processo de modernização canônico e recusando o modernismo paulista, teria sido também outro obstáculo para a edificação de uma literatura baiana moderna afinada ou semelhante às representadas no sudeste do país.

Além disso, as bases estruturais, a falta de editoras (vendas, distribuição) e mercado mal estruturado impossibilitavam a profissionalização do escritor, dependente do emprego público e assalariado. Dessa maneira, era necessária, sobretudo, a formação de uma sociedade alfabetizada e apreciadora da leitura, já que a cultura portuguesa proibira a impressão de livros até o século XIX.

Maria Helena Flexor, no artigo, “A imigração e a arte moderna na Bahia”, discorre acerca dos primórdios e as características da arte moderna na Bahia e afirma que:

O Modernismo encontrou a Bahia assentada no seu tradicionalismo, com uma economia incipiente e culturalmente dependente. O amor ao prestígio popular e literário da retórica, a oratória, na tribuna e no púlpito, alimentou a preferência pelo antigo e embalou o gosto pelo neoclacismo. (FLEXOR, 1997, p. 173)

Ela enumera também outros aspectos que teriam influenciado o retardamento da chegada do modernismo à Bahia, como a migração de intelectuais para o Sul e a falta de desenvolvimentos técnico, industrial e científico. Este último aspecto dificultava o conhecimento das novas criações artísticas que ocorriam em outros meios e não permitiam ao modernismo encontrar campo próprio e mentalidade para instalação no estado. Sendo assim, apesar de nomes como Helio Simões, Eugênio Gomes, Godofredo Filho e Carlos Chiacchio

terem divulgado as ideias vanguardistas por meio de sua produção literária, de uma forma geral, as artes baseavam-se nos preceitos acadêmicos classicistas.

Contudo, é possível traçar outro viés de interpretação acerca desse fato, posto que é compreensível que a Bahia possuía um amadurecimento de cultura ou tradição, muito mais densas do que as outras regiões do país. Por isso, ao passo em que viajava para o passado, aproximava-se das próprias memórias: os primeiros europeus; a primeira cidade; as riquezas, como o Pau-Brasil, cana, índios e ouro; autores como Antonio Vieira, Gregório de Matos, Manoel Botelho, Castro Alves, Junqueira Freire. Portanto, foi o compromisso de guardar esta memória e outros fatores políticos que reteve os desejos de avanço moderno da Bahia.

Conforme Ângelo Barroso Soares (2005), o contato do Nordeste com as ideias divulgadas, pelos modernistas do Sul, deu-se primeiramente na cidade de Recife, através da polêmica envolvendo o jornalista e poeta Faria Neves Sobrinho e Inojosa. Neves sobrinho escreve atacando os vanguardistas que acusaram a pintura de Toquato Bassi de “fora de moda”; em contrapartida, Inojosa rebate as ideias de Neves Sobrinho e, por um bom tempo, representa a única voz em defesa do modernismo no Recife.

As cartas trocadas entre Inojosa e os modernistas do sul do país contribuem para a divulgação e repercussão do movimento no Nordeste. Entretanto, as ideias do jornalista sobre a constituição da arte moderna vão ser questionadas por defensores do movimento, como Mário de Andrade, Oswald Andrade, Luis da Câmara Cascudo e Gilberto Freyre.

A predominância da visibilidade da produção artística no Brasil em uma região, em detrimento de outra, é resultado da centralização política, recorrentemente vivenciada pela população brasileira desde o período da monarquia. Brito Broca (1956) explica que a proeminência literária da corte sobre as províncias era algo natural naquele período, uma vez que tudo era resolvido na corte. Segundo Broca, mesmo depois da criação das faculdades de Direito, em Pernambuco, fomentarem a vida intelectual, “fundando periódicos acadêmicos, colaborando em jornais e revistas, declamando nos saraus, era na corte que os poetas e os escritores vinham publicar seus livros e realizar-se literariamente.” (BROCA, 1956, p. 54)

A organização federativa, que transformou as províncias em estados, realizada depois da República, conferiu uma autonomia maior aos estados brasileiros no que concerne ao terreno literário, motivando a formação de agremiações e movimentos culturais fora das imediações da metrópole. Contudo, mesmo após o surgimento de novos centros literários no Brasil, a literatura produzida fora do centro carioca continuou sendo desacreditada.

Na Bahia, por exemplo, os grupos surgiram a partir de 1900. O primeiro deles foi o “Tertúlia das letras”, do qual faziam parte Afrânio Peixoto e Juliano Moreira. Em 13 de maio

de 1901, surge a “Nova Cruzada”, do qual participaram os simbolistas Francisco Mangabeira, Pedro Kilkerry e Carlos Chiacchio. O importante movimento foi iniciado a partir do agrupamento de jovens boêmios, que, primeiramente, reuniam-se no adro da Catedral e depois passaram a realizar as reuniões em outros locais, como atrás da Catedral, no Liceu das Artes e Ofícios, na Assembleia Tipográfica ou na Associação dos Empregadores do Comércio. O objetivo do grupo era “agremiar os ‘cavaleiros’ do ideal, poetas irreverentes, prosadores estreantes, ensaístas, críticos, gente do futuro”. (Grifos do autor) (CALMON, 1949, p. 216).

Após a maturidade, em 1910, o grupo já possuía um estatuto e os sócios se classificavam em três categorias: Neocruzados, Cavalheiros da Honra e Cavalheiros Beneméritos. Depois disso, com a dispersão dos seus membros desta coligação, outras sociedades foram surgindo sob a liderança de antigos componentes da “Nova Cruzada”, até que esta desaparecesse totalmente. Alguns nomes que faziam parte dela se destacam dentro do cenário literário baiano e nacional, como mostra Pedro Calmon:

A poesia representa-se com Artur de Sales, Roberto Correia, Álvaro Reis, Pedro Kilkerry; os ensaios históricos, a investigação – amenizada pelo bom gosto da prosa novelesca – com J. da Silva Campos; a crítica literária, com um dos folhetinistas mais reluzentes da geração, que foi Carlos Chiacchio; o romance, com Xavier Marques – que competiu com Afrânio Peixoto na popularidade e na consagração acadêmica, que lhe advieram de alguns livros primorosos. (CALMON, 1949, p. 217)

Mesmo após a formação de outros ambientes de produção e reflexão sobre o fazer literário, conforme Brito Broca, “seria preciso ainda muito tempo para que essa hegemonia da metrópole ficasse seriamente abalada e os Estados passassem a constituir células mais ou menos independentes [...]” (1956, p. 59).

No caso da Bahia, em especial, a pouca visibilidade e a marginalização de sua produção artística acentua-se depois que a capital do país é transferida para o Rio de Janeiro, em 1793, e o estado distancia-se do ritmo de desenvolvimento da capital, permanecendo à margem do sistema capitalista brasileiro. Sendo assim, no início do século XX, enquanto São Paulo e Rio de Janeiro já vivenciavam os avanços industriais e urbanos, a Bahia possuía um caráter socioeconômico agro-mercantil.

Diante dessa situação de isolamento em relação ao sentimento de mudança no campo artístico, político e ideológico, a elite tentará construir uma representação identitária fundamentada no resgate do passado glorioso baiano. A consagração desse passado glorioso contribuirá para que a Bahia não siga as demandas artísticas anunciadas pelos modernistas

paulistas, posto que o sentimento de ruptura apregoado pelos artistas modernos condenava a valorização da tradição e do passado em nome da modernização.

Para Cid Seixas a escolha feita pela Bahia em viver, no século XX, sob uma atmosfera parnasiana e simbolista, fossilizava um “decadentismo cultural que podemos chamar de *belle époque* epigônica dos becos e botecos da antiga metrópole nacional” (SEIXAS, 1948, p, 55). Sendo assim, para o autor, apesar da ativa produção cultural dos movimentos do período, “as condições do ambiente cultural baiano criavam entraves para o grande salto que representaria uma nova revolução na sua formação estética.” (SEIXAS, 1948, p, 55)

Não obstante, como já destacamos anteriormente, a atitude de distanciamento da Bahia das propostas de renovação modernista pode ser explicada, principalmente, pelo fato do estado ser constituído de uma identidade consolidada numa tradição, consagrada pela história e pelos bens culturais que possui. Além de ter sido a primeira capital do país, é o berço cultural de artistas que deixaram um legado importante para pensar a nossa formação, como o padre Antonio Vieira, Gregório de Matos, Botelho de Oliveira, Frei Vicente do Salvador, Nuno Marques Pereira, Castro Alves, Ruy Barbosa e outros.

Para Soares (2005), a posição e a centralidade econômica cooperaram para que a pluralidade cultural das outras regiões do Brasil fosse anulada da história da literatura. Dessa forma, o movimento paulista se consolidou como marca do modernismo brasileiro. Por isso, percebemos a importância de recuperar nomes que contribuíram com a produção cultural baiana nesse momento, a fim de investir na ampliação de nossa memória cultural.

Com exceção da visibilidade que tem a obra de autores como Jorge Amado, o lugar da literatura baiana é negado da historiografia literária modernista. Isto porque, o discurso hegemônico, fundado a partir da centralização da região Sul e Sudeste, fez com que pouco se tenha conhecimento a respeito da diversidade literária produzida na Bahia nas primeiras décadas do século XX. Contudo, embora a configuração do modernismo no estado baiano tenha uma tonalidade diferenciada, grupos como o Arco & Flexa, o grupo da Baixinha e a Academia dos Rebeldes foram responsáveis em divulgar o modernismo na Bahia.

É importante ressaltar que, apesar do grupo Arco e Flexa ter buscado equiparar a Bahia às ideias vigentes no RJ e SP, os artistas desse grupo não aprovavam todas as renovações propostas pelos grupos do Sul. Para eles, era necessário acatar o tipo de renovação que vinha se processando no resto Brasil e na América Latina, mas também fortalecer as bases tradicionais da cultura local. Carlos Chiacchio, um dos fundadores e orientadores do grupo, em sua teoria denominada de “Tradicionalismo dinâmico”, por exemplo, critica a preocupação dos modernistas com o novo, advindo da Europa, e a falta de atenção destes para

as demandas internas que o Brasil necessitava. No ensaio-manifesto, que abre o número inicial de *Arco & Flexa*, este autor apresenta os propósitos que servirão de ponto de partida para as coordenadas do grupo, como mostra Ivia Alves (1978):

O substrato básico da linha de Carlos Chiacchio insere-se na preocupação com o nacionalismo na tentativa de solução para uma poética brasileira, baseada na temática de raízes nacionais, que seriam desenvolvidas através de estudo e da pesquisa da cultura brasileira.

O manifesto não tem cunho agressivo, nem propõe a ruptura com o passado, por isso não restringe qualquer tomada de atitude que não tenha equilíbrio em relação ao conceito de modernidade, particularidade devido à responsabilidade mantida pela tradição literária da Bahia de colocar-se num a posição moderada quanto à “novidade”. (Grifos do autor) (ALVES, 1978, p. 23-24)

Mesmo após tentativas, por parte de intelectuais baianos, de renovar a literatura (1927 a 1932/33), muitos passavam por dificuldades no financiamento da produção, por isso buscavam o apoio de órgãos públicos, apadrinhamentos ou tiravam do próprio bolso para patrocinar suas produções, pois ainda era impossível sobreviver da atividade intelectual no Brasil. Nesses termos, a formação dos periódicos torna-se um importante meio de divulgação da produção literária e intelectual. A imprensa assumiu um respeitável papel na difusão da produção literária da Bahia no início e desenvolvimento do século XX. Portanto, hoje, ela representa uma ferramenta para se pensar a história da literatura baiana.

O distanciamento da produção literária e prática intelectual da Bahia, no início do século XX, dos paradigmas estéticos do modernismo apregoados no eixo São Paulo e Rio de Janeiro, fez com que vários nomes importantes na constituição desse momento fossem apagados da memória cultural baiana. Isto porque, como mostramos antes, além da ausência de editoras, a maior parte desses artistas remava contra as estratégias de celebração dos modernistas paulistas ou não participava dos círculos de poder e da entrelaçada rede de interesses, protecionismos e influências que os rodeavam, ocasionando uma pouca visibilidade da literatura baiana no cenário nacional no período mencionado acima.

Mesmo existindo alguns trabalhos sobre a produção literária nesse momento, ainda não há uma historiografia da literatura baiana sobre o período. Entretanto, muito antes da ascensão do modernismo na Bahia, já temos notícias de autores que deram sua contribuição para formação do romance baiano, mas que são desconhecidos de estudantes das letras e do público leitor da literatura brasileira. Um dos trabalhos recentes de Jorge de Souza Araújo, *Floração de imaginários: o romance baiano do século 20* (2008), traz o cenário da produção

romanesca na Bahia e apresenta um panorama do romance baiano do fim do século XIX até o século XX, destacando a evolução do gênero na produção baiana.

Ao dar voz a personalidades artísticas responsáveis pela formação da produção romanesca baiana no período, a obra de Jorge Araújo representa uma importante contribuição para a nossa memória cultural. O autor inicia seu percurso pelo romance baiano traçando um perfil dos fundadores do romance na literatura baiana, como Ana Ribeiro Góes, Xavier Marques, Afrânio Peixoto, Inês Sabino, Altamirando Requião e outros. Mostra também como esses escritores colaboraram para a consolidação desse gênero no universo das letras baianas.

Altamirando Requião, autor a quem se dedica este estudo, é citado por Araújo (2008) como um dos fundadores do romance na Bahia. Mas, mesmo se tratando de uma figura que participou ativamente da produção cultural de seu tempo, encontra-se apagado da memória cultural baiana, pois poucos registros apontam a sua participação nas letras do estado.

Dessa maneira, como se trata de um autor desconhecido e pouco estudado, a primeira parte da pesquisa constituiu-se da busca por referências bibliográficas que versassem sobre a vida e produção literária de Requião. Buscou-se, primeiramente, estratégias de leituras que nos levassem a fontes relacionadas ao autor. A primeira fonte bibliográfica consultada, que nos auxiliou a encontrarmos outras referências sobre Requião, foi a tese de doutoramento do professor Adeílato Manoel Pinho, também orientador deste estudo, intitulada *Uma literatura de jornal: O Imparcial da Bahia*, estudo da seção literária do periódico *O Imparcial* (1918-1947). O estudo de Pinho reflete sobre a literatura e a prática intelectual na Bahia no momento de estabilização da República e no advento do Estado Novo e obstina-se em formar um acervo da literatura encontrada nesse periódico.

No referido trabalho, encontramos a catalogação de textos de autoria de Requião, publicados no periódico *O Imparcial* a partir de 1940. Consultamos inicialmente também a biografia intitulada *Atravessando um século: A vida de Altamirando Requião* (1993), produzida por Claudio Veiga, de onde recolhemos as primeiras informações biográficas acerca do autor. Esta obra foi preponderante para que chegássemos a outras fontes de pesquisa, jornais e revistas da época.

Devido ao apagamento da memória do autor, este trabalho obstinou-se também na recolha e estudo de fontes primárias, com a finalidade de compreender a produção literária e o lugar ocupado por ele dentro do ambiente cultural baiano. Para tanto, partimos da concepção de fontes primárias empregada por Regina Zilberman, quando afirma que “fontes (grifos do autor) corresponde a um significante que pode acolher tudo que preceda a obra, pertencendo a

sua fase de gestação e produção.” (2004, p. 18). Para a autora, pesquisar fontes corresponde também

à tomada de decisão perante o cânone e o marginal, já que, quando se trata de recuperar elos perdidos de nosso passado literário e cultural, passam a ocupar o proscênio coadjuvantes que, seguidamente, ainda não suscitaram interesse, foram reprimidos ou ocultados, ficaram de fora da corrente dominante, as *main streams* (Grifos do autor) das escolas e tendências. (ZILBERMAN, 2004, p, 18)

Maria Zilda Ferreira Cury (1998), da mesma forma, defende que a pesquisa em fontes primárias representa uma necessidade para os estudos literários, devido à violência da dominação cultural e o apagamento dos registros da vida social e cultural, ocorridos no Brasil país, em diversos momentos da nossa história. Partindo desses pressupostos acerca da importância dos estudos das fontes primárias, buscamos, através do volume do material encontrado no arquivo do escritor estudado, conhecer a dimensão de sua produção literária, acompanhar sua trajetória como jornalista, político e escritor, como também recuperar o clima cultural, vivenciado pela Bahia nos primeiros anos do século XX.

Primeiramente, buscamos os textos de Requião, publicados no *O Imparcial*, que fazem parte do acervo do projeto de pesquisa 'A Literatura de Jornal em periódicos brasileiros', citado acima. Em seguida, partiu-se para a pesquisa no arquivo pessoal do autor, presente na Academia de Letras da Bahia, onde ocupou a cadeira de n. 10, ao substituir Muniz Sodré, em 1941.

O arquivo pessoal de Requião é um dos mais volumosos presentes na Academia de Letras da Bahia. São mais de 100 pastas de arquivo, constituídas por uma variedade de documentos, como de correspondências; cadernos de anotações e/ou estudos, usados pelo jornalista para registrar trechos bíblicos importantes e citações de alguns autores como Victor Hugo, Zola, Balzac, Baniville e Eça de Queiroz; um bloco de anotações com escritos sobre a vida na fazenda, sobre o qual não conseguimos identificar do que se trata realmente, se é uma escrita autobiográfica ou impressões sobre a vida na fazenda, já que ele morou por um tempo em um sítio, ou se seria o início de uma nova narrativa. Encontramos ainda recortes de notícias de jornais, artigos publicados em vários periódicos e revistas; discursos lidos em cerimônias e solenidades; textos originais das obras produzidas; poemas, pensamentos e reflexões pessoais do autor; fotografias.

As epístolas, presentes no acervo, versam sobre temas pessoais diversos: felicitações; pedidos de publicação de textos ou divulgação de eventos no jornal; agradecimentos por notas feitas, pelo autor, no jornal sobre textos e/ou obras; pedidos de desculpa e reatamento de

vínculo de amizade; convites; cobrança de escrita de texto sobre acontecimentos da época; pedido de favores; e avaliação de obras literárias. As cartas mostram que o escritor era bem relacionado no meio literário e social.

Um dos problemas encontrados em meio ao estudo do material citado foi a falta de informações importantes nos textos retirados de jornais e revistas. Não se sabe se foi o próprio autor ou alguém da família que, durante o procedimento de recorte destes textos, retirou os dados sobre a referência, como ano de publicação, periódico em que foi publicado e outros.²

Veremos com mais detalhes adiante, alguns aspectos da trajetória de Requião, como a sua participação ativa no cenário cultural, político e literário baiano, bem como a diversidade de gêneros literários publicados em diversos meios e suportes de comunicação.

² Por este motivo, quando citarmos documentos presentes no arquivo do autor, que tiveram suas informações referenciais comprometidas, destacaremos apenas a localização dos textos.

3.1 UMA BIOGRAFIA ESQUECIDA: A VIDA, ATUAÇÃO CULTURAL E PRODUÇÃO LITERÁRIA DE REQUIÃO



Figura 1 - Fotografia de Altamirando Requião, publicada em periódico carioca.

Nasceu nos primeiros anos da República, em sete de agosto de 1893, na cidade de Salvador- BA, e faleceu em 22 de outubro de 1989. Terminou a Escola Primária, aos 11 anos; em 1908, foi para a escola secundária. Em 1910, concluiu o curso pedagógico e, em 1915, aos 22 anos, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito, no Rio de Janeiro, onde estudou até 1918, quando teve de voltar para Bahia.

A existência de quase um século de vida fez de Altamirando Requião uma personalidade que acompanhou e participou de perto da história política e literária da Bahia no século XX, interagindo com diversos segmentos da cultura baiana. Juntamente com outros profissionais de seu tempo foi uma importante referência do jornalismo baiano. Assim como é corriqueiro acontecer na atividade jornalística, o autor exerceu mais de uma atividade literária na literatura de jornal. Foi romancista, poeta, teatrólogo, contista, crítico e ensaísta. A acumulação de funções, segundo Pinho (2008), é uma situação recorrente no sistema que tem um número elitizado de leitores. Por isso é comum encontrar intelectuais como Requião: poeta, jornalista e prosador.

Requião substituiu Muniz Sodré, em 1941, ocupante da cadeira n. 10, na Academia de Letras da Bahia. Foi ainda correspondente das Academias de Letras de Alagoas e Minas Gerais. E, sete anos antes da criação da Academia de Letras da Bahia, contribuiu para a fundação da Academia Baiana de Letras em 1910, aos 17 anos.

Atuou como professor na rede pública do arraial de Mirandela, em Ribeira de Pombal; foi deputado Federal, pela Bahia, de 1934 a 1937; diretor do Diário de Notícias de 1919 a 1939; professor de Literatura e Língua Portuguesa, no Instituto Baiano de Ensino; e secretário do Governo da Bahia, na Interventoria de Pinto Aleixo, de 1942 a 1943. Foi ainda membro dos Institutos Históricos de Sergipe e da Bahia e do Instituto Genealógico Brasileiro e professor diplomado do antigo Instituto Normal da Bahia, em 1910.

Iniciou sua carreira como jornalista, em 1907, os 14 anos de idade, como colaborador da *Revista Brasil*, onde trabalhou até 1913, quando entrou para a equipe da redação da *Gazeta de Notícias*. Entretanto, ainda criança, aos 10 anos, começou a organizar uma gazetinha, intitulada *O anúncio*. Fazia uma por semana e acumulou aproximadamente 100 edições. Em 1914, trabalhou para o jornal *A Tarde* e, em seguida, como secretário no *Jornal Moderno*. Em 1915, passou um curto período na imprensa carioca e trabalhou na redação de *O País*, sob a direção dos jornalistas João Lage e Lindolfo Azevedo. No mesmo ano, regressou à Bahia, em 06 de dezembro, e ingressou no *Diário de Notícias*, como noticiarista, onde escrevia com o pseudônimo de Silvio de Villar. Após quatro meses, foi promovido a redator e assinou uma coluna diária, denominada “Impressões Diárias”, na qual trabalhou até 1920.

Foi promovido a diretor do *Diário de Notícias* em 1916. Mais tarde, Vicente Ferreira Amaral, o dono deste periódico, recebeu uma oferta de compra, mas disse que se Requião tivesse interesse pelo órgão o daria a preferência. Sendo assim, o jornalista, juntamente com Antonio Marques dos Reis e Hermanno Santana, assumiu a administração do jornal em 19 de maio de 1919. Alguns anos depois, em 1930, tornou-se diretor-geral do Diário, pois os outros

dois amigos venderam seus títulos a ele. Até 1940, atuou, ao mesmo tempo, como Diretor e proprietário do Jornal, onde sustentou fortes polêmicas e campanhas de interesse público. Retirou-se da direção do jornal em 31 de dezembro de 1940, quando transferiu suas ações para o Dr. Antônio Balbino de Carvalho Filho e a Rafael Spínola.

De acordo com Nelson Cadena, em seu artigo *O DNA jornalístico dos Requião* (2011), a árvore genealógica de Requião é composta por outras personalidades que possuíram fortes vínculos com o meio jornalístico. Os primeiros membros da família Requião – Manuel Souza Requião, casado com Maria Raimunda da Paz – fixaram-se no Brasil no início do século XIX; em seguida, outros componentes migraram para o sul do país. Os descendentes que possuíam ligação com a imprensa eram netos do casal acima mencionado, eram eles: José Requião, proprietário da *Gazeta de Notícias* e depois da *Revista do Brasil*, lançada em 1906, considerada uma das melhores publicações da época pela diversidade temática que abarcava; e o coronel Alfredo Requião, redator do *Jornal de Notícias*, veículo pertencente a Aloísio Lopes de Carvalho Filho, renomado jornalista baiano. No Rio Grande do Sul, Djalma Requião, irmão de Domingos Requião que se radicou em Pelotas, representou a revista baiana *Via Láctea*, em 1912. Atualmente, o nome mais conhecido da ascendência dos Requião é o Senador Roberto Requião, sobrinho vis-neto de Altamirando Requião.

Uma das glórias, vivenciadas no jornal *Diário de Notícias*, ocorreu em 1915 depois de ter escrito o artigo, intitulado “A reflorestação dos campos”, na sua sessão “Impressões Diárias”, em que indicava, para as autoridades políticas, algumas medidas para acabar com as enchentes, ocasionadas pelas chuvas, na cidade de Cachoeira. Além das felicitações vindas de amigos, a repercussão desse artigo lhe rendeu um aumento significativo no salário e o convite para ocupar o cargo de diretor do Diário.

Em 1916, Amaral solicita a Requião que busque meios para tornar o jornal mais atrativo. Neste momento, o jornalista sugere que ele faça uma campanha contra o jogo do bicho que, com o apoio dos poderes públicos locais, ganhava força na cidade. O resultado da campanha foi a aprovação da sociedade e o fechamento de alguns núcleos de jogo, pela polícia, a qual apesar de se mostrar conivente com a prática na cidade, sentia-se acuada a tomar uma atitude moral. A diminuição dos valores arrecadados pelos líderes dos jogo, resultante da comoção social e a ação da polícia, desencadeou uma campanha desmoralizante contra a figura de Requião em jornais de circulação da cidade. Além de sofrer ataques verbais, o jornalista também foi alvo de tentativas de agressões físicas, pois passou a representar uma ao universo do jogo na Bahia.

Em “Gente moça de minha gleba IV - Altamirando Requião”, publicado na revista *Brasil Nosso* (1937), Francisco de Matos relata que, desde jovem, Requião já se mostrava irrequieto e combativo, o que resultou em diversas campanhas contra o jornalista. Destaca a denúncia feita pelo escritor sobre o silenciamento da polícia baiana, em relação à prática do jogo do bicho, e que os ataques, feitos por adversários, contribuíram para a visibilidade do escritor e para o sucesso deste nas colunas do *Diário de Notícias*. Em contrapartida, o grupo dos banqueiros pagava para escrevessem artigos rebatendo as denúncias feitas por Requião. Como tinha o apoio incondicional do Coronel Vicente Ferreira do Amaral, ainda proprietário do *Diário de Notícias*, Requião atacava com veemência o jogo e as pessoas que nele se envolviam.

É também nesse período de tumulto que Requião assume o cargo de diretor do *Diário de Notícias* e, em seguida, torna-se “jornalista-advogado dos sertões baianos”. Francisco Mota tece elogios ao escritor, afirmando que ele tinha muito talento e vocação para o jornalismo e fazia do ofício um sacerdócio: “polemista notável, sua pena tem asas mansas de pássaros voando, como tem caustico ferrete em brasa”. (MATOS, 1937, s/p)

Requião colaborou ainda com os periódicos *A manhã* e *A noite*, escrevendo três artigos semanais para o primeiro e um para o outro. Nos artigos encontrados em seu arquivo pessoal, constatou-se que os textos abordam uma diversidade de temas. Relacionam-se aos aspectos do cenário político e econômico nacional, local e internacional; episódios e equívocos da história, ao universo religioso católico; a personalidades que deixaram seu nome na história, aos principais conflitos bélicos do século XX; à importância dos Estados Unidos nos conflitos mundiais, à participação do Brasil na segunda guerra mundial; ao nazismo e à figura de Hitler; a questões sobre a língua, educação nacional e etc.

Em 1940, publicou também alguns artigos na coluna do jornal *O Imparcial*, denominada “Pela Ordem”, criada pelo escritor Afrânio Coutinho. Segundo Pinho (2008), a coluna é marcada pelo signo do combate e os textos de Coutinho abordavam temas como religião, política cultural e partidária, filosofia, sistema de governo, sobre a identidade brasileira e a ordem mundial. Como veremos adiante, Requião usou a sessão para divulgar o lançamento do romance *O Baluarte* (1940) e tratou também da discussão a respeito do romance histórico e de aspectos da cultura baiana no século XVII nesses textos.

Requião integra o grupo de intelectuais que aparecem na série de ensaios, realizada no Jornal *O Imparcial*, pela poeta Maria Dolores, de 4 de setembro a 13 de novembro de 1931. O projeto, intitulado “A Bahia Intelectual”, é iniciado por ela tem como objetivo avaliar os eventos recentes e cobrar um posicionamento a respeito da configuração da literatura naquele

ano. Segundo Pinho (2008), a jornalista desejava articular a alternativa de Modernismo adotada pelos escritores baianos do século XX, os mecanismos de publicação como revistas e os jornais, assim como desenhar os perfis dos jovens escritores. Nestes textos, as questões destinadas a cada autor entrevistado pretendem sondar a configuração do ambiente literário baiano no período citado. A autora apresenta-se preocupada ou decepcionada com o pouco alcance da literatura impetrada naqueles tempos.

Em seu depoimento, Requião fala sobre as condições do jornalismo na Bahia, as dificuldades em viver dessa atividade na Bahia:

Se algo lhe fosse afirmar, a guisa de meu depoimento, assegurar-lhe-ia, minha senhora, que, nem como jornalista, é admissível viver-se da pena, em nossa terra. A pena não vale a pena. E, quando assim me exprimo, razões suficientes tenho para fazê-lo.

Quer V. Exa. saber por que? Vou explicar-me.

Nas colunas de jornal que dirijo, há dezessete anos, tenho dado guarida a todas as inteligências úteis que vão surgindo. Animando uns, ajudando outros, incentivando inúmeros, ainda, há pouco, se me não engano, em seu inquérito, li, de um desses moços de talento, algo, a respeito do jornalismo baiano, que antes não houvesse sido escrito, pela inexpressão e pela inverdade dos descritos. O jornalismo baiano! Coisinha regular, que vai enchendo os seus dias bem contados... (REQUIÃO, 1931, p. 3)

Correspondia-se com um extenso grupo de escritores como Monteiro Lobato, Menotti del Picchia, Dunshee de Abranches, Renato Almeida, Olegário Mariane, o romancista português João Grave e outros. Dessa coleção, destacam-se as cartas trocadas entre ele e Ronald Carvalho, com quem manteve a comunicação constante entre os anos de 1919 a 1924, período em que publicaram obras marcantes e estreitaram os laços fraternos.

A assiduidade das mensagens trocadas entre o artista carioca e Altamirando Requião despertou a atenção do escritor Claudio Veiga durante as pesquisas feitas no acervo do acadêmico na ALB, para a composição da biografia sobre Requião. Esta peculiaridade rendeu a escrita do artigo “Dois centenários: Ronald de Carvalho/Altamirando Requião”, de autoria de Veiga, publicado no *A Tarde Cultural*, em 15 de maio de 1993. O texto homenageia o centenário de nascimento dos dois autores e enfatiza a constante comunicação através de cartas praticadas por ambos.

Neste artigo, Veiga destaca a atuação de Ronald Carvalho como crítico literário, ensaísta, poeta, tradutor; o fato de Carvalho ter publicado em língua francesa, participado do grupo da revista *Orfeu*, pertencente a Fernando Pessoa e Mario de Sá Carneiro; e ainda por ter

integrado o grupo de poetas brasileiros que, primeiramente, aderiu ao ideal vanguardista no Brasil; e se relacionado com alguns artistas modernistas paulistas.

Em 1920, quando Requião esteve no Rio de Janeiro, a relação entre eles se fortaleceu, por isso, ao voltar para a Bahia, o jornalista baiano escreveu um artigo relatando o encontro entre eles. A amizade entre os dois ficou estremecida depois do desentendimento envolvendo Ronald e uma parte da intelectualidade baiana, o que acabou atingindo também a Requião. A primeira delas diz respeito ao caso do falsário pintor Virgílio Mauricio que conseguiu ludibriar Ronald Carvalho e Ricardo Almeida, no Rio de Janeiro, e Altamirando Requião, na Bahia.

Todos acreditavam tratar-se de um grande pintor de telas que atingiu a fama em Paris. Ronald Carvalho teria se comprometido a fazer o prefácio de uma exposição de arte idealizada pelo pintor, antes dele ser desmascarado por Carlos Chiacchio e Presciliano Silva, quando esteve na Bahia, em 1921. Requião, que havia se tornado defensor do artista no estado baiano, também foi refutado diante da situação que se impôs. Após tudo ser desvendado, o jornalista tentou se retratar e se desculpar pelo engano cometido, escrevendo o artigo “Com a verdade onde ela estiver” (1921).

O conflito em que se colocaram é também um dos temas das cartas trocadas entre ambos. Em uma delas, Ronald fala sobre o caso Virgílio Mauricio e pede, para Requião, não se pronunciar mais em defesa do pintor, já que havia solicitado ao artista que pintasse uma tela sob suas vistas e as de Lopes e Renato Almeida, a fim de desfazer qualquer desentendido. Só assim seria possível sair em defesa do pintor e, conseqüentemente, livrar-se da situação desconfortável que enfrentava diante da opinião pública. No entanto, passaram-se quinze dias, e Virgílio Maurício apenas protelava o evento, ocasionando mais dúvidas em relação à honestidade deste. Carvalho diz a Requião:

Confio-te na segurança que me dá a sincera estima que nos une, as minhas sérias dúvidas em relação a esse famoso artista. Digo-te isto para que fiques prevenido, e, por um gesto espontâneo, não arrisques mais o teu testemunho de homem de bem, no interesse de uma individuo, que pode ser um refinado patife. Queira Deus que estas desconfianças sejam só ‘desconfianças’. Virgílio Maurício tem que se manifestar de uma vez por todas. Até meados de junho, esperarei discretamente a prova de sua arte ou de sua artimanha. Depois romperei definitivamente. (CARVALHO, 1921)

Outra indisposição envolvendo Ronald de Carvalho, a intelectualidade baiana e Requião, ocorreu depois que o primeiro teceu elogios, em publicação na revista *América Brasileira*, sobre a obra *Consciência e Liberdade* (1922), de Requião. O autor homenageado

reproduziu um trecho da apreciação de Ronald Carvalho, no *Diário de Notícias*, e a sua atitude foi recebida como ofensa por alguns intelectuais, como Carlos Chiacchio e Acácio França. Assim dizia o trecho do texto escrito por Carvalho: “Meu caro Altamirando – Parabéns pelo teu livro cheio de vibração e inteligência. Mando-te aqui a notícia que publiquei sobre o seu aparecimento, na minha sessão da América Brasileira”.

Em carta seguinte, Ronald justifica que não teve a intenção de subjugar os outros intelectuais baianos. Ao contrário, diz reconhecer a importância deles para as letras brasileiras:

Não vejo como justificar o vozeio levantado em torno das minhas palavras. Sabes, de perfeita ciência, que jamais foi intento meu apoucar ou amesquinhar os homens da cultura da Bahia. Apesar de continuar a ser modesto aprendiz em torno das coisas da literatura brasileira, não ignoro, e até proclamei por várias vezes, o papel que a inteligência baiana tem representado no desenvolvimento de nossas letras e nossas artes [...] não quero prolongar debates e contendas inúteis, não comunicar esta carta a pessoa alguma. O que escrevi sobre o teu livro está escrito. Não tenho o hábito de mudar de idéias (SIC). Quando te remeti a nota da *América Brasileira*, foi para que lhe desse o destino que lhe parecesse melhor. Deixe a bulha correr o mundo, mas não gastes inutilmente a tempera da tua espada. Os nossos inimigos devem ser dignos de nós.” (CARVALHO, 1922)

Claudio Veiga questiona qual teria sido o destino de Requião se tivesse migrado para a capital carioca, como o próprio Ronald de Carvalho teria aconselhado algumas vezes, em vez de ter se radicado na província:

Bravo! Teu artigo é uma lixa sobre a vaidade de Lemos. Lixa de aço, movida a eletricidade. Cada vez me convenço mais do que escrevi na famigerada notícia da América Brasileira. O que não debes é ficar vegetando na província. De homens como tu andamos carecidos aqui. O ambiente da província não pode comportar a tua artilharia pesada. Fica até ridículo responderes com *Berthas* (Grifos do autor) às balas de estalo dos teus adversários. (CARVALHO, 1922)

No final desta última carta, Ronald se refere às defesas, feitas por Requião, devido aos ataques que teria sofrido, em face aos envolvimento do jornalista baiano em algumas polêmicas, posto que a sua atuação na imprensa, na política e nas letras atingiu muitas personalidades importantes do período. Além do problema causado pelo o apoio de Requião a Virgílio Maurício, outro evento curioso que compõe a biografia do jornalista diz respeito ao processo judicial movido contra 30 bispos da Igreja Católica e o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva.

Em 1933, os embates travados com o arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva desdobram-se após uma crítica realizada por Altamirando Requião ao sacerdote Ricardo Pereira. O sacerdote foi defendido pelo arcebispo, mas se sentiu caluniado depois da publicação de um artigo no jornal, assinado por Requião, e resolveu processar o jornalista. Junto com o padre, trinta e oito membros do clero, solidarizados com a situação, o fizeram publicar um manifesto contra autor, por isso este moveu uma questão na justiça contra todos os eclesiásticos e ganhou a causa no final. Contudo, os embates entre Requião e D. Augusto Álvaro não cessaram com o término do processo judicial.

O conflito com Dom Augusto agravou-se ainda devido a publicação do escândalo envolvendo o arcebispo. Este foi acusado de espancar uma freira na Sexta-feira na Paixão. Requião ouvira a mulher violentada e outras meninas do colégio e, em seguida, publicou a matéria, acompanhada de fotos que denunciavam o religioso. Por esse motivo, todos profissionais envolvidos no processo foram excomungados.³

José Augusto Berbet escreveu sobre este acontecimento no artigo por “O último excomungado” (ARQUIVO DO AUTOR, [19--?]). Neste texto, o Berbet lamenta a morte de Requião, aos 96 anos, e relembra alguns fatos marcantes da biografia do autor, como os desafetos que este conquistou enquanto esteve diretor do *Diário de Notícias*. Destaca ainda o extenso conhecimento do jornalista acerca do passado histórico baiano e o fato de ter sido testemunha ocular de vários acontecimentos na Bahia, no século XX, o que justificava as recorrentes solicitações para discorrer sobre fatos históricos, como o Bombardeio da Bahia, em 1912, a campanha civilista de Rui Barbosa e outros. Todos esses fatos provocaram uma maior exposição de Requião na época. Conforme Claudio Veiga, esse era um dos objetivos dessas ocorrências, já que “as polêmicas eram também um recurso infalível para aumentar a procura dos jornais” (VEIGA, 1993, p. 57).

³ O arcebispo D. Augusto Álvaro da Silva (1925-1968) é uma figura polêmica do século XX. Envolveu-se em várias querelas durante o período do seu arcebispado. O episódio violento descrito acima, segundo afirma Patrícia Mota Sena, deu-se em consequência da destituição da Irmã Maria José de Senna, Madre regente, do cargo diretora do Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões. O objetivo dessa ação era transferir a direção e os bens da instituição para a Congregação de Nossa Senhora dos Humildes. Como não aceitou a decisão, Maria José de Sena deu início a um processo judicial que tramitou na Justiça Estadual por cerca de seis anos e terminou em 1942, no Supremo Tribunal Federal (STF), com a reafirmação da autoridade arquiépiscopal e o encerramento das atividades do Educandário e do Recolhimento. O fato ficou conhecido como “O caso dos Perdões” e envolveu políticos, a imprensa local e nacional, as justiças estadual e federal. O embate entre a Madre e o Arcebispo tomou maiores proporções nas páginas dos jornais, depois que surgiu a notícia da agressão do arcebispo à Irmã Maria: “veicularam trechos dos trâmites processuais e pedidos de demissão dos professores do Educandário, sob destacados títulos e matérias que preenchiam a primeira página das edições, com direito, inclusive, a edições extras.” (SENA, [19--?], p. 2)

Segundo Pinho (2008) a própria conjuntura baiana reivindicava por intelectuais atuantes no espaço público. Dessa forma, Requião percorreu as ligações entre o papel da imprensa e o perigo de sua prática ao envolver-se em questões que o colocaram em perigo e situações de perigo.

Em matéria intitulada “Altamirando Requião transpõe os umbrais da humanidade”, publicado em periódico da época, em que é divulgado o acontecimento da cerimônia de posse do autor na Academia de Letras da Bahia, Requião fala ao repórter que o jornalismo ocupou grande parte do seu tempo, impedindo-o de candidatar-se à cadeira desde 1920 ou 1922. Conta ainda que, de 1915 a 1939 ou durante quase um século, escreveu artigos e crônicas aos milhares, que encheria talvez setenta volumes de 400 páginas. Sustentou algumas campanhas formidáveis, das quais, como afirma o próprio Requião: “por pouco, iam levando-me ao sacrifício.”

Assim como outros intelectuais baianos, foi um homem engajado ao ambiente político partidário, onde iniciou sua participação na política partidária em meados do século XX. Por meio do universo jornalístico e, devido ao tempo em que figurou como diretor do Diário, tornou-se muito popular e engajado com a política conservadora, recebeu significativo apoio da população na capital e nos sertões. Foi um dos deputados mais votado nas eleições de 1933 e conquistou eleitores de diversas regiões da Bahia. Era antisseabrista e apoiou Rui Barbosa nas eleições para deputado federal e depois para estadual. Assumindo o cargo de deputado federal, acompanhou Getúlio Vargas em viagem até Argentina e ocupou muitos outros cargos, como a segunda vice-presidência da Mesa da Câmara Federal e a presidência da Comissão de Educação, juntamente com Gilberto Freire e Jorge Amado.

Em sua trajetória no parlamento, participou de situações e decisões importantes, como a elaboração da Constituição de 18 de setembro de 1946. Reconhecido pela atuação no parlamento, foi nomeado pela imprensa de “campeão da palavra”. Debateu propostas vinculadas à área da educação e defendeu a necessidade de que a nossa língua passasse a ser chamada “Língua Brasileira”, o que foi motivo de inúmeras discussões.

Enquanto ocupou o cargo de deputado, defendeu também os interesses culturais do estado, como o problema entre a Bahia e o Rio de Janeiro, principiado em 1887 e terminado em 1947, como vimos no artigo “Velhos códigos retornam à Bahia” na *Revista do parlamento* (1947). Trata-se dos códigos do tempo do Governador Geral da Colônia, pedidos em empréstimos à Bahia, pelo governo central, para serem copiados pela Biblioteca Nacional e devolvidos de imediato. Contudo, passaram-se 60 anos e a União não cumpriu a promessa,

justificando que caberia à Biblioteca Nacional a responsabilidade pelo patrimônio de toda a nação, portanto, também da Bahia.

Altamirando Requião tornou-se porta-voz da Bahia na Câmara de Deputados e trabalhou de forma fervorosa para a resolução deste e outros problemas. Pronunciou-se sobre o assunto e nomeou uma comissão de técnicos, composta por Pedro Calmon e Rodrigo Melo Franco de Andrade para emitir um parecer sobre a questão. Depois da luta travada por ele, os códices voltaram para a Bahia.

Como foi mencionado acima, o jornalista compartilhou também a discussão em torno da nomenclatura e formação da língua nacional. Requião se dedicou a analisar aspectos linguísticos da nossa cultura, como fez no estudo intitulado *Razões Glotológicas e fonéticas da língua brasileira* [19--?]. Realizou outros estudos sobre a questão da língua, como o denominado *O problema sócio-biológico (SIC) da língua brasileira* (1963).

No texto “Língua portuguesa”, publicado na *Revista do parlamento* ([19--?] – ARQUIVO DO AUTOR) escreveu sobre a contenda em torno da nomeação do idioma falado no Brasil e propõe a alteração do nome para Língua Brasileira. Relata que, por conta de tal debate, foi nomeada uma comissão de Letrados para dar o parecer sobre o assunto.

Apesar disso, assevera que o parecer conclusivo, feito pela comissão nomeada pelo Ministério da Educação, não poderia ter validade em virtude de algumas razões enumeradas na sequência: primeiro, destaca o fato de o comitê ter sido destinado a apenas opinar sobre o assunto e não para resolver ou deliberar qualquer ato, posto que esta função caberia ao Poder Legislativo; depois, devido a maior parte dos examinadores já possuir opinião preconcebida contra o proposta da nova nomenclatura da nossa língua; e ainda pelo fato da discussão a respeito da língua nacional ter sido desenvolvida apenas sob o prisma gramatical, histórico e temático literário, quando, na realidade, segundo ele, tratava-se de uma questão de ciência glótica ou sociologia comparada.

Em seguida, o autor enumera argumentos de ordem sociológica, política e gramatical, como fatores suficientes para dar legitimidade à mudança da nomeação da língua oficial falada no Brasil. Para ele, a língua e a raça são elementos que se relacionam intimamente. Sendo assim, seria justo que o país tivesse a sua própria língua, já que havia conseguido se consolidar como um tipo étnico definido e desenvolvido características que se distinguem da realidade portuguesa:

Se há, pois uma raça formada ou em adiantada formação, essa deve ser, também, a sua língua, mesmo que houvesse herdado de outra gente raça, sob

feição primitiva, não há língua viva que não seja derivada de outra ou de outras línguas vivas. Ora, negar, hoje, que o Brasil tenha conseguido chegar a um tipo étnico, mais ou menos definido, que não é, de nenhum modo, o luso, que não é o aborígine, como também não é nagô ou o bantú, pareceria rematada simplicidade. (REQUIÃO, [19--?], p. 11)

Requião cita estudiosos sobre a formação da nação brasileira, como Arthur Ramos, Euclides da Cunha, Gilberto Freyre e outros, a fim de confirmar que a língua acompanha a evolução. Terminada a exposição dos argumentos sociológicos a favor da validade da mudança sugerida, ele expõe as premissas que compõem os argumentos de natureza política e concebe este caráter como condição preponderante para conferir a categoria de língua para uma fala, basta verificarmos o próprio exemplo da evolução ocorrida com a língua portuguesa que, conforme ele, antes não passava de um

[...] canhestro linguajar sem escrita, sucessor do romance do século IX e do século X e que somente após o advento da unificação política propiciadora da absorção da fala do sul, cheia de arabismo pela fala septentrional passou a tomar denominação de língua portuguesa. (REQUIÃO, [19--?], p. 12)

Apesar de considerar as questões gramaticais como argumento de menor importância, discorre sobre elas, afirmando que as semelhanças idiomáticas, existentes entre luso e o brasileiro, como no que diz respeito à lexicologia, não são argumentos suficientes para subjugar as diferenças relativas ao campo da prosódia, da semântica e da sintaxe, que o tempo e o espaço impuseram a elas. Conclui enfatizando sobre a importância de se conceber os variados aspectos que participam da formação de uma língua.

Percebe-se, desse modo, que Requião tenta contribuir com o debate a respeito da língua nacional apregoada no modernismo brasileiro, também desenvolvida por nomes como Manoel Bandeira, Raquel de Queiroz, Mário de Andrade e outros modernistas. Entretanto, a proposta do crítico baiano diferencia-se da sugerida pelos demais devido ao fato dela não focar a importância da linguagem popular na emancipação da nossa língua. O posicionamento político de Requião em relação à formação do nosso idioma sofreu várias críticas, justamente pelo viés conservador de suas exposições e pelo fato do autor defender a autonomia da língua, enquanto que sua elocução ainda se encontra presa à vernaculidade excessiva que se aproxima do lusitanismo parnasiano. O autor publicou vários textos discutindo, inclusive, algumas formas normativas de usar o dialeto nacional.

Apesar de o jornalismo ter ocupado grande parte do seu tempo, Requião publicou várias obras, das quais estão: *Luz* (1918) – poesias; *Consciência e liberdade* (1922) – crítica poligráfica; *Brutos e Titãs* (1923) – romance; *Os Rosais de meu amor* (1925) – crônicas

líricas; *Visões Fidalgas e Plebeias* (1928) – contos; *Meditações e confidências* (1930) - reflexões morais e filosóficas; a série de romances históricos: *O Baluarte* (1940), *Dom Marcos* (1976), *O Bravo Capitão* (1979), *O grande Fracasso* (1984); e estudos a respeito da língua Brasileira *Razões Glotológicas e fonéticas da língua brasileira* ([19--?]) e *O problema sócio-biológico (SIC) da língua brasileira* (1963); *A Bahia de ontem e de hoje* ([19--?]), catálogo de fotos em que apresenta as transformações físicas ocorridas no espaço urbano de Salvador, após a concretização dos 400 anos da cidade; e ainda as monografias *A glória do infante* (1960) sobre o centenário de D. Henrique, e *As mulheres e o amor na vida de Júlio César, ditador de Roma* (1960).

Além das obras mencionadas acima, escreveu algumas peças: “Héroí”, episódio dramático, dividido em dois atos, publicado no *Diário de Notícias*, em seis e dezoito de janeiro de 1917; a “Queda do Gênio” (1911), drama dividido em três atos, lido no Grêmio Literário, na noite de 25 de julho de 1911; e outras peças inéditas: “A Vitória do Gênio”, segunda parte que complementa “Queda do Gênio”, também em três atos; e “Por um raio de Luz” (1915), símbolo trágico, em um ato. Produziu ainda, em 1911, trabalhos sobre crítica teatral acerca de algumas peças representadas por uma companhia dramática francesa que se apresentou no teatro Politeama.

Ao analisarmos a trajetória do autor, percebemos que a sua meta como artista era deixar um legado sobre a memória e a história da cidade de Salvador. Os romances históricos, as discussões a respeito das narrativas sobre a nossa história, através dos artigos publicados e o catálogo de fotos montado por ele mostram o desejo de preservar a memória cultural da capital baiana. O catálogo, por exemplo, registra e compara as mudanças ocorridas na arquitetura, topografia e geografia dos lugares fotografados durante a passagem do século XIX para o século XX. O texto, que acompanha as fotos, revela que o escritor encara as mudanças ocasionadas na paisagem de Salvador como algo resultante das transformações históricas ocorridas na cidade, por isso pretende proporcionar às futuras gerações um retrato da evolução pela qual passou a cidade de Salvador.

3.2 A POESIA DE REQUIÃO

Como poeta, tornou-se conhecido pela sua peculiaridade romântica e colaborou com revistas e jornais da cidade. Em 1912, utilizando o pseudônimo de F. Nietzsche, participou de concurso de sonetos promovido pelo *Jornal de notícias*. Escreveu para as revistas *Via Láctea* e *Revista Brasil*. Nesta última, concentrou maior publicação. Lançou *Luz*: poesias de duas épocas em 1918, coletânea de poemas publicados em outros suportes antes. A obra foi bem recebida pela crítica e recebeu comentários favoráveis de personalidades como João Grave e Monteiro Lobato. Conforme Veiga:

A poesia de Altamirando Requião é tipicamente pré-modernista, com heranças românticas e alguns laivos de simbolismo. Embora marcado pelo passado, teve olhos para ver a nova poética que surgia no país. Antes que aparecesse, em 1928, o movimento Arco & Flexa já acompanhava de perto as manifestações de modernidade na poesia brasileira. (VEIGA, 1993, p. 53)

Alguns de seus poemas possuem também uma forte influência do estilo poético de Álvares de Azevedo, Byron e Shakespeare. Por isso, é chamado pelos escritores contemporâneos de “Apóstolo de ferro do byronismo” e “cultor fervoroso de Byron e Shakespeare”. (VEIGA, 1993, p. 53), como vemos no poema transcrito abaixo:

VELHAS TORRES

Torres cansadas, que trazeis de outr’ora
A dorida visão de negros dias,
De penitentes almas arredias
A triste posição a guardais agora!

Quantas mágoas e quantas agonias
Não presenciastes, pelo tempo afora!
Hoje, as festas lembrais de vossa aurora,
Silenciosas, desertas e sombrias

Nem um toque de sino ou de monge...
Viveis sob a ilusão dos Esquecidos
A alma voltada para Muito-Longe...

Torres, que conheceis mil aventuras,
Representais braços estendidos,
Invocando a clemência das alturas. (REQUIÃO, 1979, p. 34)

Os poemas publicados em *Luz*: poesias de duas épocas (1918) organizam-se em sete partes e carregam traços que unem estéticas e escolas. Ao mesmo tempo em que percebemos

a preocupação rigorosa com a forma, os versos estéticos, as rimas perfeitas, é possível identificar neles um contato permanente de lirismo e emoção, aproximando-o dos moldes românticos. Há ainda uma diversidade temática que não restringe a sua filiação em uma única estética literária e o aproxima da indefinição de caráter, comumente associada ao momento pré-modernista brasileiro, pois seus versos abarcam temas que vão desde a perfeição formal, até à morte, o sofrimento amoroso, os desencantamentos humanos, o sertão, os sonhos, memórias líricas e homenagens a familiares, amigos, poetas e escritores.

No artigo “Luz, um livro luminoso” ([19--?]), Antonio Lourenzo de Souza discorre sobre a obra poética do autor, relançada depois de 61 anos. Diz que a obra recebeu críticas do Brasil e de Portugal e afirma que Requião possuía um estilo forte e de linguagem ática. Compara o conhecimento do poeta sobre os segredos da língua ao de Camilo Castelo Branco.

Requião recebeu críticas favoráveis do artista português João Grave e alguns dos seus livros também foram publicados em Portugal. Lourenzo diz que apesar dos versos terem mais de meio século que foram lançados pela primeira vez, não perderam a força e beleza nem tão pouco se desatualizaram. Menciona ainda que embora os versos de Altamirando Requião possuam a uniformidade do conjunto de Baudelaire, sem a amargura e ceticismo expostos em *Flores do mal*, os seus poemas, apreciados isoladamente, são caracterizados por um intenso lirismo e não apenas pela forma estética.

Segundo Veiga (1993), o contato com o escritor Ronald Carvalho foi determinante para que, em 1928, Requião começasse a produzir e defender a poesia participativa dos moldes modernos. Contudo, produziu apenas alguns poemas com características da nova estética, os quais foram publicados apenas em jornais da época, exemplo do poema “Ao telephonio”:

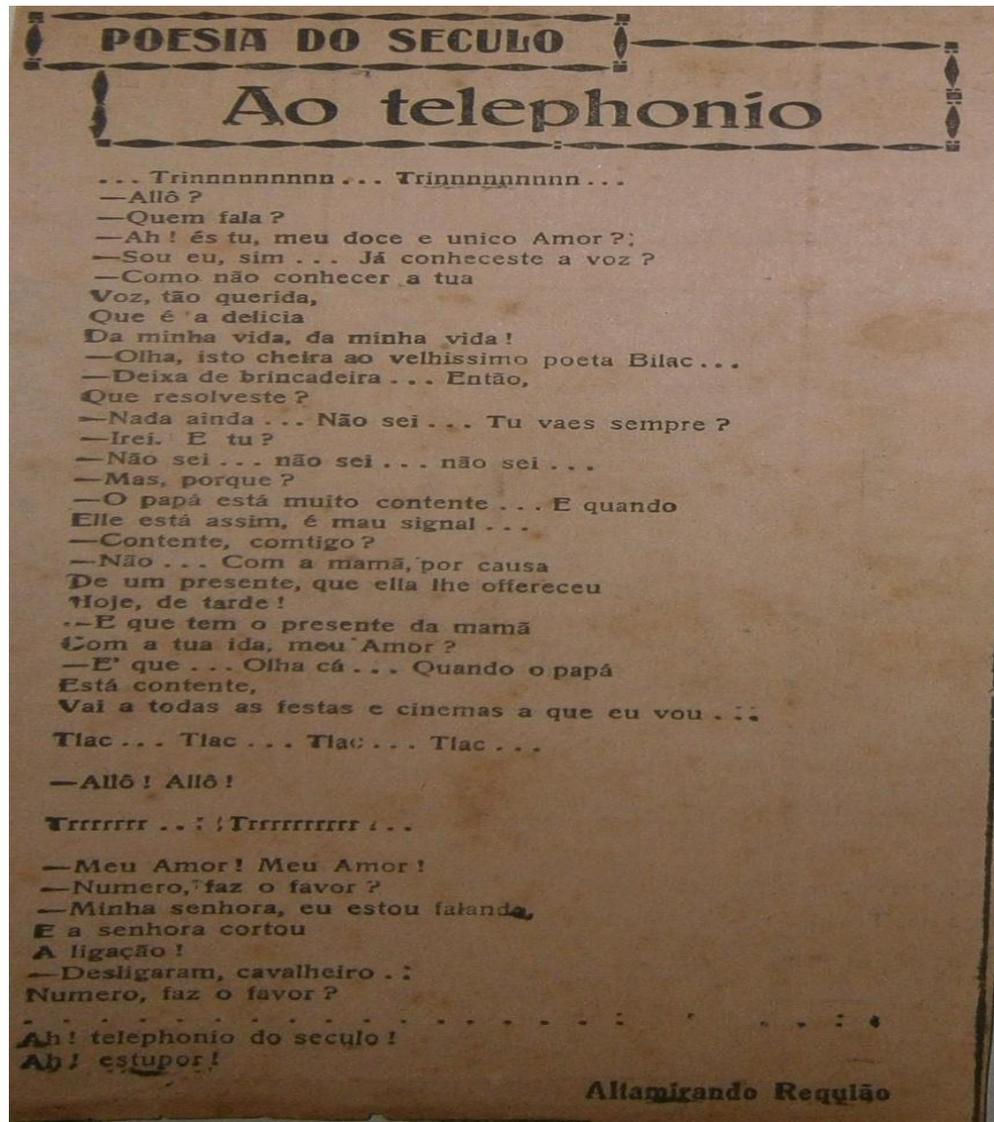


Figura 2 - Poema publicado em periódico.

Algumas composições de cunho modernista que produziu são paródias, como o poema “Um prego”, inspirado no poema “No meio do caminho tinha uma pedra” de Drummond:

UM PREGO

Eu ia pela estrada longa...
 Pela estrada longa eu ia...
 A estrada era longa, longa, longa...
 E eu ia, ia, ia, ia, ia...

Um prego estava no meu caminho,
 Virado de ponta para cima...
 Bem no meio do caminho,
 De ponta para cima estava virado, um prego!

E eu ia, ia, ia...
 Ai! A ponta do prego...
 Ai, meu pé!
 Ai, meu pé! (VEIGA, 1993, p.54)

A variedade presente na produção poética do autor remete-nos à hipótese de que ele tentou se enquadrar em algumas estéticas literárias predominantes, como por exemplo, através das produções de poemas com caráter modernista e paródico. Percebemos que ele soube transitar pelo sistema literário e cumprir sua missão literária.

3.3 FICÇÃO, HISTÓRIA E A SÉRIE “OS INVASORES”

O primeiro romance, intitulado *Brutos e Titãs*, foi lançado em 1923 e surgiu primeiramente sob a forma de folhetim. Depois foram lançados 2.200 exemplares pela editora de Monteiro Lobato. Segundo Veiga (1993) este romance tem caráter regionalista e é marcado pela experiência adquirida por Requião, quando viveu no sertão baiano, dez anos antes de sua publicação.

A produção do romance é acompanhada por Monteiro Lobato que, inclusive, dá sugestões ao autor para que sua narrativa venha a ser reconhecida pelo público-leitor. Já Jorge de Souza Araujo, esclarece que esta obra está mais para novela do que para romance e que ela possui características do “[...] cândido Romantismo com seus elementos de sombra e luz, bem como libidinosos elementos antípodos presentes na atmosfera gritante do sexualismo do Realismo Naturalista.” (ARAUJO, 2008, p. 57).

Após o ano de 1940, depois de muito ter se dedicado ao jornalismo e à política, Altamirando Requião dá continuidade à sua produção literária, voltando-se para o romance histórico. Da mesma maneira que ocorre com outros autores brasileiros, a exemplo de Machado de Assis, não se afasta do trabalho da imprensa para dedicar-se à literatura. O autor baiano utilizou a imprensa também como ponto de partida para a publicação de suas obras, como vimos acontecer durante a publicação de artigos em que apresenta e discute aspectos acerca do romance *O Baluarte*.

Em 1914, já se tem registro da proposta do autor de discutir sobre a relação entre literatura e história quando a imprensa anuncia o lançamento da obra *Crítica e História*, que acabou não vindo a público. Requião projetava escrever dez romances históricos sobre as invasões francesas e holandesas, destacando os nomes de personalidades importantes para a história do estado e do país, e ainda o sentimento pátrio que fez brotar vários mártires e heróis participantes de diversas lutas e conflitos históricos na Bahia. Contudo, publicou somente quatro volumes que integram a série de ficção histórica denominada “Os invasores”.

Em artigo, intitulado “Dois séculos de vida colonial bahiana através de romance” (SIC), publicado no jornal *O Imparcial*, em 16 de agosto de 1940, Requião fala sobre o seu projeto de construir uma obra histórica,

Concebi o plano de uma obra histórica, genuinamente nacional, através do romance descritivo e principiei a realizá-lo, servindo-me do ambiente desta velha cidade, ao tempo em que ela começava nas Portas de Santa Catarina (depois Portas do Carmo) e morria nas portas de Santa Luzia (mais tarde Portas de São Pedro). Guerra, amor, ódio, reabilitação, eis o livro cuja finalidade é fazer devida justiça a vultos do passado de nossa terra!. (REQUIÃO, 1940, p. 4)⁴

As obras são resultado de cerca de 20 anos de estudos, intensificados depois que se afastou da atividade jornalística em dezembro de 1939. Cada romance da série de dez volumes trataria de um episódio da história do período colonial correspondente ao primeiro quartel do século XVII, até o final do século XVIII. Projetava que as obras tivessem um caráter independente, para que o leitor pudesse assim tomar conhecimento de uma sem ter necessariamente a obrigação de conhecer as outras.

Nesta série, Requião aborda o momento histórico das invasões holandesas na região Nordeste. Trata-se dos romances *O Baluarte* (1976), *Dom Marcos* (1976), *O Bravo Capitão* (1984) e o *Grande Fracasso* (1984). Os três primeiros abordam o momento histórico da segunda invasão holandesa na Bahia; e o último trata da ocupação holandesa em Pernambuco. Esta coleção traz uma contribuição significativa para se pensar a relação entre literatura e história, uma vez que o jogo entre o histórico e o ficcional está presente na produção romanesca de Altamirando Requião.

O Baluarte (1976), romance ao qual se dedicará este estudo, narra episódios e contradições que permearam o contexto da invasão holandesa na Bahia. Nessa obra, o autor tece um panorama do momento cultural da Bahia no século XVII, nos anos de 1623 e 1624, trazendo informações sobre a arquitetura predominante da cidade de Salvador, as transformações urbanas ocorridas nesse período, a participação dos jesuítas no cenário da guerra, as implicações dos interesses políticos e familiares durante o conflito e os dramas amorosos em meio ao turbilhão de acontecimentos que marcaram o momento.

A narrativa inicia-se com a descrição da movimentação estranha no domicílio do Bispo D. Marcos Teixeira, na noite de outubro de 1623, e com a especulação do que poderia estar acontecendo na casa, já que o religioso costumava se recolher, aos seus aposentos, assim

⁴ Fizemos algumas atualizações na linguagem e vocabulário das citações de Altamirando Requião e outros autores do mesmo período, a fim de auxiliar o leitor contemporâneo.

que “[...] o sino da Câmara batia as badaladas do recolher.” (REQUIÃO, 1976, p. 7) Em seguida, o narrador nos informa que a movimentação se tratava de uma reunião onde se encontravam presentes Francisco de Barros (capitão de milícias); Pedro da Cunha (comerciante); o Bispo D. Marcos; a jovem Eunice (sobrinha do Bispo) e o filho do capitão Francisco de Barros.

O objetivo do encontro era discutir sobre o namoro entre Antônio Mendonça (19 anos, filho do governador) com a moça Eunice. O grupo almejava conseguir a aprovação do Bispo em relação ao namoro dos jovens, já que ele possuía alguns desentendimentos com o governador Diogo de Mendonça. A princípio este fato é um empecilho para a concretização do romance entre Antônio Mendonça e Eunice. O relacionamento entre ambos foi aceito pelo tio da moça, ocasionando uma trégua entre a autoridade religiosa e o Governador da capitania, mas, em seguida, a história de amor dos jovens é novamente ameaçada pela chegada da personagem Raquel, por quem Antonio de Mendonça se apaixona.

O triângulo amoroso que se constitui na trama é colocado pelo narrador também como um dos possíveis fatores que motivou a derrota da capitania durante o bombardeio flamengo. Ao tomar conhecimento sobre o sofrimento da sobrinha por causa da traição do namorado, o Bispo resolve vingar-se do governador, incitando centenas de milicianos e homens, integrantes da tropa religiosa que havia sido prometida para a batalha, a voltarem para casa diante do alarme falso de que os invasores estavam chegando, como afirma o narrador:

Estava certo, convencido, de que Antonio de Mendonça era um títere, um autônomo nas mãos do solerte chefe de governo, o qual movimentava ao bel prazer, puxando-lhe os cordéis. [...] Ah, mas, agora, teria oportunidade de vingar-se. E vingar-se-ia, abertamente, às claras, como lhe era do feitio! (REQUIÃO, 1976, p. 136).

No entanto, o governador já havia alertado ao filho para que não deixasse o sentimento atrapalhar a missão de proteger o Estado. E o aconselha a não romper com Eunice e assim evitar desentendimentos com o Bispo, como apresentaremos a seguir. Mesmo assim, o rompimento acaba sendo inevitável, pois Eunice vê o noivo junto com Raquel. Disse o Governador ao filho:

Lembrai-vos de quem tendes deveres supremos, penderes de exato cumprimento. [...] Sede digno de vosso nome e de vossa palavra empenhada, se o quiserdes, rompendo o compromisso que, espontaneamente, contraístes, mas não vos sobra a jus de refurgir à missão de pugnar pela defesa varonil do Estado que governo! [...] Evitai quanto puderdes, o rompimento molesto, que nos há de trazer conseqüências morais constringedoras [...] Dispensó

qualquer auxílio do prelado, é evidente, mas seu antagonismo ser-nos-ia grandemente desastroso. (REQUIÃO, 1976, p. 87)

O crítico Claudio Veiga destaca a recorrência da presença dos envolvimento afetivos nos romances históricos de Requião, a fim de conferir dimensão romanesca ao acontecimento histórico, o que demonstra também compromisso com o pacto ficcional:

Segundo a prática de outros romancistas, Altamirando Requião atribui a personagens verdadeiramente históricos sentimentos e atitudes que, na realidade, não tiveram. [...] E a mola mestra dessa trama é, certamente, um situação vivida no passado, pelo autor [...] o esquema sentimental em que A ama B que ama C: Eunice que ama Antônio de Mendonça que ama Raquel. (VEIGA, 1993, p. 120)

O desentendimento entre o Bispo e o Governador está presente também nas narrativas históricas sobre o período da invasão holandesa. Conforme Luis Henrique Dias Tavares (1991), Diogo Mendonça Furtado chegou à Bahia, em 12 de outubro 1621, com missão de reforçar as proteções da cidade. Para tanto, cobrou, de forma autoritária, novas contribuições dos colonos para construir mais fortes e reformar outros já existentes, o que lhe rendeu desafetos e opositores. O Bispo D. Marcos foi um dos que se opusera ao novo empreendimento, pois desejava que o governo priorizasse as obras da Igreja da Sé, em detrimento da construção dos fortes e dos baluartes.

A narrativa sobre o cotidiano da cidade de Salvador, a ameaça da invasão e a conquista dos holandeses do nosso território é tecida, entre outros aspectos, através do entrelaçamento entre o drama amoroso vivenciado pelos personagens citados acima. A preocupação em resgatar a memória histórica da cidade de Salvador do século XVII faz com que o romancista preserve em sua narrativa a presença dos personagens históricos, como o 5º Bispo do Brasil, D. Marcos; o governador Diogo de Mendonça; Jacob Willekens e Pieter Heyn, comandantes da Esquadra invasora e outras personalidades importantes para a consolidação do conflito. Aparecem também, rapidamente, Antônio Vieira (ainda adolescente) e o Frei Vicente do Salvador.

Em *Dom Marcos* (1976), temos a narrativa do período de ocupação dos holandeses de 10 de maio de 1624 a 30 de abril de 1625. Nesta obra, o protagonista Dom Marcos demonstra arrependimento por acreditar ter sido responsável pela vitória dos holandeses sobre as tropas da Bahia. O bispo não acreditava na veracidade das ameaças de invasão, divulgadas pelo governo baiano e como estava aborrecido com Antonio de Mendonça, filho do Governador, o líder religioso incita os civis, que ajudariam na da cidade de Salvador, a abandonar seus

postos e voltarem para suas casas, deixando o exército baiano mais vulnerável ao ataque holandês.

A história inicia-se com a retomada dos últimos acontecimentos narrados em *O Baluarte* e, em seguida, destaca o percurso do Bispo, após a invasão, até ocupar o cargo de Capitão-mor do governo. Além de destacar a atmosfera da Bahia, naquele momento de ocupação, a narrativa evidencia o heroísmo dos outros personagens locais que participaram dos conflitos entre os povos oponentes. Entre eles estão André Padilha, espadachim, filho do corajoso e temido capitão Francisco Padilha, personagem principal do próximo romance; Raquel, heroína romântica que se integra ao grupo de milicianos, a fim de vingar a morte do amado Antônio de Mendonça Furtado; Pedro da Sé, primo de Antônio Vieira, e também importante componente do exército baiano; e Lucas Bicalho, vendeiro, pai de Aninha (esposa de Pedro da Sé).

A mesma fórmula amorosa, em que A ama B que ama C, é repetida nesta trama romanesca e, desta vez, envolve Raquel, que ainda ama Antônio de Mendonça mesmo após a morte, e André Padilha que demonstrara ser apaixonado pela moça muito antes dela se enamorar pelo filho do governador. Diante da morte deste último, André Padilha resolve declarar-se para a moça. Esta promete casar-se com o soldado com a condição de que ele a proteja durante os conflitos. O casamento acontece como prometido, mas oito dias depois chega a notícia de que Antonio de Mendonça, juntamente com o seu pai, estariam presos dentro de uma das naves da esquadra do flamengos.

Desesperada por causa da boa nova, Raquel conversa com Padilha e decide se entregar ao governo holandês para viver junto ao amado, com a justificativa de que seria irmã de Pedro Mendonça. Contudo, o governador militar encanta-se por ela e, dois meses depois, casam-se e vão morar em Amsterdã. O mistério sobre a morte de Antonio Mendonça de Furtado e de seu pai permanece na obra.

A narrativa culmina na morte de André Padilha, após demonstrar, mais uma vez, a coragem que lhe era peculiar, matando o coronel holandês van Dorth. Em seguida, em oito de outubro de 1924, falece também o bispo D. Marcos que é substituído pelo Capitão Francisco Nunes Marinho.

Já em *O bravo capitão* (1979), Altamirando Requião homenageia a figura heroica do capitão Francisco Padilha que é exaltado pelas vitórias nos conflitos entre as forças baianas e holandesas, durante o período em que a Bahia ficou sob o domínio flamengo. As narrativas bélicas, que compõem a obra, destacam a honra e a competência militar do capitão Padilha,

mostrando a sua astúcia ao liderar os planos de surpreender os inimigos, escapar das emboscadas e vencer as tropas adversárias.

A primeira aventura, comandada pelo capitão, foi o livramento de Pedro da Sé que encontrava sob o domínio dos holandeses, há seis meses, e seria enforcado se os soldados baianos não chegassem a tempo para salvá-lo. Após este episódio, outras ocorrências de cunho heroico sucederam nas páginas desta narrativa, reforçando a coragem e civilismo de Padilha que, em dois dos conflitos narrados, consegue matar, sequencialmente, os governadores Van Dorth e Albert Schouten. E assim, conseqüentemente, enfraquecer as tropas adversárias.

Após sucessivas derrotas e reforço de novas esquadras luso-espanholas, os invasores ficam vulneráveis, resultando em um acordo firmado entre as partes para a desocupação dos holandeses das terras baianas. Apesar da desocupação flamenga, os estrangeiros continuavam ambicionando vingança e adentrar novamente na Baía de Todos os Santos. Após conseguirem ancorar mais uma vez na Bahia, as tropas inimigas enfrentam-se, deixando mais de trinta mortos, como resultado de uma luta sangrenta que culmina no confronto corporal entre Padilha e Pieter Heyn. E, por fim, na morte heroica do Capitão Padilha:

O protagonista de tantos prélios decisivos, o feliz campeão de tantos louros colhidos, o pugnaz concorrente de tantos embates memoráveis perdeu o equilíbrio. Titubeou. Largou a adaga e o pescoço já arroxeadado do rival, em via de estrangulamento, e, como o jequitibá gigante das matas de sua terra natal, lascado de borrasca, sob a fúria do noroeste arrastador, caiu junto do almirante sucumbido...
Morrera sem poder consumir sua vitória. Era o fim desgraçado do bravo Capitão, como o epílogo também, de uma epopeia de civismo... (REQUIÃO, 1979, p. 147).

O grande fracasso (1984) foi lançado pelo autor quando este completara 90 anos de idade. Diferente das obras anteriores que compõem a série “Os invasores”, a narrativa é ambientada em Recife, durante a ocupação holandesa, ocorrida em 1637, liderada por Mauricio de Nassau. Além das tramas e conflitos que ocorrem durante o período, a história é entrecortada pelo relacionamento amoroso entre o chefe holandês e a personagem conhecida como “Divina Viúva”, moça que desperta encantamento em todos pela sua beleza.

Segundo Antônio Loureiro de Souza, em artigo publicado no Jornal *A Tarde*, Requião consegue participar ao leitor momentos importantes da história do Brasil, “através de nítidas e coloridas cenas, descritas através de seu estilo castigado não encontradiço nos modernos romances brasileiros, sem descambar para um barroquismo piegas e fora de moda”. (1984, p.6).

Os dois últimos romances, que compõem a trilogia, retomam, de forma recorrente, o contexto e episódios presentes em *O Baluarte* (1976), despontando o horror, o drama e as manifestações de coragem e civilismos, expressados pelos portugueses e baianos, que compunham as tropas brasileiras nas batalhas contra os invasores. Algumas interrupções feitas na narrativa, a fim de explicar a linhagem de personagens ou fatos que aparecem na primeira obra comprometem o ritmo das narrativas dos romances que sucedem *O Baluarte* (1976). Observamos ainda a repetição de algumas informações claramente presentes em todas as narrativas, como a presença de Antonio Vieira, naquele tempo ainda aluno do Colégio da Companhia de Jesus, corroborando a necessidade de destacar a presença das figuras importantes do século XVII.

Em todos os romances da série, é frequente a preocupação do autor em dialogar sua ficção com os discursos históricos a respeito do contexto referenciado nas obras. Além de fazer uso de citações de historiadores sobre os fatos históricos romanceados, para conferir veracidade à narrativa, ao final de cada obra o autor insere notas explicativas, as quais denomina “Apontamentos históricos”, com o objetivo de acrescentar informações, questionar e/ou destacar as divergências e versões conflitantes construídas pelos historiadores sobre um mesmo fato.

Ainda que se preocupe com o uso do que chama “verdade histórica”, produzida pelos historiadores, a inquietação em reescrever a memória da Bahia, do século XVII, aproxima a escrita de Requião das ideias acerca do questionamento sobre status da narrativa histórica, propostas por Hayden White (1994).

Cada capítulo das obras é iniciado com uma epígrafe de um estudioso do século XVII, como Francisco Adolfo de Varnhagen, Frei Vicente de Salvador, Rocha Pombo, Luís dos Santos Vilhena, Braz Amaral e outros. A fundamentação teórica de sua narrativa confirma o rigoroso projeto de retirar a substância da “Verdade e da História”, os elementos indispensáveis ao curso de seus romances (REQUIÃO, 1967, p. 20).

Em artigo publicado na tribuna da Bahia, em 22 de setembro de 1982, intitulado “Altamirando Requião, o que conta, como poucos, as coisas da nossa história”, o periodista⁵ avalia os romances históricos do autor e afirma que as invasões holandesas foram conduzidas por um sentimento de nação que se diferenciava do colonial. Para ele, além de aparecerem valores sociais nesses romances, eles preenchem uma lacuna na historiografia baiana, o que ressalta o seu sentido nacional:

⁵ Não foi possível identificar o autor do texto.

“Requião é com efeito, um dos poucos escritores brasileiro capazes de combinar técnicas literárias descritivas e narrativas com rigor quanto a utilização de faros históricos fidedignos. A exemplo de Walter Scott [...] em algumas obras a posse da técnica expositiva e o conhecimento histórico não subjugam a imaginação do criador literário.” (ARQUIVO DO AUTOR, 1982, p. 10)

A preocupação com a linguagem é uma particularidade recorrente nas obras mencionadas. O autor faz questão de preservar o dialeto do século XVII, carregando seu texto de arcaísmos próprios da linguagem pomposa da época, a fim de revestir de maior historicidade a sua obra e dar característica perfeita do ambiente baiano no século XVII. Segundo Veiga (1993), Requião foi um exímio leitor de clássicos do século XVII, como Antônio Vieira e Manoel Bernardes, o que pode explicar o domínio e o uso da linguagem barroca e o excesso de expressões latinas neste romance. A respeito do exagero da linguagem, utilizada pelo autor em seus romances históricos, e das qualidades da narrativa de Altamirando Requião, Jorge Araujo ressalta que:

Narrador de ofício, Altamirando Requião revela qualidades em prender o leitor na intriga, nas malhas da ação do romance. Mas o capital em um romance, mesmo um romance histórico, consiste em também livrar o leitor da necessidade de um glossário de termos, uma vez que o texto de Requião está inçado de vocabulário absconso, preciosista, quase esnobe [...] Mas o mesmo Altamirando Requião é capaz da imagem fina, como a lírica descrição que faz André Padilha ao pai, Francisco Padilha, da amada Raquel [...]. (ARAUJO, 2008, p. 60)

Como ocorre com outros romancistas históricos tradicionais, ao reproduzir a linguagem oral e historicamente datada das personagens do século XVII, em prol da verossimilhança, o narrador transforma-se no que Rogério Puga chama de “tradutor/mediador cultural” (PUGA, 2006, p.75), aquele que recria o passado ficcionalizado. Os arcaísmo e termos latinos, utilizados pelas personagens da trama, são traduzidos através de notas de rodapés ao final das páginas.

Jorge Araujo destaca também os ecos da obra *As Minas de prata* de Alencar, no que se refere à prosa lírica e paisagística da narrativa, do autor baiano. Em seguida, compara os projetos ficcionais dos dois autores e a relação entre ficção e história em suas obras:

Ainda que pálido, o esforço narrativo de projeto ficcional debruçado sobre a História permanece reinvestindo no universo estilístico e memorial do Alencar de *As minas de prata* com a crassa diferença do que Alencar fazia questão de rasurar: o romancista de *Iracema* tinha consciência e natureza

condicional de que fazia ficção tomando a história como pretexto. Em outros termos, Alencar romanceava a história em seus projetos ficcionais e não uma ficção histórica. (ARAUJO, 2008, p. 59 - 60)

A busca incessante pela pertinência com os discursos históricos, a fim de dar coerência a sua narrativa, pode ser vista como um compromisso em resgatar a memória histórica da cidade de Salvador e receber o aval do público leitor. Nesta procura, percebemos, além disso, a influência da atividade jornalística na criação literária, através do compromisso do autor com o resgate das marcas de veracidade, que funcionam como provas de que está sendo narrado algo tenha existido. A documentação e representação da Bahia, do século XVII, na obra de Requião constituem-se, portanto, em uma valiosa fonte para os estudos literários, bem como para a memória cultural baiana.

4 AS RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA NO ROMANCE *O BALUARTE* (1976) DE ALTAMIRANDO REQUIÃO

Embora, desde os séculos XVII e XVIII, já houvesse romances de temática histórica, segundo Gyorgy Lukács (2011), o gênero “romance histórico” surgiu no século XIX, na Europa. Conforme o autor, a produção romanesca que antecede a produção de Walter Scott trata a história apenas como roupagem, faltando-lhe o elemento especificamente histórico: “o fato e a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo.” Importavam-se apenas com “a exposição da curiosidade e da excentricidade do meio e não o retrato artístico fiel de uma época histórica concreta.” (LUKÁCS, 2011, p. 33)

Os acontecimentos, ocorridos na Europa, entre 1789 e 1814, como Revolução Francesa, as Guerras Revolucionárias e a Ascensão e Queda de Napoleão fizeram com que o caráter histórico das revoluções se tornasse mais visível, fortalecendo o sentimento de que existe uma História por trás das ocorrências. Assim, esta disciplina passa a ser vista como uma produção transitória e mutável que interage diretamente com a vida de toda uma sociedade, destituindo a ideia de naturalização dos episódios e mudanças por parte de população civil:

[...] criam-se possibilidades concretas para que os homens apreendam sua própria existência como algo historicamente condicionado, vejam na história algo que determina profundamente sua existência cotidiana, algo que lhes diz respeito diretamente. (LUKÁCS, 2011, p. 40)

Todas as transformações, mencionadas anteriormente, vão despertar o sentimento nacional em vários países da Europa. Embora este nacionalismo tenha um caráter mais reacionário do que progressista, leva “as massas a vivenciar a história e a um novo despertar da história nacional, com recordações do passado, dos momentos de humilhação nacional [...]” e a se articularem em movimentos nacionais contestadores das condições sociais e ideológicas do capitalismo. (LUKÁCS, 2011, p. 41).

As implicações econômicas e ideológicas, consequências da Revolução Francesa, são sustentáculos para o surgimento do romance histórico de Walter Scott, que, como afirma Lukács, não se enquadra no perfil do nacionalismo romântico, pois se trata de uma continuação do romance social realista do século XVII. De acordo com o autor, Scott é, sem dúvida, o grande poeta da história, pois não há outro ficcionista antes dele que tenha demonstrado um valor tão diferenciado e profundo da história: “A temática histórica de

Walter Scott expressa o sentimento de que a verdadeira compreensão dos problemas da sociedade do presente só pode surgir da compreensão de sua pré-história, da história do surgimento dessa sociedade.” (LUKÁCS, 2011, p. 282) Além de Scott, Lukács aponta outros autores, como Tolstói, Balzac, Goethe e Púchkin como grandes escritores realistas do período.

Conforme Carlos Alexandre Baumgarten (2000), o romance histórico desempenhou importante papel na construção das identidades que desejavam se afirmar através da diferença e “corresponde àquelas experiências que têm por objetivo explícito a intenção de promover uma apropriação de fatos históricos definidores de uma fase da História de determinada comunidade humana.” (BAUMGARTEN, 2000, p.169). Cita José de Alencar como um dos maiores exemplos do gênero na literatura brasileira, pois:

não só apontou um dos caminhos a serem observados na construção da nova nação que desejava se afirmar – atestar que a mesma possuía uma história própria e que, portanto, era distinta da antiga Metrópole – como também ancorou a literatura produzida no País numa das vertentes – a do romance histórico – que há muito vinha sendo cultivada pelas nações europeias. (BAUMGARTEN, 2000, p.169)

Em *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*, Antonio R. Esteves narra a trajetória do romance histórico brasileiro e garante que as primeiras manifestações do gênero aconteceram após a Proclamação da Independência, diante da necessidade de se instalar um conceito de nação brasileira e construir uma cânone cultural e literário que afirmasse as diferenças do novo país. Nas primeiras décadas da independência, surgem algumas “narrativas híbridas, divulgadas em formas de folhetins pelos nascentes periódicos, que podem ser consideradas como uma espécie de proto-história tanto do romance como gênero quanto do romance histórico no Brasil.” (ESTEVES, 2010, p, 44)

Esteves garante que antes do escritor cearense José de Alencar ser responsável pelo amadurecimento desse tipo de narrativa, com publicação das obras *O guarani* (1857), *As minas de Prata* (1862-6), *Iracema* (1865), *Guerra dos Mascates* (1871) e *Ubirajara* (1874), autores como Francisco Adolfo Varnhagem, Justiniano José da Rocha e João Manoel Pereira da Silva antecipam a produção de textos que misturam as crônicas históricas e a ficção. Menciona que apesar de Antônio Candido citar a obra *Um roubo de Pavuna* (1843), de Luís Silva Alves, como o primeiro romance histórico brasileiro, outras narrativas curtas e com zonas fronteiriças entre a novela, o romance e o romance histórico foram publicadas antes.

Depois da consolidação da ficção histórica pela pluma de Alencar, a produção do gênero seguiu conciliando duas vertentes:

o romance histórico de raízes scottianas, mas com a questão da nacionalidade em pauta, reforçada pela eficaz descrição da natureza local; e o romance regionalista, que desloca a ação para o interior ou para regiões periféricas de império, reforçando a ideia de uma unidade nacional costurada a partir de uma série de fragmentos locais; alguns de seus seguidores produzem um romance histórico de cunho regionalista. (ESTEVEVES, 2010, p. 51)

O autor esclarece que, ao longo de praticamente todo o século XX, no Brasil, continuou-se a produzir romances históricos “mais ou menos tradicionais”. Contudo, uma maioria significativa rompe com a ficcionalização de personagens históricos, um dos pressupostos básicos instituído por Luckacs para o modelo estabelecido por Scott. Além disso, muitos deles seguem os passos do regionalismo inaugurado por José de Alencar e transferem a ação para as diversas regiões.

Segundo Baumgarten (2000), a partir da década de 1970, os romances históricos tentaram recuperar e revisitar a escrita da história nacional. Ele afirma que, neste período, por exemplo, os romances históricos brasileiros, em geral, apresentam duas linhas: ora focalizam acontecimentos que integram a História, definidores da constituição física das fronteiras brasileiras; ora promovem a reflexão acerca da trajetória da história literária brasileira.

Já os romances históricos pós-modernos possuem um caráter mais combativo, diferente do aspecto totalizante presente nos romances tradicionais. Os primeiros chamam atenção para o marginal e mostram a responsabilidade dos historiadores e romancistas de fabricar e criar significados por meio da representação.

Conforme Rogério Puga (2006), para se definir o romance histórico é necessário que relacionemos os campos da história e da ficção, uma vez que o “subgênero supõe a existência de referentes extratextuais verificáveis que sustentam parte da rede de significações do texto ficcional.” Sendo assim, “Uma definição de índole narratológica do conceito de romance histórico deve partir da ponderação entre o romance como gênero e a História como fenômeno capaz de ser textualmente representado.” (PUGA, 2006, p. 3)

O autor aborda ainda que a essência híbrida do gênero imprimiu-lhe, por um bom tempo, uma carga negativa. No entanto, afirma que é justamente a fusão entre a ficção e os acontecimentos históricos que “veicula a dimensão dupla do romance histórico [...] uma narrativa ficcional em que os elementos espaços-temporais específicos de uma dada época são predominantes, surgindo assim da fusão ou do jogo premeditado de interpretação destas duas esferas.” (PUGA, 2006, p. 5).

Puga (2006) enumera algumas singularidades do romance histórico tradicional, como a presença do narrador, comentando os fatos e sua preocupação em salientar a natureza ficcional e/ou histórica da trama e alusão às fronteiras que separam a realidade da ficção; os temas de mudança social, presentes nas narrativas sobre revoluções ou período de tumultos sociais; a autoclassificação do gênero nos subtítulos dos romances, como por exemplo, *O Rancho de Carqueja: Tentativa de romance histórico*, (1864) de Antonio Francisco Barata; a convivência entre figuras que foram agentes da história e outras ficcionais; além da interface entre literatura e história, aponta a intertextualidade entre ficção e outras áreas como a etnografia e a antropologia; a importância da caracterização do contexto cultural da intriga; e o caráter educativo deste gênero romanesco.

Dos aspectos mencionados acima, o primeiro que nos chama atenção no romance *O Baluarte* (1976), de Altamirando Requião, é a sua preocupação em distinguir a natureza ficcional e histórica da sua narrativa. Para produzir os romances da série “Os invasores”, Requião justifica seu projeto a partir da ideia de que o romance histórico deve preservar as ideologias históricas e ficcionais em sua escritura. Em *O Baluarte* (1976), o autor deixa claro que pretende recompor a memória do período da Invasão Holandesa na Bahia, tomando como ponto de partida estudos de textos da historiografia tradicional, feitos por ele, para compor as crônicas.

Logo no início do romance, ressalta que, apesar das narrativas serem baseadas na História, não nega que possa haver nelas fantasias, problematizando as fronteiras entre o relato ficcional e o histórico:

[...] é que iremos assistir aos fatos supervenientes desta humaníssima narrativa, no desenrolar de cujas páginas honestas a fantasia, quanto lhe caiba, não sacrificará jamais a substância da Verdade e da História, porque é delas que vai retirar, precisamente, os elementos indispensáveis ao seu curso... (REQUIÃO, 1967, p. 20)

Toda a trama é permeada pela vontade do narrador em manter ou ter a sua narrativa o mais próxima possível do que ele concebe como “verdade”⁶ sobre os acontecimentos. Segundo Pinto de Carvalho, este é o maior valor da obra de Requião, uma vez que, para ele, algumas obras, as quais são denominadas como romance histórico, não passam de meras falsificações dos acontecimentos históricos: “ou não é romance, ou não é história. São, em geral, livros em que se deturpam a história, dando falsas noções de suas efemérides a quem já

⁶ As expressões “verdade ou verdade histórica” são repetidas algumas vezes neste trabalho, pois se tratam de termos constantemente utilizados pelo autor em seus textos.

não tenha conhecimento sólido e seguro.” (CARVALHO, 1940, p.3) Na opinião de Carvalho, o romancista consegue imprimir a ficção aos fatos, sem contudo, desfigurar o caráter do gênero romance histórico.

Requião escreve tanto para o leitor que conhece as narrativas sobre as invasões estrangeiras e pode questionar a verdade histórica aproveitada no romance, quanto para aquele leitor que desconhece o que dizem os registros acerca do período. Preocupa-se com expectativa do público receptor da obra, por isso, mesmo que não se possa imputar, ao romancista, a pretensão puramente historiográfica, a tentativa de reproduzir os dados históricos, de forma fidedigna, tem a finalidade de conquistar a confiança do leitor. Temos um narrador atencioso que prima pela aceitação e confiança do público e faz o possível para demonstrar segurança quanto aos dados apresentados.

No artigo “História e romance histórico” (1940), Altamirando Requião denuncia que tanto o gênero da literatura, quanto a própria história negligenciam o compromisso com a “verdade histórica”. Para ele, é muito comum encontrar inverdades sobre acontecimentos históricos nas documentações produzidas por historiadores e em alguns romances que se fundamentam nas fontes históricas, como é o caso do romance *As Minas de Prata*, de José de Alencar, que versa sobre os fatos coloniais baianos do século XVII.

Apesar de não questionar a importância e a qualidade da obra de José de Alencar, acusa-o de apresentar informações, em seu romance, que não condizem com os registros históricos sobre o assunto. O primeiro equívoco apontado pelo autor baiano diz respeito à informação de que o Governador Diogo Menezes de Siqueira retornou à Bahia, em 1º de janeiro de 1609, após ter passado um ano em Pernambuco. Segundo Requião, Alencar atrapalha-se em algumas datas, pois conforme registros de historiadores, como Varnhagen, Accioly, Solano e Matoso, o Governador não passou tanto tempo na capitania pernambucana como aparece na narrativa.

Em seguida, apresenta outros deslizes cometidos pelo escritor cearense, como a informação equivocada de que o cavaleiro Álvaro de Carvalho ocupava o cargo de alcaide-mor naquela época, quando na realidade, esta figura, sem dúvida, jamais ocupou tal cargo:

Pura invencionice, sem lógica, sem necessidade e sem proveito. O alcaide-mor da metrópole brasileiro – o 2º por sinal, em série, na crônica de nossa vida de colônia, era Duarte Muniz Barreto e ninguém mais. Álvaro Carvalho, o único que temos notícia, dentro dos séculos XVI e XVII na Bahia, foi capitão-mor do governador Francisco de Souza, havendo-o até substituído no poder quando este fora em busca do famoso tesouro de Robério Dias, nas terras do interior. (REQUIÃO, 1940, p. 4)

Revela que José de Alencar apresenta Fernão Cardim, como Provincial dos Jesuítas do Colégio baiano, em 1609, mas o religioso teria ocupado o cargo em 1587 e 1592 e voltado à função somente em março de 1621. Em seguida, destaca a ignorância do romancista romântico acerca da topografia e paisagem urbana da cidade de Salvador no período colonial. Termina o artigo salientando que se um escritor do quilate de Alencar cometeu tais enganos, possivelmente, os romances históricos produzidos no século XX também podem ser questionados:

Como os citados, há, em *Minas de Prata*, uma infinidade de outros enganos, cada qual mais chocante e ruidoso. Se, porém, eles ocorreram com uma figura do peso e do merecimento de José de Alencar, que é razão de orgulho da literatura brasileira, avalie-se o que não sucederá com a mor parte dos que se aventuram a escrever o tal *romance histórico*, em nossos dias. (Requião, 1940, p. 4)

Ao mesmo tempo em que José de Alencar é apontado, por alguns críticos, como grande nome do romance histórico brasileiro, Pedro Américo Maia (1968) afirma que, nos romances classificados como tal, o escritor tem mais preocupação com os propósitos de romancista do que os de historiador. Dessa forma, os romances indianistas do autor incluem-se nos limites o romance histórico:

O seu indianismo nada tem de historicamente exato, o local, os fatos, as personagens de modo geral os índios de modo particular, são mais fantasia de sua imaginação do que tentativa de autêntico levantamento de nossas raízes mais profundas. [...] Alencar, estudando os velhos cronistas e a vida dos selvagens, só iria aproveitar o que fosse ao índio ou o que conviesse aos seus propósitos. Propósitos de romancistas e não de historiador e de romancista romântico que elevou indianismo a uma posição consequente e significativa. (MAIA, 1968, p. 51)

Em contrapartida, Adeíto Pinho, no artigo “História da Literatura e Diversidade Cultural: perspectivas e conflitos” [20--?], afirma que José de Alencar, em seu projeto de literatura, não busca ocultar verdades, mas sim representar a memória por meio da busca de significados para modelos culturais eleitos e queridos na memória cultural e pessoal:

Percebe-se que a representação da diversidade, segundo Alencar, passa pelo apego a uma memória capaz de determinar a formação afetiva e cultural do povo e da pátria. Há, nessa cosmogonia nacional, rudimentos do romantismo europeu mesclados ao conhecimento do homem e da natureza autóctone. Nas palavras do nosso romancista, há a percepção da conquista e da chegada da civilização aos trópicos, pelas palavras “selvagem” e “conquistada”. (PINHO, [20--?], p. 570)

Requião avalia o romance histórico de Alencar, partindo da concepção que tem formada a respeito do gênero. Para ele, o romance histórico deve apresentar, como premissa básica, o respeito aos dados históricos e jamais permitir que estes possam ser falseados na ficção. Por isso, questiona Alencar por não ter uma postura rígida diante da relação entre fato e ficção.

No artigo “Entregando o Baluarte à Bahia” (1940), Requião fala sobre a preocupação e dificuldades enfrentadas, durante a produção do romance, ao tentar aliar a verdade dos acontecimentos passados ao recurso da imaginação, ingredientes essenciais para a composição do gênero em questão. Além de afirmar ter como objetivo prestar um serviço às letras históricas do país, o autor esclarece que a série “Os Invasores”, a qual pertence *O Baluarte* (1976), foi planejada com o seguinte intuito:

de exaltar os fatores cívicos da Pátria, dando relevo a riqueza e o edificante de nossa História, dignificando a memória de mártires e heróis, reabilitando vultos caluniados, mostrando o quanto de magnífico e soberbo possuímos nas crônicas dos nossos antepassados excelsos, em suma, fazendo compreender à atual geração e às porvindouras que elas se devem orgulhar das reminiscências e das tradições da terra-máter, como da obra extraordinária de nossa civilização, através de quatro séculos de sacrifício, de abnegações e de devotamentos. (REQUIÃO, 1940, p. 4)

O autor afirma ainda que procura não somente ser justo ao seu ofício de escritor, mas também ser fiel e digno a si mesmo, para poder também ser digno aos leitores. Se pretendesse apenas exercitar o seu ofício, não faltariam teses morais ou bandeiras para erguer. No entanto, escolhe conjugar ficção com realidade sem preconceito ou segundas intenções. Para ele, o romancista que utiliza fontes históricas deve ser fiel e exato aos acontecimentos históricos, sem preferências ou ideologias, a fim de que possa fazer valer o papel educativo que lhe cabe:

Cumpra ao romancista que se utiliza das fontes históricas de uma Nação, principalmente da sua, dever supremo e grave, e que não pode ser traído [...] É o de servir-se das mesmas, em todos os casos, com indefectível preocupação de ser fiel e exato intérprete dos acontecimentos, sem preferências nem antipatias, para não mentir ao papel duplamente educativo, que lhe incumbe. (REQUIÃO, 1940, p. 4)

A cobrança da função didática do romance histórico é também referenciada por outros autores e críticos do gênero, como Ovel (1995, apud PUGA, 2006, p. 23). Este último, por exemplo, afirma que a formação do leitor, através da consciência histórico-humana presente no texto, é uma tendência que acompanha o desenvolvimento do romance histórico. Sobre o

caráter didático da sua obra e do romance histórico, enquanto gênero literário, Requião acrescenta ainda que “Educar, sobretudo, é o que cabe ao romance histórico, sob a pena de falta à sua função precípua, ou a sua principal característica. Para educar, todavia, de quanto não necessita o autor estar lembrado, no realizar do seu trabalho.” (REQUIÃO, 1940, p. 4)

A preocupação com a função pedagógica do romance histórico é colocada em prática, na obra *O Baluarte* (1976), através da utilização do material histórico, meticulosamente filtrado por um processo de análise e seleção dos dados sobre o acontecimento narrado; e da participação efetiva da figura do narrador do romance. Pois, assim como Puga (2006) apontou ser comum ocorrer nos romances históricos, o narrador da obra em estudo é bastante presente e comenta, com frequência, episódios e atitudes dos personagens.

O desejo de deixar algum ensinamento aos leitores, por meio da trama histórica e do perfil dos personagens, aproxima o narrador de *O Baluarte* (1976) da feição do narrador tradicional, proposto por Walter Benjamin em ensaio intitulado “O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1985). Isto porque é perceptível ele representa a figura do educador e do sábio, aquele que conhece e exalta a natureza humana das personagens heroicas do romance. Além de não se subtrair da narrativa, como faz o narrador pós-moderno, de Silviano Santiago (1989), aquele que assume apenas o papel de observador, o narrador demonstra estar interessado em transmitir uma sabedoria.

Sendo assim, a narrativa da heroica defesa do Baluarte é realizada por figuras dotadas de virtudes e perfis psicológicos, possuidores de uma consciência humana, que aproximam esses heróis de pessoas do nosso cotidiano. Os sentimentos expressos, como a bravura dos jovens Pedro Vieira, André Padilha e Antonio Mendonça, filho do governador; e a amizade fiel dos primeiros para com o último são exaltados pelo narrador, como virtudes essenciais ao homem:

Torna-se indispensável, aqui, acrescentar para melhor entendimento, que Padilha e Vieira eram criaturas mais ligadas a Antônio de Mendonça Furtado, por via de laços de estima e afinidade de caráter, que remontavam aos primeiros dias de governo de seu ilustre pai. Mano a mano, desempenharam de várias empresas, confiadas pelo governador, à solicitude do unigênito. [...] Nessas fortificações, aqueles três, braço a braço, foram de louvável assiduidade, sob a direção do Alcaide-Mor, auxiliando, compondo, sugerindo e dando entusiasmo, esse entusiasmo são, honesto e construtor, sem o qual nada de útil e duradouro se erige em nosso mundo. (REQUIÃO, 1976, p. 26)

O quitandeiro Lucas Bicalho é outra figura do romance que apresenta uma conduta moral intocável. Chefe de família exemplar, consegue juntar fortuna, mas se destaca pela humildade e bondade. A última virtude do personagem é evidenciada ao esconder, em sua

casa, os jovens Pedro Vieira e André Padilha, quando estes fugiam do Alcaide, por terem se envolvido em um conflito para defender Antonio Mendonça, o filho do governador: “Lucas Bicalho [...] homem morigerado, mas cheio de bondade conformativa, e adjuvante, em quem o altruísmo sobre-excedia qualquer outro sentimento, até mesmo o temor do meirinho, mesmo até a ameaça da polícia.” (REQUIÃO, 1976, p. 34)

Os personagens da história, presentes no romance de Requião, são figuras humanizados, por isso são apresentados como seres dotados de virtudes e fraquezas. Possuem caráter individualizado, traços particulares que se relacionam, de alguma forma, com o tempo em que eles vivem. Seus personagens são portadores de virtudes importantes para a constituição do caráter do ser.

Pinto de Carvalho afirma que em *O Baluarte* (1976) Requião “se converte em analista das paixões, no mergulhador de consciências, no psicólogo, cauteloso, que arma equações morais para apresentar com a exatidão de cálculos algébricos, o panorama de caracteres e de almas.” (CARVALHO, 1940, p. 3) O crítico destaca a perfeição descritiva com que o romancista pinta alguns tipos, sejam fictícios ou históricos, como por exemplo, as figuras do Alcaide da cidade de Salvador no século XVII e do quitandeiro Lucas Bicalho.

O narrador do romance analisado é multifacetado, uma vez que se apresenta tanto como historiador quanto como biógrafo, misturando papéis que tornam a narrativa em um denso mosaico de informações acerca do período histórico abordado. Segundo Puga, é comum que o narrador do romance histórico, frequentemente heterodiegético e onisciente, se afirme como

historiador/investigador e, até certo ponto, biógrafo que guia o leitor através da história e dos arquivos, utilizando, nos romances tradicionais, o pretérito perfeito ao rentabilizar a distância com o passado histórico através de apartes, comentários e descrições possíveis apenas algum tempo depois do tempo da acção. (PUGA, 2006, p. 45)

Preocupa-se em conceder os dados biográficos das personagens históricas de sua trama, de forma precisa e exata, a fim de exhibir os fatos e pensamentos constituintes da vida destes. Dessa forma, o leitor poderá conhecer alguns detalhes que rodeiam a trajetória da figura descrita. Quando há indefinição sobre qualquer informação acerca da biografia da personalidade histórica, o autor assinala, através de nota, presente nos “Apontamentos Históricos”, as versões que encontrou a respeito do fato e qual a variante que, em sua opinião, constitui-se “a verdade” ou mais se aproxima dela. Tais procedimentos indicam a prioridade do autor com a biocrítica histórica. Seu compromisso deseja submeter a ficção ao trabalho de curador da “memória perfeita” (PINHO, 2008).

Como já foi antecipado, Requião aponta as irregularidades encontradas nos registros biográficos sobre as verdadeiras idades do Bispo Dom Marcos Teixeira e do jovem Antônio de Mendonça furtado. Mostra que irá compor a narrativa e reconstruir o percurso dos personagens através de pesquisas feitas em uma diversidade de fontes e arquivos:

Sobre a idade de Dom Marcos Teixeira, em 1623-1624, divergem as opiniões dos mais sabentes. O doutor Varnhagen atribuía-lhe cerca de oitenta anos, ao passo que o eminente Frei Vicente de Salvador lhe dava menos de cinquenta. Pelo que conseguimos apurar, em documentos da época, em pacíficas investigações, tanto no Arquivo Público da Bahia, como no do Município desta Capital, chegamos a entender que o Bispo, se não atingira os setenta, era, entretanto, sexagenário, bem cabendo, no caso, o raciocínio do ilustre Rocha Pombo, no vol. IV, pág. 104, nota 1, de sua excelente e minuciosa *História do Brasil*. (REQUIÃO, 1976, p. 195)

[...]

Todos os autores que tivemos oportunidade de manusear, são acordes em referir que o jovem Antônio de Mendonça Furtado contava, apenas, dezessete anos. Parece-nos, todavia, que nisso há engano, e que a essa idade tinha ele, quando embarcou para o Brasil, em companhia de seu pai, segundo ligeira referência de Netscher, colhida de fonte obscura, responsável talvez pela versão anterior. (REQUIÃO, 1976, p. 196)

Lukács (2011) assevera que essa tendência à biografia, no romance histórico moderno, se dá pelo “fato de seus mais expressivos representantes desejam contrapor ao presente grandes personagens modelares do ideal humanista, apresentando-os como exemplos, precursores vivos e redivivos das grandes lutas atuais.” (LUKÁCS, 2011, p. 366)

Outra característica que aproxima a obra em análise dos modelos tradicionais é o fato da autoclassificação como romance histórico aparecer logo no título, pois como afirma Puga, “desde o século XIX que os subtítulos dos romances históricos se autoclassificam como tal” (PUGA, 2006, p. 8); ou ainda por fazerem referência a figuras históricas conhecidas e ao tempo e espaço em que os personagens se movem. Todos os romances da série produzida por Requião – *O Baluarte*, *Dom Marcos*, *O Bravo Capitão* e *O Grande Fracasso* – têm como subtítulo “Crônica do século XVII”.

Como foi resumido em capítulo anterior, o romance *O Baluarte* (1976) é o primeiro da série histórica do autor e narra episódios e contradições que permeiam o contexto do conflito das Invasões Holandesas. Nesse romance, o autor tece um panorama do momento cultural da Bahia no século XVII, nos anos de 1623 e 1624, trazendo informações sobre a arquitetura predominante da cidade de Salvador, as transformações urbanas ocorridas nesse período, a participação dos jesuítas no cenário da guerra, as implicações dos interesses políticos e

familiares durante o conflito e os dramas amorosos em meio ao turbilhão de acontecimentos que marcaram o período.

As invasões holandesas constituíram-se em um desdobramento da rede de implicações internacionais, causada pela guerra entre a Espanha e os Países baixos, hoje conhecidos como Bélgica e Holanda. No século XVI, Portugal e Espanha relacionavam-se de maneiras distintas com os países baixos. Entre Portugal e Holanda, por exemplo, desde os tempos medievos, havia um comércio livre e vantajoso para ambos, já que trocavam mercadorias da seguinte forma: navios holandeses carregavam produtos diversos como trigo, peixe salgado, equipamentos náuticos, objetos de metal e, em troca destes, levavam sal, vinho, especiarias asiáticas, drogas africanas e o açúcar do Brasil para serem distribuídos por toda a Europa.

A situação não era a mesma em relação à Espanha. Esta foi atingida pela rebelião dos Países Baixos – constituídos das províncias meridionais que, atualmente, formam a Bélgica; e as setentrionais, ou nortistas, que são a atual Holanda – contra o domínio espanhol nesses territórios, o que culminou, entre outros aspectos, na independência das províncias nortistas em 1581. Como Portugal passou para a posse do império espanhol, em 1580, logo após a morte do rei Dom Sebastião, em 1578, na África, os oponentes da Espanha passaram, de modo natural, a serem também inimigos de Portugal, resultando no fim do grande império luso-flamengo. Dessa forma, a configuração comercial e marítima sofreu mudanças significativas.

Por conseguinte, a Espanha estabeleceu um rigor maior na política de confiscos para os navios holandeses. Isto dificultou o acesso deles à costa lusitana, fazendo com que os flamengos fossem excluídos do circuito comercial do açúcar brasileiro produzido em Pernambuco e na Bahia. Este fato gerou insatisfação aos batavos, pois além do açúcar ser, uma dos principais produtos de sua economia, a burguesia holandesa também investiu na inauguração e no desenvolvimento da empresa açucareira no Brasil. Sendo assim, a Holanda resolveu invadir as terras baianas e recobrar o que lhe cabia na propriedade da produção do açúcar.

A primeira invasão ocorreu em 1604, sob o comando de van Caarden, entretanto, segundo Antonio Risério, o primeiro sinal da vinda dos invasores deu-se em 1599, “no crepúsculo do século XVI” e durou quarenta dias. Ainda segundo o autor:

[...] o bombardeio foi um corte inesperado. E dramático. Uma torção abrupta e brutal nas róseas expectativas que até então reinavam [...] O ataque holandês de 1604 significou gastos e destruição, dinheiro desviado da

produção para a defesa, engenhos incendiados. Quarenta dias de insônia, apreensão, desgaste, enormes prejuízos. (RISÉRIO, 2004, p. 114-115)

De 1609 a 1621, foi firmada a Trégua dos Doze Anos entre a Espanha e os países baixos, fazendo com que o comércio luso-brasileiro se recompusesse e os holandeses aproveitassem do ambiente pacífico para conhecer ainda mais a colônia espanhola. Todavia, após esse período, alguns eventos como as epidemias de sarampo e varíola, ocorridas em 1616 e 1617, restabeleceram o desejo de investir em outros territórios do Brasil aos batavos. Os surtos mataram muitos escravos e modificaram o ritmo de produção do comércio de cana-de-açúcar e da criação da Companhia das Índias Ocidentais que financiou a invasão na Bahia. Dessa forma, o estado ficou novamente, em 1621, sob o alvo dos holandeses. Conforme Risério (2004), a capital colonial era privilegiada pela posição geográfica e, por ser o centro urbano do Recôncavo açucareiro, serviria como base para investidas em outras regiões do país.

A segunda invasão, tema no romance *O Baluarte* (1976), foi articulada secretamente e com mais cuidados do que a primeira. Os invasores começaram a planejar a tomada do território no mês de dezembro, em 1623, e chegaram à Baía de Todos os Santos no dia 24 de maio de 1624, por meio da Esquadra da Companhia das Índias Ocidentais, constituída de “26 navios grandes, 13 dos quais financiados pelos Estados Gerais, trazendo 1.600 marinheiros, 1.700 soldados e 500 bocas de fogo” (TAVARES, 1981, p. 82), sob o comando de Jacob Willekens e Pieter Heyn, conhecido como o “Terror dos Mares”. A bordo também se encontrava Johan van Dorth, designado, mais tarde, assumir o cargo de primeiro governador holandês no Brasil.

Apesar do romance histórico não apresentar a obrigatoriedade de se ater rigorosamente aos fatos como datas e nomes, os registros historiográficos oficiais têm um espaço primordial nas narrativas de Altamirando Requião. Claudio Veiga (1993) aponta que o perfil dos personagens reais ou fictícios, presentes nas narrativas de Requião, dialoga com alguns romances históricos clássicos apreciados pelo autor, como *Três mosqueteiros* de Dumas e *Notre-Dame de Paris* de Victor Hugo.

Para Lukács (2011), o romance histórico preocupa-se mais com as motivações sociais e humanas da ação do que os grandes dramas monumentais da história, pois apenas alguns episódios mais significativos são extraídos da história para o desenvolvimento das personagens principais:

No romance histórico, portanto, não se trata do relatar contínuo dos grandes acontecimentos históricos, mas do despertar ficcional dos homens que o protagonizaram. Trata-se de figurar de modo vivo as motivações sociais e humanas a partir das quais os homens pensaram, sentiram e agiram de maneira precisa, retratando como isso aconteceu na realidade histórica. (LUKÁCS, 2011, p. 60)

A vontade de preservar o que ele chama de “verdade histórica” avizinha a produção de Requião do nacionalismo romântico do século XIX, que promovia uma estética que se aproximasse, da melhor forma possível, dos heróis do passado e dos elementos principais da História. A atitude positivista de romancear a história conforme o “que realmente aconteceu” (BANN, 1994, p. 95), como vimos anteriormente, é explicitada constantemente pelo autor. Jorge Araujo, na obra *Floração de imaginários: o romance baiano no século 20* (2008), fala sobre a ascendência dos discursos historiográficos na narrativa de Requião:

Não se pode negar a Requião certa compenetração historiográfica, circunstanciando, com exemplos e citações, diversos aspectos (nos apontamentos e apensos no final dos volumes) do seu relato, por vezes o autor parece seduzido pela frequência retórica puramente historiográfica, alinhando ao relato a descrição minuciosa de fatos sobre fatos, esquecido de conferir importância à caudal romanesca. [...] (ARAUJO, 2008, p. 62)

O autor está vinculado a uma tradição que pretende usar os fatos históricos como ferramenta para solidificar a identidade nacional e preencher a lacuna da historiografia baiana. Seguindo o modelo dos romances históricos tradicionais, preocupa-se em celebrar o passado, as glórias conquistadas por nomes que protagonizaram a história da Bahia no século XVII e, por isso, não discute as relações políticas e ideológicas que estão por traz da vontade de dominação europeia. O retorno à cultura do século XVII e à tradição, à veneração dos grandes heróis demonstram uma espécie de consciência do autor sobre a utilização da cultura e da narrativa como "fonte de identidade" (SAID, 2011, p. 12).

Mas, ao mesmo tempo em que a narrativa de Requião se estreita com a ideologia nacionalista romântica, percebemos em seu projeto literário uma vontade de questionar a forma como outros romances trataram o fato histórico e reescrever a história da Bahia, revendo os equívocos cometidos por outros romancistas e/ou historiadores, como veremos a seguir.

Altamirando Requião usa a história como fundamentação para criar suas narrativas. Transforma em romance os elementos adquiridos através dos estudos dos textos da literatura e

história da Bahia sobre as invasões holandesas. Contudo, faz esse exercício de reelaboração do discurso histórico, buscando revisar as falhas e equívocos encontrados nele.

Requião publicou alguns textos no Jornal *O Imparcial*, em 1940, onde expõe seu projeto sobre o romance histórico e problematiza a constituição deste gênero. Em um de seus ensaios, intitulado “História e Romance Histórico”, defende que este tipo de narrativa deve se basear na verdade, mas não pode perder as tintas da ficção e afirma que pretende mostrar as contradições presentes nos discursos históricos construídos sobre a Bahia do século XVII.

Em outro texto, denominado “Entregando o baluarte à Bahia”, também publicado no mesmo jornal, em que apresenta *O Baluarte* como primeiro romance da série que pretende produzir, fala dos impasses encontrados, durante a escrita de seu romance, diante da contradição e dubiedade achadas nos documentos históricos. De acordo com Requião, os registros históricos a respeito dos conflitos coloniais na Bahia são incompletos ou controvertidos:

O seu livro está aí, revivendo um período colonial profundamente controvertido e balburdiado do primeiro quartel do século XVII. Basta esclarecer para positivar os empecilhos, encontrados pelo romancista, que na maioria dos fatos e das figuras da época, raramente, os maiores e mais autorizados historiadores se acham de acordo, quer em suas narrativas quer em seus julgamentos. O que é frequentemente comum é contradizerem-se e desmentirem-se reciprocamente, criando situações de dubiedades e incertezas. (REQUIÃO, 1940, p. 4)

Contudo, é possível perceber que, apesar de Requião afirmar que pretende construir suas obras à luz das “verdades históricas⁷”, durante o percurso de suas exposições, ele desconstrói a concepção da existência de uma verdade absoluta nos discursos produzidos pela História, quando garante que esta, por vezes, acaba falseando os fatos. Diante disso, é possível afirmar que, dada as proporções de seu tempo e de sua formação, Altamirano Requião e sua produção de romances históricos antecipam alguns elementos pertinentes à proposta da metaficção historiográfica, concebida por Linda Hutcheon, pois de acordo com a autora, “[...] a metaficção historiográfica se aproveita das verdades e das mentiras do registro histórico” a fim de revisitar o passado e questionar os discursos que foram construídos sobre ele.

Apesar do autor não possuir totalmente a postura pós-moderna suscitada por Hutcheon e de haver, na obra de Requião, uma espécie de celebração do passado, apresenta uma autoconsciência sobre a construção dos fatos decorridos no século XVII e dos equívocos

⁷ Mais uma vez, é importante ressaltar que a expressão “verdades históricas” é usada pelo autor para referenciar as versões da história as quais ele acredita serem mais plausíveis.

construídos sobre a memória cultural da Bahia nesse período. Por isso, aponta a necessidade de reescrever o passado, ficcionalizando-o. E assim o faz de maneira que suas crônicas desautorizam alguns relatos históricos sobre esse período.

Ao passo em que critica os romances que não se preocupam com o uso da verdade histórica em seu tecido narrativo e, ao mesmo tempo, nos mostrar que esta verdade é passível de desconfianças e revisões, Requião exalta os paradoxos da representação fictícia/histórica. Seu empreendimento avizinha-se da postura contestatória pós-moderna por problematizar a constituição do fazer histórico e literário. Isto porque, a metaficção historiográfica propõe, sobretudo, o confronto de paradoxos da representação “fictícia/histórica, do particular/geral e do presente/passado”. Ela explora os dois lados da dicotomia, sem, entretanto, ter a pretensão de recuperar ou desintegrar qualquer um deles. (HUTCHEON, 1991, p. 143)

Para a autora não há mais representação autêntica, posto que a ideia da existência da verdade absoluta se perdeu no tempo. Trabalha-se agora com legitimidade, uso, evocação. Sendo assim, é necessário considerar que por trás de uma verdade histórica pode estar uma enorme pilha de execuções, imposições, repressões, torturas etc. Estes fenômenos são mais relevantes para comunidades contemporâneas, do que sugere a identidade do literário em face da sua universalidade.

Hutcheon estabelece um paralelo entre a ficção pós-moderna e ao que se costuma denominar como ficção histórica do século XIX e afirma ser difícil generalizar as produções que se caracterizam no segundo gênero, posto que ele também é complexo e a história cumpre funções distintas “em diferentes níveis de generalidade, em suas diversas manifestações”; e também por não haver acordo definido no que concerne à

questão de se saber se o passado histórico se apresenta sempre individualizado, particularizado e passado (isto é, diferente do presente) [...] ou se o passado se apresenta como típico, e portanto presente, ou ao menos tendo valores em comum com o presente por meio do tempo. (HUTCHEON, 1991, p. 151)

Apesar de considerar difícil definir a ficção histórica e o que há em comum entre ela e a maior parte dos outros gêneros, Hutcheon a define como “aquela que segue o modelo da historiografia até o ponto em que é motivado e posto em funcionamento por uma noção histórica como força modeladora (na narrativa e no destino humano)”. Entretanto, considera mais prudente que se faça uso da caracterização dada por Georg Lukács acerca do gênero. Este último considera o romance histórico deve encenar o passado por meio da representação de um microcosmo que, ao mesmo tempo, generaliza e concentra. Portanto, seus

protagonistas são tipos sociais históricos que sintetizam o geral e particular. Já os tipos metaficcionalis, mesmo quando são personagens históricas assumem contornos diferentes, geralmente são excêntricos, marginalizados ou figuras periféricas da história ficcional. (HUTCHEON, 1991, p. 151)

Apesar da ficção pós-moderna não ter a pretensão de reproduzir ou representar, de forma fidedigna, o passado, mas sim de reescrevê-lo, destacando seu caráter inconcluso, e de possuir uma relação mais complexa com o conhecimento histórico, a nossa tentativa de relacionar o romance histórico de Requião com metaficção historiográfica pauta-se, sobretudo, no caráter questionador que o autor imprime à sua obra, quando expõe a dificuldade encontrada por ele ao buscar os fatos históricos para fundamentar seu romance. Nesse momento, o autor provoca uma discussão que nos remete à questão da natureza do conhecimento histórico, bem como sobre o lugar ocupado pelo historiador, que, por muito tempo, foi concebido como detentor da verdade.

A discussão motivada pelo autor, através da exposição das falhas achadas nos discursos históricos sobre a Bahia no século XVII, alude ao esfacelamento do estatuto da verdade absoluta dos fatos históricos tematizada pela nova vertente da História Cultural (HUNT, 2001). À medida que analisa a falta de compromisso dos historiadores com a verdade histórica e mostra as contradições presentes nos dados encontrados nessa revisitação ao passado, Requião nos remete ao questionamento acerca do status da narrativa histórica, proposto por Hayden White, o qual afirma que, equivocadamente, por muito tempo, os estudiosos da história e da literatura consideraram a narrativa histórica como um “artefato verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos há muito decorrido e, portanto não sujeitos a controles experimentais ou observáveis.” (WHITE, 1994, p. 98).

Por meio da utilização das formas literárias para dar vida aos acontecimentos narrados e também pela necessidade em buscar a certeza, percebemos que os papéis – de escritor e historiador - se fundem, reafirmando o entrelaçamento entre literatura e história e ainda o forte compromisso deste escritor o exercício historiográfico. Mesmo ligado a uma tradição literária que pretendia usar os fatos históricos, como ferramenta para solidificar a identidade nacional, Requião antecipa algumas preocupações, presentes nos romances metaficcionalis, como a necessidade de reconstruir a memória histórica e a denúncia das contradições presentes nos discursos históricos.

A narrativa de Requião busca o que Adeíto Pinho intitula de “memória perfeita” (PINHO, 2011, p. 159), uma vez que aponta ser também papel da literatura reconstituir o tempo e reaver equívocos históricos, a fim de exaltar a importância dos fatos evidenciados em

sua obra, ocorridos no século XVII e, desta maneira, contribuir para preservação do acervo cultural baiano. A articulação entre literatura e conhecimento advindo da história, presente no romance de Requião, é um exemplo que confirma a premissa de Pinho (2011) de que o fazer literário está além da simples elaboração linguística. Aqui ele representa o espaço da memória de um tempo que precisa ser revisitado porque, para o autor, ainda havia muito a ser mostrado e questionado sobre os personagens e fatos pertinentes a esta temporalidade.

Conforme Jacques Le Goff (1996), dada as proporções e limitações metodológicas de cada área, alguns romances históricos podem ser considerados como narrativas históricas. Percebemos em alguns momentos, que os perfis de escritor, romancista e jornalista se confundem e o rigor às fontes demonstra a pretensão do seu romance a se tornar uma narrativa histórica.

À proporção em que afirma ser um dos seus principais objetivos fazer com que as atuais gerações de seu tempo conheçam e compreendam o valor das nossas reminiscências e tradições baianas, o autor deixa subentendido que, assim como nos afirma Jaques Le Goff, “a falta ou perda, voluntária ou involuntária da memória coletiva, nos povos ou nas nações [...] podem determinar perturbações graves da identidade coletiva.” (1924, p. 425) Portanto, isto explica a necessidade de preservá-la.

Ao preocupar-se com a garantia do conhecimento pelas futuras gerações, acerca do passado histórico e glorioso da Bahia colonial, Requião converge com Rossi (2010), quando este afirma que a memória tem haver com o passado, mas também com a identidade e a persistência no futuro. Sendo assim, é preciso pensar no passado sem perder de vista a posteridade.

A presente obra em estudo suscita a reflexão de que é possível e necessário questionarmos as versões admitidas pela história como verdades absolutas. Propõe ao leitor a participar ativamente da narrativa, a intrigar-se com a rede de dúvidas lançada por ela, a pensar sobre como se dá o processo de fabricação dos discursos históricos e o que teria acontecido, no momento da construção destes fatos, que resultou na falta de comprometimento dos historiadores com o fato e, conseqüentemente, nas tantas contradições apontadas pelo narrador.

4.1 A BAHIA DO SÉCULO XVII EM O BALUARTE DE ALTAMIRANDO REQUIÃO

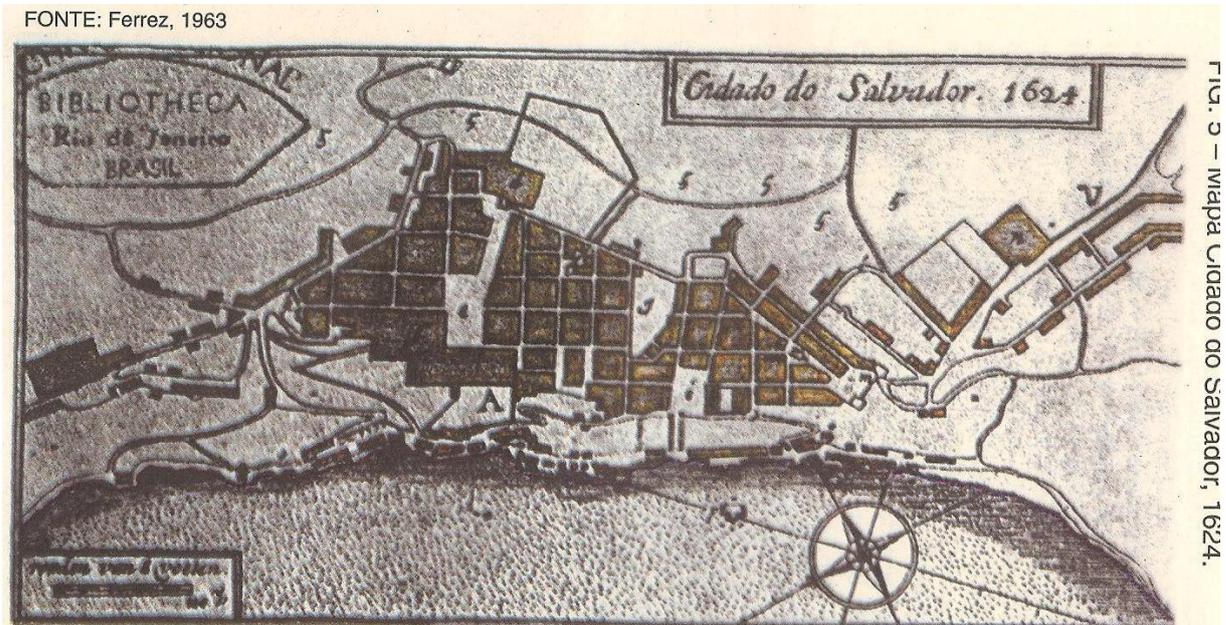


Figura 3- Mapa da cidade Salvador em 1624.

No século XVII, o estado da Bahia era o centro da ação colonialista portuguesa e protagonizou momentos essenciais para a configuração das relações de poder no país. O longo passado histórico fez de Salvador uma metrópole brasileira marcada por extrema complexidade, pois conta com um acervo cultural e um patrimônio urbanístico e arquitetônico ricos.

Entre as estratégias utilizadas por Altamirando Requião para dar veracidade à narrativa está a realização da contextualização acerca do momento cultural da intriga. Para tanto, o narrador descreve e cita, no romance, elementos caracterizadores da cor local e da memória histórica e cultural da cidade.

Dessa maneira, desenha o perfil da cidade de Salvador, palco onde as ações se desenrolarão, ressaltando alguns aspectos da formação colonial. Em seu trajeto pela Bahia seiscentista, traz elementos que remetem à constituição da memória coletiva, como monumentos, paisagens, costumes, datas, patrimônios arquitetônicos, as regras de interação, figuras imponentes do século XVII, os lugares históricos marcantes, hábitos e comportamentos próprios dos habitantes do lugar, etc.

Para fazer esse percurso cultural, descrevendo ou representando as práticas culturais do espaço da ação, a obra de Requião apoia-se em instrumentos advindos não somente da

história, fonte primária da sua narração, mas também de outras áreas do conhecimento, como a geografia, arquitetura, a antropologia e a etnografia.

A seguir apontaremos alguns aspectos culturais da cidade de Salvador - Bahia, no século XVII, presentes em meio ao cotidiano narrado em *O Baluarte* (1976). Discorreremos sobre a construção dos fortes e baluartes; os meios de transportes da época, como a cadeira de Arruar; o namoro na Bahia seiscentista; a aparição do Padre Antônio Vieira na narrativa e as transformações da cidade e das ruas de Salvador no período mencionado.

4.1.2 Os baluartes, fortes e a cidade fortaleza

O primeiro aspecto cultural que apontaremos faz uma alusão ao próprio título do romance. Trata-se dos baluartes, construções utilizadas como plataforma de artilharia para trocar fogo com fortalezas vizinhas e impedir que os inimigos assaltem as terras protegidas por estes artefatos.

Nelson Omegna (1961) aponta que, desde o início da construção das cidades coloniais, é visível a preocupação dos colonos para que a cidade seja posta “em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra inimigos vindos do mar. Aliás, uma das poucas regras urbanísticas dadas pelo português às nossas vilas era a defesa através das alturas. Quase todas eram postas no cimo de um muro”. (OMEGNA, 1961, p. 11)

Além disso, os muros possuíam uma função ecológica e também era uma forma de marcar o espaço urbano, separando-o do campo, e de defender as convicções e feições urbanas: “O colono que a funda tem de se isolar do cosmo fitogeográfico para defender os padrões culturais que carrega para cá.” (OMEGNA, 1961, p. 16)

A edificação dos baluartes era feita conforme os modelos trazidos da Europa e seguiam a tendência clássica das muralhas das cidades medievais. Alguns eram feitos sobre o mar e outros sobre a terra. O fato da cidade de São Vicente ter sido construída sem o levantamento de muros, por exemplo, scandalizou Tomé de Souza que considerou o episódio como uma afronta às determinações fixadas nas cartas régias. Estas determinavam os modelos de urbanismo, bem como as medidas de segurança a serem utilizadas e impunham aos moradores a construção de torres e fortalezas, conforme as velhas cidades portuguesas.

Os muros e baluartes podem ser vistos ainda como elementos definidores da sociologia da cidade colonial, uma vez que a variação espacial demarca também a segregação e o status social de grupos pertencentes às cidades. Omegna (1961) afirma que as áreas

próximas aos muros eram cobiçadas por proprietários e comerciantes, por isso era muito frequente a existência de requerimentos para se construir nesses lugares, conforme se verifica nas atas das Câmaras da Bahia. A ideia de que estes locais estavam mais protegidos e policiados resultou na supervalorização deles, fazendo com que ficassem reservados às pessoas provenientes de classes sociais privilegiadas. Os bairros, aldeias, arraiais, negros e índios ou indivíduos que não deveriam se misturar à vila ficavam distanciados dos baluartes. Desta maneira, no imaginário popular, consagrou-se a imagem de que esta área se reserva a apenas uma categoria social:

Encortinada pelos baluartes que depois se esboaram, a vila conservou a consciência de marginação a que destina os menos categorizados socialmente, forçando-os a viver fora dos muros. [...] Na Bahia, onde chegou a haver, fora dos muros, um início de gueto, “na rua dos judeus” – também se veda o ingresso, na cidade, aos negros fujões, merecendo punição grave o senhor que não detém os seus maus escravos “nas abas” da vila. (Grifos do autor) (OMEGNA, 1961, p. 20)

Apesar de ter sido breve a fase em que os edificadores muravam e cercavam as cidades, segundo o autor, a sua importância ecológica da vila colonial está justamente no fato de, inexistindo, continuarem presentes na linguagem e conceitos do povo, como mostra abaixo:

Ficaram eles na herança de imagens que evocavam a cidade como área cercada, e os homens ou eram de dentro, ou eram de fora ou forasteiros. Continuou-se a falar nas portas da cidade e ficou sempre uma certa ufanía em poder-se dizer que era da área mais intensa da vila” (OMEGNA, 1961, p. 18)

A cidade do Salvador nasceu sob o símbolo da defesa. Um dos primeiros objetivos dos colonizadores era construir uma cidade fortaleza, diante do fracasso da colonização através das Capitâneas Hereditárias. Em 1548, a Coroa Portuguesa decidiu construir a São Salvador, no centro do litoral brasileiro, junto à Bahia de Todos os Santos. Dessa maneira, Tomé de Souza, o primeiro governador do Brasil, chegou à velha vila do Porto da Barra, em 1549, com a incumbência de construir a sede da administração colonial portuguesa, em uma cidade-fortaleza e protegida, para garantir a soberania dos portugueses sobre o território descoberto.

Edson Carneiro (1954) cita que o Governador teria mandado levantar baluartes “de madeira, e taipa” em torno da Cidade, para a sua defesa militar. Embora haja um desacordo entre os historiadores quanto ao número de baluartes construídos – se seis baluartes, como afirma Gabriel Soares de Souza ou quatro como quer Carneiro –, o autor afirma que o mais

importantes destes era a “estância de sobre o mar, depois chamada de São Jorge, plantada em cima dum rochedo, na Ribeira, do lado do sul.” (CARNEIRO, 1954, p. 67) A previsão era que durassem vinte anos, pois fora construída com paus de mangue.

Outros fortes marcavam os pontos extremos da cidade, como o baluarte Santa Cruz, de proporção menores, ao norte, na Ribeira; a estância de São Tomé, na Porta de Santa Luzia, do lado do sul; e o baluarte São Tiago, na porta de Santa Catarina, do lado do norte. Outras trincheiras, baluartes e torres, que ocupavam lugares estratégicos de defesa, ganharam muralhas e baterias de canhões, transformando-se em fortes. Alguns foram projetados por militares portugueses e desenhados por engenheiros militares italianos e franceses, contratados pelo governo colonial.

O desleixo com que os baluartes foram construídos foi alvo de críticas. Omeña cita o alerta que Afonso Albuquerque faz sobre este fato: “ao se preocuparem com guarda da cidade, muitas vezes, esquece-se de guardar a verdade e a humanidade, logo, a soberba derrubará todos os muros construídos, por mais fortes que eles sejam.” (OMEGNA, 1961, p. 17)

Como, no século XVII, Bahia tornou-se a principal produtora de açúcar, passou a concentrar riquezas e também a sofrer vários ataques e ameaças de invasões estrangeiras, fez-se necessário o aumento de posições fortificadas em Salvador. Nessa época, já existia uma linha de defesa bem estruturada, como cita Requião ao narrar a estratégia de resistência contra os invasores holandeses:

[...] Entregar-vos-ei uma companhia de soldados d’El-Rei, para acudir-vos aonde for, porém quero que defendais, principalmente, o Baluarte, pois receio que lá esteja o mor perigo. Para o forte Santo Antonio, destacarei o velho Barros. Coxo, mais intrêmulo, como sabeis nele faço confiança. Para o porto da vila velha, enviarei o Capitão efetivo de minha Guarda, Gonçalo Bezerra, que é timbroso e arrogadiço. Para o caminho da vitória, temos o Escrivão da Câmara Rui Carvalho, com cem arcabuzeiros, que havemos de aceirar e mais os índios flecheiros de Afonso Rodrigues de Cachoeira. Para o Forte do ilhéu designarei o Capitão Vasco Carneiro. Para o forte de São Felipe, o Capitão Padilha convirá. Reforçarei o Pontal da barra, com mais alguns homens de ardimento, e o castelo do mar, com duzentos ou trezentos. Farei de cada brecha um bastião de emergência; de cada fenda, uma terrível barbaca... (REQUIÃO, 1976, p. 48)

Como foi citado em momento anterior, o governador Diogo de Mendonça Furtado chegou à província, em 12 de outubro de 1621, trazendo consigo informações acerca das pretensões da Holanda sobre o Brasil. Portanto, tratou de construir fortalezas temendo invasões estrangeiras na província:

A situação, sabia-o, exigia cautelas. Por isso quis, antes do mais, saber o estado em que se encontrava o material bélico. [...] Diogo Mendonça Furtado iniciou logo as ampliações na defesa da cidade, inclusive a construção do forte dentro do mar, sobre um recife, conhecido por forte do Mar ou de São Marcelo. (SPALDING, 1950, p.75)

Requião também menciona, em seu romance, que o Governado Diogo de Mendonça já estava precavido sobre a possível invasão estrangeira:

Quando viera tomar posse do importante cargo para que fora nomeado, não lhe havia sido estranha a advertência de que deveria precaver-se contra a eventualidade de prováveis agressões estrangeiras ao país. Por isso mesmo, tanto que chegara, logo se dedicou ao fortalecimento das armas, para a defesa da Bahia. Agora, tinha novos avisos de que se preparava [...] (REQUIÃO, 1976, p. 46)

A construção dos fortes gerou uma indisposição entre o governador e o bispo D. Marcos Teixeira, pois o religioso desejava que a administração priorizasse as obras da Igreja da Sé, em detrimento dos fortes e dos baluartes. Como acreditava que a construção destes teria impedido a reconstrução da Sé, negou-se a benzer a obra da fortaleza do mar ou de N. Senhora do Populo (ACCIOLI, 1925).

Perderam esta batalha, mas reconquistaram o território um ano depois, o sistema de defesa foi retomado, novos fortes construídos e ampararam a cidade em outros ataques que ocorreram. Entre eles, a tentativa de invasão, em 1638, sob o comando do príncipe Maurício de Nassau que já havia atacado Recife.

É importante observar que a maioria dos fortes tinha como patrono um Santo masculino, exceto apenas os de Santa Maria e de Nossa Senhora de Mont Serrat. No século XVII, o sistema de defesa é formado pelos seguintes fortes: de São Diogo (Porto da Barra); de São Pedro; de Nossa Senhora da Mont Serrat; de Santo Antonio da Barra (Largo do Farol); de Santa Maria; de São Paulo da Gamboa; de São Marcelo; do Barbalho; de Santo Antonio Além do Carmo; Reduto do Rio Vermelho.

Ricardo Henrique B. Behrens (2004) afirma que apesar da Coroa ter desejado defender e proteger o “Novo Mundo”, ela não destinou recursos suficientes para tal empreitada. Assim, a construção da cidade foi feita sob o caráter de improvisação, o que comprometeu a execução dos planos metropolitanos e a defesa da cidade. O autor defende a tese de que o discurso construído sobre a “cidade fortaleza” não procede, uma vez que as limitações impostas pela falta de recursos e, conseqüentemente, as deficiências precariedades coloniais na construção da fortaleza; bem como a vasta extensão territorial e falta de profissionais militares

qualificados, representavam também brechas do sistema defensivo da cidade. Além disso, as carências administrativas converteram-se em deficiências estratégicas.

Os muros eram órgãos vitais da vila, por isso sempre vigiados e até fortificados. Entretanto, mesmo diante da fortaleza construída em torno da cidade, os holandeses conseguiram adentrar em Salvador e prender várias autoridades. Os fortes foram utilizados de maneira militar em outros momentos, como em 1912, quando se autobombardeiam.

O bombardeio de Salvador foi um dos episódios que marcou as lutas políticas entre as oligarquias provincianas durante os primeiros anos da República. O acontecimento é resultado de divergências entre os grupos vianistas, severinistas, seabristas. No ano do combate, o governador João Ferreira de Araújo Pinho (1908 – 1911) foi forçado a denunciar e decidiu, em uma atitude de represália ao fato de Aureliano Vianna não ter sido aceito pela Câmara Estadual para substituí-lo, mandar cercar o prédio da Câmara Municipal, sede provisória do legislativo, e baixar um decreto transferindo a capital do estado para a cidade de Jequié. Mas, a maioria seabrista de vereadores municipais, deputados e senadores estaduais, recorreu à justiça federal e conseguiu um habeas-corpus que exigia a retirada dos soldados da Câmara e que fosse sustada a transferência da capital do estado.

Como o Governador Aurélio Vianna não cumpriu a decisão impetrada pela justiça, na manhã de 10 de janeiro de 1912, o General Sotero de Menezes resolve agir militarmente:

Com efeito, às 13 horas daquele dia o Forte de São Marcelo disparou dois tiros de canhão com pólvora seca. Imediatamente o comércio fechou; dezenas de pessoas lotaram os transportes coletivos. Quarenta minutos depois dos tiros de aviso, começou, de fato, o bombardeio – os fortes de São Pedro e do Barbalho, canhoneando o centro da cidade do Salvador durante quatro horas. Quando cessou, estavam danificados o Teatro São João, a Torre do Paço Municipal, a ala térrea dos fundos do palácio, onde funcionava a Biblioteca Pública, e algumas casas da Rua Direita (Rua do Chile). (TAVARES, 1981, p. 171)

Episódio repercutiu no Rio de Janeiro e no governo do presidente Hermes Fonseca e culminou com a eleição de José Joaquim Seabra para governador da Bahia (1912 – 1916).

4.1.3 Padre Antônio Vieira

Padre Antônio Vieira aparece na narrativa ainda jovem, aos 15 anos. Apesar de não ter participação importante na trama, tão pouco no combate em defesa das terras soteropolitanas, a presença do religioso neste período é apontada na trama em alguns momentos. O narrador menciona também a relação de alguns familiares do padre no episódio em questão e faz uma síntese do processo de transição do jovem para a vida religiosa.

Antônio Vieira era filho de Cristovão Vieira Ravasco, escrivão no Tribunal Relação na Bahia. Chegou à Bahia em 1914, aos seis anos de idade. Estudou no Colégio dos Jesuítas de Salvador e só ingressou na Companhia de Jesus em maio de 1623. Este último fato foi mencionado em dois momentos no romance *O baluarte*: através do diálogo entre o primo do sacerdote Pedro Vieira e o amigo André Padilha, e também por meio da voz do narrador que, após o diálogo entre ambos, decide esclarecer sobre o assunto que tratavam.

Quando indagado pelo amigo sobre o motivo pelo qual não iria até a Igreja encontrar-se com a pretendente Ana Bicalho, Pedro Vieira esclarece-o, evidenciando o conflito que a fuga de Vieira, para a Companhia de Jesus, teria causado para a família:

- Não. Isto eu não faço. Sabeis muito bem: Aquele caso do primo Antonio trouxe-nos grandes problemas. Tio Cristovão apaixonou-se, fundamente: jurou tirar desforra dos calhordas. Eu não quero mentir a voz de sangue... nem com o fantasma de Anchieta!

- É verdade. Tendes lá vossa razão. É o Padre Jerônimo Peixoto quem está dirigindo a cerimônia. Já não me lembrava do que fizeram com o Ravasco. Mas, também, que queres vós? O vadio do Antônio raspou-se, de capuz; meteu-se no Colégio; berrou e barregou⁸ as suas ganas de converter-se num padreco...

[...]

- Um criança! Sabia lá o tal murganho [...] o que fizera? Aquilo tudo foi sedução dos canifrazes⁹, e audácia inominável, e ousadia ultrajante dos roupetas¹⁰! Que discernimento pudera ter um bisbórria¹¹ de quinze anos, para se rebelar contra seus pais, a título de obedecer a vocação? Havemos de ver em que se dará essa farsa, e se, algum dia para vergonha dos parentes, nos surgirá, mesmo de escapulário e de tonsura o jesuíta Vieirinha, da família Ravascos.”

A conversa é interrompida quando a pretendente de Pedro Vieira chega ao local, então o narrador resolve apresentar e explicar o que acontecia com a família Vieira:

⁸ Barregar: dizer aos berros.

⁹ Canifraz: diz-se de pessoa magra como cão esfomeado.

¹⁰ Roupetas: padres.

¹¹ Bisbórria: homem vil.

Faz mister explicar, sem mais delongas, ao leitor, algo a respeito daquela gente, de notórias relações.

Pedro Vieira, mais vulgarmente chamado Pedro da Sé, por morar atrás da dita, era filho de Miguel Vieira Ravasco, este irmão de Cristovão Vieira Ravasco, Secretário do Governo da Colônia, e pai do futuro pregador dos fulgurantes sermões da trintena do Rosário. [...]

É sabido o que acontecera, meses antes, na noite de 5 de maio, em que se celebrava a conversão do *insigníssimo doutor*. O Juvenil Antônio Vieira Ravasco, aluno do Colégio da Companhia de Jesus, e, portanto, primo em primeiro grau, do mesmo Pedro, sob a influência dos jesuítas, que lhe entreviam o despontar do talento peregrino, mas impugnado pela madura resolução do genitor, abandonara o lar e os carinhos da família, para professar aquela Ordem. De nada valeram canseiras e prestígio do homem de administração, para arrancar aquele pubescente aos seus hábeis detentores. Cristovão Ravasco, enfurecido, chegara a invadir, com vinte asseclas, o Colégio do Terreiro, mas saíra sem o garoto, como entrara... Estava escrito que o nome dos Vieiras teria que ilustrar, na parenética¹², pelo maior verbo de todos os tempos, em língua portuguesa, e que a ironia mordente, minutos antes, articulada em frente à igreja, pelo amigo de Padilha, se consumaria, realmente, mas para constante assombro das porvindouras gerações. (REQUIÃO, 1976, p. 23)

Percebemos através do comentário dos personagens Pedro Vieira e André Padilha e do esclarecimento do narrador, citados nos trechos acima, o sentimento de indignação e insatisfação que permeava entre os membros da família Ravasco, devido à decisão, tomada por Antônio Vieira, em seguir a vocação religiosa. Mais adiante, o religioso aparece em uma cena em que o Padre Domingos, chefe dos catequistas, assegura ao Bispo D. Marcos, a disposição e determinação dos estudantes e jesuítas em colaborar com a defesa da Cidade. A fim de comprovar tal disponibilidade, o prelado chama Antonio Vieira e indaga:

– Antônio Vieira! – invocou aquele, volvendo-se para um quase menino, que se entregava à leitura de Drexélio – vinde cá!

O estudante aproximou-se. Devia ter, mais ou menos, quinze para dezesseis anos de idade. A testa larga, o olhar agudo e mergulhante, a boca breve e delicada, davam-lhe o ar de predestinado às vitórias do gênio e do estudo. Seria aquele, alguns lustros adiante, o Atlas da tribuna e das missões, o “Crisóstomo”¹³ português, que, ulteriormente, se chamaria Padre Vieira. Era o primo de Pedro da Sé, o filho de Cristovão Ravasco, o mesmo que se evadira da casa de seus parentes, para professar na Ordem benemerita...

– Que me pedistes vós, ainda hoje, para fazer em vosso abono? – Questionou-lhe o Superior com serena compostura.

– Solicitei a Vossa Paternidade um lugar, entre os que se vão bater contra os hereges.

– E por que o desejais? Sereis capazes de dizê-lo, aqui, ao Sr. Bispo?

– Porque o Deus do católico é o verdadeiro Deus. E o pestilencial Calvino nos ameaça, com suas armas ruinosas. (REQUIÃO, 1976, p. 81)

¹² Parenética: arte de pregar, eloquência sacra.

¹³ Crisóstomo: que fala eloquentemente.

Além do esforço de Requião em não omitir, daquele momento histórico, a presença e o valor de Antonio Vieira como testemunha ocular do evento e de sua linhagem, o autor sugere também a importância do Colégio dos Jesuítas e da Companhia de Jesus dentro do ambiente cultural do Brasil colonial. Como afirma Juliana Fujimoto (2011), os missionários trouxeram uma estimada contribuição na guerra contra os holandeses, pois o combate também assumiu uma conotação religiosa, uma vez que o inimigo combatente era protestante, “profanavam o nome de Deus e poderiam difundir suas heresias na América Portuguesa.” Em seus discursos, os padres incentivaram os habitantes a ficarem e guerrearem, pois louvavam as ações guerreiras contra os inimigos e a morte no campo de batalha.

Apesar de ser muito jovem durante o período da invasão narrada no romance *O Baluarte* (1976), Antônio Vieira foi testemunha ocular de muitas situações e negociações ocorridas entre a Igreja e o governo. Sendo assim, o valor da presença, mesmo que figurante, de Antônio Vieira enquanto era noviço, na narrativa de Requião, confere validade à obra. Além disso, o religioso destacou-se no cenário intelectual de seu tempo e deixou um legado para se refletir e conhecer sobre o ambiente cultural do século XVII.

Como se destacou entre os colegas jesuítas pelo brilho intelectual, Vieira foi encarregado, aos 18 anos de idade, de redigir “Carta Ânua ao Geral dos Jesuítas”, endereçada a Roma, em 1626. O texto foi escrito em Latim e Português e reporta-se aos anos de 1624 e 1625. Este documento relatou a invasão holandesa e, principalmente, as ações do Bispo D. Marcos Teixeira que, após a prisão do governador, assume o cargo de capitão dos soldados. Ao imprimir a sua visão de mundo, condicionada pela interpretação religiosa acerca dos acontecimentos, Vieira julga a invasão como um castigo de Deus, aos moradores da Bahia, pelos seus pecados:

Alguns dias antes da chegada dos inimigos, estando no coro em oração dois dos nossos padres, viu um deles a Cristo Senhor Nosso, com uma espada desembainhada contra a cidade da Baía, como quem a ameaçava. Ao outro dia apareceu o mesmo Senhor com três lanças, com que parecia atirava contra o corpo da igreja. Bem entenderam os que isto viram que prognosticava algum castigo grande; mas de qual houvesse ser estavam incertos, quando, no dia da Aparição de S. Miguel, que foi a 8 de maio de 1624, apareceram de fora, na costa, sobre esta Bahia, 24 velas holandesas de alto bordo, com algumas lanchas de gávea [...] (VIEIRA, 2003, p. 82)

Além da participação nos bastidores da guerra, Vieira deixou escritos muito importantes sobre as invasões holandesas na Bahia, como o *Sermão do Bom Sucesso das Armas de Portugal contra as de Holanda* (1640), quando os batavos comandados por

Maurício de Nassau tentaram invadir novamente as terras baianas. Este sermão, pregado na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, incitava o povo a combater os invasores. Além disso, entre outros aspectos mencionados em sua argumentação, o religioso destaca a supremacia da religião católica sobre as demais e discorre sobre os horrores e depredações que os protestantes fariam caso invadissem a Bahia. No trecho abaixo, Vieira critica a decisão divina de tirar as terras do domínio português e entregá-las aos holandeses.

Considerai, Deus meu, e perdoai-me se falo inconsideradamente. Considerai a quem tirais as terras do Brasil e a quem as dais. Tirais estas terras aos portugueses, a quem nos princípios as destes, e bastava dizer a quem as destes, para perigar o crédito de vosso nome, que não podem dar nome de liberal mercês com arrependimento. [...] Mas, deixado isto a parte, tirais estas terras àqueles mesmos portugueses, a quem escolhestes entre todas as nações do mundo para conquistadores da vossa fé, e a quem destes por armas, como insígnia e divisa singular, vossas próprias chagas. E será bem, supremo Senhor e Governador do Universo, que às sagradas quinas de Portugal e às armas e chagas de Cristo, sucedam as heréticas listas de Holanda, rebeldes a seu rei e a Deus? [...]

Tirais também o Brasil aos portugueses, que assim estas terras vastíssimas, como as remotíssimas do Oriente, as conquistaram à custa de tantas vidas e tanto sangue, mais por dilatar vosso nome e vossa Fé – que esse era o zelo daqueles cristianíssimos reis – que por amplificar e estender seu império. (Vieira, 1960, p. 28 e 29)

A inserção da presença do religioso na obra exemplifica, mais uma vez, o compromisso com a memória cultural da Bahia, pois Vieira integra a memória prestigiosa da cultura do Estado. As expressões “maior verbo de todos os tempos” e “insigníssimo doutor”, usadas para qualificar a figura do padre, indicam tanto a supervalorização do personagem quanto ao local contemporâneo do narrador, num tempo além da recepção crítica e histórica do Padre Vieira. Trata-se, portanto, de uma reivindicação de acervo, anexado ao sistema literário, pela narrativa do século XX.

4.1.4 A cadeira de arruar

Segundo Carlos Torres (1950), a cadeira de arruar está entre os meios de transporte mais antigos da cidade de Salvador, assim como os carros e bondes puxados por animais. Os carros eram puxados por cavalos e representavam o papel dos automóveis. Conforme o autor, existiam ainda diversas espécies de carros:

[...] o vitória, o coupé e o berlinda. O vitória era pequeno carro aberto, puxado por uma parelha e servia para passeio de duas pessoas. O coupé era carro fechado próprio para casamento e o berlinda, carro grande, forrado com tecido de cores claras, puxado por duas parelhas de animais e servia para quatro pessoas e era mais usado em enterros. (TORRES, 1950, p. 26)

Os bondes eram constituídos de cinco bancos e possuíam duas espécies de bitolas, uma larga e outra estreita. Já a cadeira de arruar, conforme Carlos Torres, era um transporte discreto, como descrevemos abaixo:

[...] de aspecto nobre, constava de um largo, assemelhando o seu feitio a enorme cafeteira, tendo o capitel preso ao assoalho por tirantes, toda fechada de cortina de grosso tecido, a fim de encobrir, quando quisesse, a pessoa a transportar. Da parte superior, isto é, do teto, partiam duas grossas varetas que serviam para suspender e carregar o transporte. Incumbiam-se desse serviço, pretos africanos bastante fortes, alguns bem vestidos, conforme o luxo do veículo. Os carregadores ainda levavam às mãos pequena bengala para firmar as varetas, a fim do transporte não balançar, quando em movimento. Havia cadeiras para uma e duas pessoas. (TORRES, 1950, p. 26)

Requião menciona a presença da cadeira de arruar sendo utilizada como um meio de transporte pelo bispo Dom Marcos: “Dom Marcos Teixeira apresentou-se, pronto para partir. Tomou, com o rapaz a cadeira da diocese [...], carregada por quatro negros, fardados de cores vivas, e, minutos depois, chegavam ao colégio dos Jesuítas.” (Requião, 1976, p. 79) Porém, em nota, esclarece que embora muitos afirmem que a cadeira tenha feito parte dos meios de transporte no andamento do século XVIII, ela já era usada na colônia desde o século XVII:

Supõem muitos que a *cadeirinha de arruar* entrou a fazer parte dos meios de transportes dos baianos, no curso do século XVIII, sendo antecedido pela *rede* e pela *serpentina*. Isto não é exato. A *cadeirinha de arruar* remete ao primeiro quartel do século XVII, sendo usado pelo 5º Bispo do Brasil. Já nesta época o Gregório de Mattos referia-se em 1682 como *portátil silha* conforme mais facilmente se pode averiguará na consulta do livro “História Social do Brasil” tomo, 1º (Espírito da Sociedade Colonial) autor: Pedro Calmon, págs.63 nota 95.” (Grifos do autor) (Requião, 1976, p. 200)

Como é evidenciado por Requião, Pedro Calmon cita a cadeira de arruar como um dos principais transportes do período. Primeiro, os colonos usaram a rede como veículo, só depois é que a cadeira se fez um objeto essencial para o transporte dos “homens de posição”. Andar a pé era sinônimo de desprestígio na baía de D. João VI:

A rede [...] depois a cadeira de arruar, foram-lhe obrigatórias, como o sapato de fivelas das cerimônias e o bengalão pombalino. Na Baía, não havia homem de posição que se arriscasse só, pelas ruas apertadas. [...] Ferdinand Denis insiste: quem não possuía cadeirinha na Baía não era gente. (CALMON, 1935, p. 60-61)

Como também fora aludido por Requião quando mostra a quantidade de negros e o figurino para carregarem a cadeira da diocese, o excessivo o número de escravos que acompanhava a personalidade transportada, significava maior prestígio deste, como mostra Pedro Calmon:

Quanto mais numerosa a escravatura, mais respeitável era a guarda de que se acompanhava [...], nos passeios, viagens, o fidalgo da terra ou o negociante rico. Apresentava a sua famulagem, como barão feudal apresentava as suas lanças. Orgulhosamente fardava os seus negros de cores gritantes, agradáveis á admiração do povo mestiço. (CALMON, 1935, p. 60-61)

Como se observa, a cadeira de arruar era um objeto que evidenciava o poder dos passageiros que faziam uso dela, uma vez que somente aqueles que possuíam algumas condições sociais e políticas poderiam gozar de tal meio de transporte. Através das ideias apresentadas acima, percebemos, mais uma vez, o compromisso de Requião com o que ele denomina de “verdade história”. Por isso, as informações concedidas em sua obra são constantemente atestadas através da exposição da fonte consultada para comprovar os dados mencionados.

4.1.5 A fisionomia da cidade

A representação da cor local e o efeito do real, no romance de Requião, são sustentados também pela descrição dos espaços geográficos, da paisagem natural e humana, da caracterização da arquitetura de edificações históricas da cidade de Salvador, dos referentes toponímicos.

Logo nas primeiras páginas do romance, o narrador nos informa a fisionomia da cidade no período em que se passa a narrativa:

A cidade de Salvador, na época longínqua em que fazemos desenvolver-se a ação deste relato, era, ainda um aglomerado de milhar e meio de fogos, irregularmente plantados no alto da colina, em cuja encosta, verde agreste da mataria cheirosa exibia tons alegres da natureza irretrátil. O que nela havia, de espírito civilizador e desbravante, quase o devêramos, por inteiro à iniciativa do primeiro e do terceiro Governadores, e à fêvera coraçuda dos catequistas da Companhia de Jesus. (REQUIÃO, 1976, p. 17)

A seguir, descreve e identifica os limites da cidade, principais ruas, praças e respectivos pontos de referência dos locais, as transformações urbanas ocorridas e fora desse perímetro, como mudança de nomes de ruas e o crescimento do bairro dos Jesuítas. Além disso, contextualiza a momento histórico vivenciado pela cidade através da menção de nomes que marcaram a vida cultural e religiosa da Bahia do século XVII, como Padre Nóbrega e, mais uma vez, o Padre Antônio Vieira.

Assim como verificamos em relação aos nomes dos baluartes e fortes, a toponímia da cidade de salvador, desde a sua fundação, é constituída de temas religiosos basicamente. Os poucos nomes que se distanciavam do tema, como por exemplo, a Rua da Praia, a Rua do Brejo e a Rua da Direita eram sugestões locais ou designações ao gosto dos portugueses. Edson Carneiro, explica como se deu o surgimento de alguns nomes, afirmando que não fazem referência a santos ou figuras religiosas:

Fora destes nomes profanos, o exemplo mais importante era o do topônimo *Ajuda*, oriundo de uma das naus da armada do governo, que surgia em várias das ruas do triângulo, meridional. Outra Nau, a *Conceição*. Transformada em Capitania da armada da costa, mais tarde, deu nome à igreja levantada por trás da Ribeira das Naus e a todo bairro do porto, - a Conceição da Praia. A Nau *Salvador* deve ter tido esse apelido por causa da Cidade, que já se chamava Cidade de Salvador antes da vinda dos navios do governo Geral. (Grifos do autor) (CARNEIRO, 1954, p. 68)

O narrador traça ainda, minuciosamente, as características histórias e arquitetônicas da antiga Capela fundada pelos Jesuítas, hoje a Catedral Basílica de São Salvador.

A igreja dos Jesuítas, que, nos seus primórdios, fora um ensaio de edificação, a barro e as fasquias, trabalhado pelas mãos desbravadas dos primeiros missionários, constituía-se, em 1924, dentro como fora, aproximadamente, no que é hoje. [...] Erigida em mármore e cantaria de Lisboa, como diversos trechos do Colégio, as duas torres levaram-se-lhe para o céu, simbolizando braços estendidos, em apelo permanente à

misericórdia das alturas. A nave, magnífica, ladeada de altares, recedentes e luzidos, trescalando resinas aromáticas, estendia-se entre arcadas majestosas. [...] (REQUIÃO, 1976, p. 109)

Além de ser um autêntico monumento da arte colonial e se destacar pela beleza arquitetônica, a Capela dos Jesuítas é também uma importante testemunha da grandeza histórica da cidade e dos tempos coloniais. Estes e outros aspectos são descritos na obra, por meio do tom de valorização da nossa memória histórica e cultural. Para tanto, narrador traz informações valiosas sobre a aparência física da cidade de Salvador e das riquezas culturais embutidas em sua paisagem.

4.1.6 O namoro na Bahia seiscentista

No Brasil colônia, as moças eram educadas em um ambiente severamente patriarcal. Gilberto Freire (2004) mostra que muitas passavam da tirania dos pais para a dos maridos. Sendo assim, constituía uma tarefa muito difícil para as meninas saírem para encontrar com pretendentes, uma vez que “nunca se consideravam sozinhas, nem mesmo para namoros de leques de lenço ou de recados trazidos pelas negras boceteiras.” (FREYRE, 2004, P. 51)

O autor acrescenta que, apenas no Rio de Janeiro, Recife e Bahia, algumas as moças atrevidas namoravam nas festas religiosas de São Gonçalo ou nos concertos de igreja, pois grande maioria delas era subjugada pela tirania dos pais, pessoas mais velhas e obrigadas a conservarem um ar humilde e ao comportamento acanhado.

No artigo “Namoro na Bahia seiscentista”, publicado no jornal *Imparcial*, em 1940, Requião faz uma digressão sobre o tema, com o intuito de justificar aos leitores do romance *O Baluarte* (1976) acerca da cena em que os jovens Pedro da Sé e André Padilha vão se encontrar, no adro d’Ajuda, com Dona Aninhas, filha do tendeiro Lucas Bicalho, e com Raquel, uma das filhas do Escrivão da Câmara Rui Carvalho Pinheiro. O encontro acontece após a novena, momento em que as moças estavam sozinhas, desacompanhadas de seus pais.

O romancista pretende mostrar que as moças da colônia não eram tão submissas como mostram alguns historiadores e cronistas. Apesar de todas as reservas que permeavam o seu cotidiano, no século XVII, e dos cuidados em ocultá-las dos olhares “forasteiro cobiçoso ou do colono lascivo”, como afirmou Pedro Calmon em *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), “nunca os rapazes e as moçoilas deixaram de ter as suas liberdades, fosse na Bahia, fosse no

Rio ou em São Paulo, para quantos encontros os sentimentos recíprocos de afeto e benquerer lhes inspirasse...” (REQUIÃO, 1940, p. 4)

As festas e cerimônias religiosas eram eventos adequados para as moças de boa linhagem frequentarem. De acordo com Requião, como era também uma forma de praticar o credo, os pais acreditavam que as moças estariam protegidas caso participassem dos festejos cristãos:

O interessante é que pais e tutores, que se extremavam em zelos pelas filhas e pupilas, noutros passos, naquele consentiam, sem maiores cuidados, achando-os perfeitamente razoáveis, apesar de alguns escândalos mundanos, que a História registra, com certas minúcias curiosíssimas...
Havia como uma particular mentalidade, que imunizava de qualquer eiva a mulher, quando ela ia frequentar as sobreditas devoções, ou festas de seus santos. (Requião, 1940, p.4)

De acordo com Pedro Calmon, em *Espírito da Sociedade Colonial* (1935), nas cidades coloniais, tudo acontecia em torno da igreja. Ela “aproximava, unia, concentrava os grupos regionais; e as famílias, vertebradas pelo sentimento de “clam”, que o tipo gregário da exploração agrícola exigia”. As festas da igreja reuniam uma diversidade de tipos, como as pessoas mais afastadas da vida social das cidades e que se isolavam nas fazendas. (CALMON, 1935, p. 101-102)

Porém, as mulheres não se mostravam nas missas cotidianas, somente participavam das missas destinadas a elas, ou seja, “na ante-manhã, mal a claridade da alvorada desmaiava as estrelas”. Era na saída dos templos, como também nos mostrou Requião, que elas tinham a chance de serem cortejadas e se encontrarem com os rapazes:

À saída dos templos, nos domingos, é que o rapazio admirava as moçoilas, é que o trajo rico emocionava a colméia pobre (SIC), é que o namoro tecia os seus enredos, é que o gosto da vida interrompia, por instantes, a melancolia colonial. Porém as festividades dos templos eram as oportunidades verdadeiras que tinham moços e raparigas para se verem livremente, e se falarem desassustadamente. (CALMON, 1935, p. 103)

Pedro Calmon (1935) menciona, na mesma obra, o alvoroço causado pelas festas religiosas entre os moradores e personagens da cidade colonial. Destaca alguns festejos como a farra que acontecia durante a procissão de Corpus Cristi, geralmente acompanhada de mascarados, dançarinos, músicos, que “perturbavam a ordem da cerimônia sacra”; e os Festins de São Gonçalo do Amarante, mencionado pelo Padre Antonio Vieira em um dos seus sermões em 1690, onde comparecia o Governador Geral, com uma comitiva de cavaleiros.

Este último evento teria sido suspenso devido “as desordens e escândalos que os transformaram, gradualmente, de atos religiosos em bailes plebeus.” (CALMON, 1935, p. 105)

Ressalta também a presença das mulheres nesses tipos de divertimentos, através da descrição feita pelo médico John White, em 1787. Este mostra a participação das moças, enfeitadas com flores que recebiam dos apaixonados nesses espaços. Segundo o relato, elas transitavam livremente pelos coretos e praças nessas reuniões públicas, desconstruindo a ideia de que não tinham oportunidade para o namoro ou que eram totalmente submissas à autoridade dos pais.

Requião publica o artigo mencionado anteriormente, assim como outros já citados nesse trabalho, em 1940, no mesmo ano de publicação do romance *O Baluarte*, com o intuito de se precaver de possíveis questionamentos sobre os costumes apontados em sua obra. Como existem teorias controversas a respeito da conduta das mulheres coloniais, o autor parecia temer que julgassem ser uma inverdade o fato das moças da colônia conseguirem driblar os pais, mesmo diante da imposição de normas severas sobre o comportamento da mulher na sociedade colonial.

Para refazer esse percurso cultural, descrito nas seções apresentadas, descrevendo ou representando as práticas culturais do espaço da ação, a obra de Requião apoia-se na premissa de que a memória é um importante recurso do patrimônio cultural de uma nação. A relação entre literatura e história, portanto, é utilizada como forma de manutenção da memória e do acervo cultural da Bahia do século XVII.

4.2 O EXERCÍCIO INTERTEXTUAL NO ROMANCE HISTÓRICO DE REQUIÃO

Na tentativa de ressuscitar as grandes figuras e agentes da história e de legitimar os fatos representados na narração, o romance histórico tradicional irá dialogar com várias fontes, estabelecendo um exercício de intertextualidade com outros textos, a fim de possibilitar ao leitor o contato com o passado.

No romance *O Baluarte* (1976), assim como acontece em outros romances do gênero, o narrador adapta as informações históricas às necessidades da narrativa. Contudo, faz questão de evidenciar as fontes de onde foram recolhidas algumas informações acerca dos fatos utilizados na ficção. O narrador desta “crônica” baiana faz alusão a obra ou autor consultado, para fundamentar os dados concedidos, no próprio corpo do texto, como ocorre no momento em que menciona a chegada de Dom Marcos à Colônia: “[...] Segundo refere escritor de grande mérito.[...]”, ele diz. (REQUIÃO, 1976, p. 12)

Como já mencionamos em outros momentos, além deste método utilizado pelo autor para conferir verossimilhança à obra, temos também, ao final da narrativa, a presença dos “Apontamentos Históricos”, constituídos de notas que explicam, divergem ou exemplificam algum fato mencionado no corpo de texto. A partir delas, o jornalista estabelece um diálogo direto entre o texto literário e o histórico, com o intuito de apontar as divergências e versões conflitantes, sobre um mesmo fato. Portanto, todas as observações são seguidas das referências bibliográficas consultadas.

Como foi referido em capítulo anterior, estas notas contradizem os registros e informações, produzidas por historiadores acerca de diversos aspectos da historiografia tradicional, sobre o momento cultural da Bahia no século XVII, como a verdadeira idade que teria os personagens participantes do momento da invasão; os enganos na utilização de nomes de lugar ou rua por alguns historiadores; o fato da cadeira de arruar já fazer parte de cotidiano baiano desde o século XVII, embora alguns estudiosos apontarem, como veremos adiante, que esse meio de transporte só tenha aparecido por aqui no século XVIII; e outros.

Além das notas de final de texto, há também a presença das notas de rodapé, usadas na narrativa, na maioria das vezes, como uma espécie de glossário, para fornecer o significado de alguns termos que constituem o dialeto predominante no período. Isto porque, como apontamos em outro momento, a representação das línguas, dialetos e registro linguístico das personalidades, do século XVII, também é utilizada em prol da verossimilhança. Ao lançar mão deste recurso o autor imprime certa antiguidade ao texto, além disso, os diferentes sotaques e línguas são “como símbolos e marcas do sentimento de pertença que (re)criam o

passado ficcionalizado e, simultaneamente, distinguem as comunidades e o pensamento de personagens específicas.” (PUGA, 2006, p. 76)

Todos os dezoito capítulos que constituem o romance são iniciados por uma epígrafe com citação dos cronistas, historiadores ou documentos públicos, estudados pelo autor para fundamentar sua narração. São frases da autoria de Varnhagem, Martius, Vilhena, Frei Jabotão, Galanti, Rebelo da Silva, Padre Vieira e Rocha Pombo. Certamente, cada estudioso citado fundamenta o episódio que será desenrolado no capítulo em que aparece, uma vez que a epígrafe utilizada estabelece intrínseca relação com o acontecimento narrado em cada tópico. Requião utiliza a forma do romance scottiano que, da mesma maneira, apresenta uma epígrafe para cada capítulo, sempre de acordo com o tema abordado.

A preocupação em apresentar no seu romance o que ele chama de “verdade histórica” nos permite afirmar que, além de aproximar a narrativa do modelo convencional Scottiano, a presença da epígrafe, na obra em estudo, iniciando cada capítulo, pode ser vista também como uma blindagem contra possíveis questionamentos acerca dos fatos mencionados no enredo. É uma maneira de impor certa autoridade ao texto ficcional, já que “os registros históricos são transformados em força motora e impulsionadora do romance” (PUGA, 2006, p. 26)

Antoine Compagnon (1996) denomina a epígrafe de “posto avançado” e tece vários conceitos sobre ela, bem como esclarece a sua relação com o texto:

[...] é um símbolo (relação do texto com um outro texto, relação lógica, homológica), um índice (relação do texto com um autor antigo que desempenha papel protetor), é a figura do doador no canto do quadro. Mas ela é sobretudo um ícone no sentido de uma entrada privilegiada na enunciação. É um diagrama, dada a sua simetria com a bibliografia de que é precursora (um índice e uma imagem). Porém, mais ainda, ela é uma imagem, uma insígnia ou uma decoração ostensiva no peito do autor. (COMPAGNON, 1996, p. 120)

Em seguida, discorre sobre a força enunciativa deste recurso:

Mas, antes de tudo, ela é um grito, uma palavra inicial, um limpar de garganta antes de começar realmente a falar, um prelúdio ou uma confissão de fé [...] Base sobre a qual repousa o livro, a epígrafe é uma extremidade, uma rampa, um trampolim, no extremo oposto do primeiro texto, plataforma sobre a qual o comentário segue seus pilares. (COMPAGNON, 1996, p. 120)

Segundo Rogério Puga (2006), a referência direta à investigação realizada em acervos documentais ou fontes históricas, assim como a inserção de artifícios paratextuais, como as notas finais ou iniciais, epígrafes, introduções, prólogos, prefácios e posfácios, notas de

editores, árvores genealógicas iniciais/finais, mapas do local da ação e documentos históricos em anexo, títulos de subcapítulos que funcionam como resumos dos mesmos, índices e as cronologias do contexto histórico são também estratégias utilizadas pelo romancista para conferir a sensação de verossimilhança às obras.

Ao dialogar com esses elementos paratextuais, a narrativa ficcional se reveste de aparatos metodológicos característicos dos estudos historiográficos. Desta forma, tanto enfatiza a extrarreferencialidade pertinente ao romance histórico, como estabelece a diferença entre o tempo da ação e a instância da narrativa.

O exercício intertextual, realizado no romance *O Baluarte* (1976), confere à obra um caráter polifônico, atitude também inerente aos romances históricos. Os textos que inspiraram ou influenciaram a produção da narrativa possuem voz ativa na obra, o que salienta, como citamos em outro momento, o efeito híbrido do romance histórico.

Todos os elementos, utilizados em prol da verossimilhança na narrativa, como a referência direta aos textos históricos, a reconstrução do ambiente e aspectos culturais da cidade colonial, no século XVII, reforçam o compromisso do autor com o projeto ficcional ao qual se propõe. A celebração e o desejo de legitimar do passado colonial baiano fazem parte da missão do autor em submeter a ficção ao trabalho de curador da “memória perfeita” (PINHO, 2011).

Através da realização desse percurso cultural pela Salvador colonial, proporcionado pela descrição alusiva aos comportamentos sociais, paisagens locais, figuras importantes do momento histórico, percebemos que Altamirando Requião não se limita à postura de romancista. As modalidades expressivas, utilizadas como sustentação para o enredo, são muito diversas, por isso, além de assumir o papel de historiador, como vimos, ele dialoga com outras vertentes das ciências humanas, como a sociologia, antropologia e a linguística.

Portanto, a escrita do romance *O Baluarte* (1976) pretende ser um depositário da memória baiana. Ao transformar sua narrativa em um instrumento social capaz de possibilitar ao leitor o acesso a informações sobre esse período da história da Bahia, Altamirando Requião reafirma a sua tese sobre a função didática do romance histórico, imbuído também de formar o leitor através da consciência história e humana. Dessa forma, sem precisar se afastar da historiografia, o autor sugere que a multiplicidade de perspectivas, sobre um mesmo fato, faz com que se dilua a ideia de que existe uma concepção única em relação a ele.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de termos visto o quanto foi diversificada a produção de Altamirando Requião, uma vez que ele percorreu e produziu vários gêneros e, como jornalista e homem político, discorreu sobre diversos temas, a preocupação com a memória cultural e histórica da Bahia parece ter sido o grande tema de sua trajetória. A variedade de documentos, encontrada no seu acervo pessoal, representa um valor inestimável para pensarmos a conjuntura do sistema literário baiano.

Nos documentos analisados, visualizamos os primeiros e tímidos diálogos entre a literatura modernista baiana e a literatura paulista. Percebemos ainda outros autores esquecidos da nossa memória literária, bem como algumas polêmicas envolvendo intelectuais da época, as quais, ao mesmo tempo em que têm uma conotação pejorativa, movimentam o sistema e também impedem que se caia no empobrecimento da cultura.

Requião foi um ativo defensor das causas e manutenção da história da Bahia, como evidenciou a sua participação no episódio da devolução dos códices, do tempo do Governador Geral da Colônia, à Bahia. Estes foram emprestados ao governo central do Rio de Janeiro, para serem copiados pela Biblioteca Nacional, mas passaram 60 anos em domínio do governo carioca, com a justificativa de que era obrigação da instituição se responsabilizar pelo patrimônio de toda a nação.

Outra atuação de Requião em defesa da memória, como patrimônio cultural, diz respeito à campanha, realizada por ele, em alegação da necessidade da cadeira que pertenceu ao Padre Antônio Vieira, encontrada na sacristia da Basílica de Salvador, servindo ao sacerdote do templo religioso, fosse guardada em museu da Bahia ou enviada para a cela do Jesuíta, localizada no antigo Colégio.

O autor demonstra consciência acerca do significado histórico destes objetos, apresentados como bens culturais que precisam ser preservados, pois nos remetem à nossa memória e esta também é uma instância cultural. Sendo assim, Requião é um intelectual importante em seu tempo, porque usa o seu projeto para defender os interesses baianos e exigir o lugar da Bahia dentro do imaginário nacional.

A história é tomada quase sempre como a fonte de energia de suas narrativas. Seu trabalho é resultado de anos de estudos em bibliotecas, arquivos, o que lhe possibilitou descobrir dados curiosos sobre a história nacional. O autor demonstra ter analisado meticulosamente algumas Cartas Régias, possuir um conhecimento aprofundado acerca da bibliografia específica sobre o século XVII, pois dialoga, com autoridade, com textos e

autores que fundamentam sua obra. Todo o referencial teórico foi utilizado com rigor metódico, evidenciando criteriosa pesquisa, a fim de conferir certo estatuto histórico ao texto literário.

Requião acompanhou de perto as mudanças de paradigmas ocorridas no campo da arte e da cultura, de um modo geral, durante a virada do século XIX e XX. Viveu a linha tênue entre o passado e as ideias revolucionárias trazidas juntamente com o novo século. Da mesma forma em que se integra aos princípios locais, busca filiar-se à escrita universal quando dialoga com a obra de grandes autores internacionais, como Émile Zola, Victor Hugo e Walter Scott.

Como foi mostrado, no decorrer deste estudo, a ansiedade em fundamentar seus romances com as fontes respeitáveis e com a “verdade histórica” remete ao seu objetivo em conferir uma dimensão didática à recepção de suas obras. Ele opta pela tradição e obediência às mensagens de nacionalidade e exaltação da história local baiana, ouve o passado para reescrevê-lo ficcionalmente, pois sua série sobre a invasão holandesa é criada com base na premissa de que a história pode ser reconstruída. Por isso, a conduta do autor é quase sempre contestatória, nos mostrando que há uma demanda do passado que necessita ser renovada e revisitada.

Requião pretende desnudar um Brasil ainda não revelado ou prejudicado por narrativas que contribuíram para se criar um mal estar em relação aos personagens e momento históricos do Brasil colônia. Ambiciona, portanto, reestabelecer o valor que estes homens tiveram no período em que lutaram pela libertação da Bahia. Entretanto, ao colocar este objetivo como meta primordial da sua obra, ele oculta a rede de interesses econômicos e políticos que permeavam as relações entre portugueses e baianos e os seus opositores holandeses. Todos os personagens que lutam pela cidade de Salvador aparecem fazendo isto apenas por amor à terra, motivados por um nacionalismo ufanista.

Altamirando Requião buscava a perfeição ao modelo dos romances históricos tradicionais que privilegia os personagens históricos, no qual, as figuras marginalizadas, são relegadas ao segundo plano ou a participação quase invisível no tecido narrativo. Ao escolher seguir o modelo dos romances que filiados à ideologia estética do Romantismo, a fim de construir a memória perfeita da cidade colonial no século XVIII, Requião parece coerente no seu esforço de recomposição identitária, uma vez que a leitura feita pela crítica modernista ou de modernização, como a que diz do romantismo da ficção não se adequa ao seu modelo crítico. Isto porque, enquanto o Romantismo baseia-se na proposta de construção da memória histórica e da identidade nacional brasileira, o modernismo o segue esta premissa e a nega, ao

mesmo tempo. Sendo assim, a memória perfeita da cidade colonial só poderia ser vista e reconstruída pelas lentes do século dezanove romântico.

O autor refaz o percurso da escola do século XIX, pois a Bahia, enquanto local de passado para onde as novas ideologias deveriam olhar, ao fazer tal travessia temporal, não é contemplada, posto que o estado havia perdido a legitimidade da memória histórica brasileira. O passado que os modernistas que desejam construir não deveria passar por outro espaço hegemônico que não fosse aquele que liderava na época. Sendo assim, Requião buscava um caminho para se alcançar do êxito na literatura e contribuir para desconstruir os estereótipos que constituem identidade intelectual da região, mostrando que a Bahia é abundante em de expressões culturais.

Ao escolher o caminho da tradição e do discurso de glória sobre a Bahia, Requião tenta fortalecer o engajamento entre literatura e cultura em defesa da identidade cultural baiana, contra os discursos que tentam colocá-la à margem da produção brasileira. Sendo assim, a luta contra o sentimento de ausência que marca a nossa historiografia, fazendo do seu texto um instrumento de reivindicação do lugar da Bahia na memória coletiva nacional.

É justamente essa vontade de suprir a necessidade de cultura do momento, através da reafirmação do ambiente baiano como expoente da história nacional que fará também com que Requião não saia do seu estado, mesmo quando é incitado por Ronald Carvalho a fazer carreira no Rio de Janeiro, como vimos em carta enviada pelo crítico carioca. O autor permanece no seu estado por ter a consciência de que tem também a função de auxiliar no aperfeiçoamento do sistema ao qual está inserido.

Mesmo diante de todos os problemas de base estruturais que afligiram a literatura baiana no século XX, devido a deficiência em relação às editoras, ao número crescente do analfabetismo na Bahia, Requião soube transitar bem pelo sistema literário baiano. Além de usar o bom relacionamento que tinha com editores de fora para publicar suas obras, num ambiente em que a falta de editoras castigava os autores, o autor fez bom uso também da atividade jornalista, já que a imprensa era o principal espaço de difusão da cultura das letras na Bahia, durante o período. Sendo assim, evidencia como o jornalismo estava imbricado à atividade literária na prática cotidiana do estado.

Sua obra tem um valor cultural incontestável. Requião participou ativamente do seu momento histórico e cultural e, dessa forma, contribuiu significativamente para o sistema baiano, ao ajudar na construção de valores para o debate e para a sociedade letrada envolvida. Durante mais de um ano de pesquisa encontramos escassas referências a seu respeito. Isto pode ter acontecido devido ao silenciamento recorrente dos autores baianos após cessar sua

produção literária, como também por causa dos estudos ainda incipientes acerca dos nomes que movimentam o sistema literário baiano no século XX.

Sejam quais forem os motivos pelos quais Requião não tenha alcançado um lugar dentro da memória literária baiana e nacional, é preciso admitir que há uma deficiência no sistema literário baiano que apaga figuras atuantes de sua memória. A Bahia ignora uma diversidade literária e artística que deixou um legado importante para pensar a sua história. Portanto, ao optar por apagar as suas figuras mais polêmicas, como tentaram fazer até com Jorge Amado, nas academias, a Bahia sai perdendo no que diz respeito à possibilidade de fortalecimento e manutenção da nossa memória cultural.

Esperamos que este trabalho contribua para a valorização da memória cultural e intelectual da cidade de Salvador, bem como para a ampliação do cânone literário baiano e/ou para despertar o interesse dos estudantes de letras para diversidade literária que permeia o nosso estado. Pretendemos dar continuidade à pesquisa sobre o tema e o autor, de modo a preencher algumas lacunas que ficaram abertas nesta etapa.

REFERÊNCIAS

ACCIOLI, Ignacio; AMARAL, Braz. *Memórias Históricas e Políticas da Bahia da Província da Bahia*. v. II. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1925.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALTAMIRANDO REQUIÃO, o que conta, como poucos, as coisas da nossa história. *Tribuna da Bahia*. Salvador, 22 de setembro de 1982.

ALTAMIRANDO REQUIÃO transpõe os umbrais da humanidade. [19--?] (ARQUIVO DO AUTOR)¹⁴

ALVES, IVIA. *Arco e Flexa. Contribuição para o estudo do modernismo*. Salvador: Fundação Cultural do Estado do Bahia, 1978.

BANN, Stephen. *As invenções da história: ensaios sobre a representação do passado*. Tradução de Flávia Villas-Boas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. O novo romance histórico. In: *Via atlântica*. n.4, Out. 2000. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via04/via04_15.pdf> Acesso em: 20 dez 2012.

BEHRENS, Ricardo Henrique B. *A capital colonial e a presença holandesa de 1624 – 1625*. 2004. 147 f. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em história da Faculdade de Filosofia e Ciências humanas da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

BENJAMIM, Walter. O narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. *Obras escolhidas I: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERBET, José Augusto. “O último excomungado”. *Ultraleve*. [19--?] (ARQUIVO DO AUTOR).

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil - 1900*. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, Departamento de Cultura da Guanabara, 1975.

BURKE, Peter. As fronteiras instáveis entre história e ficção. In: *Gêneros de fronteira – cruzamento entre o histórico e o literário*. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Xamã, 1997.

CARVALHO, Pinto de. O Baluarte de Altamirando Requião. *O Imparcial*, Salvador, p. 3, 6 nov. 1940.

¹⁴ Como foi mencionado anteriormente, alguns artigos publicados em jornais e revistas, presentes no arquivo do autor, tiveram suas informações comprometidas durante o recorte, como é o caso deste e de outros textos. Alguns não dispõem da data de publicação, autoria e/ou nome da fonte em que foi publicada, por isto, nestes casos, optamos por informar a localização dos textos.

CADENA, Nelson. *O DNA jornalístico dos Requião*. Disponível em: <<http://www.almanaquedacomunicacao.com.br/o-dna-jornalistico-dos-requiao-2>> Acesso em: 21 maio 2012.

CALMON, Pedro. *Espírito da sociedade colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. *História da literatura Bahiana*. Publicação da prefeitura Municipal do Salvador, comemorativa do IV centenário da cidade, 1949.

CARNEIRO, Edison. *A cidade de Salvador (1549) - Uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Edição da Organização Simões, 1954.

CARVALHO, Ronald. [Carta] maio 1921, Rio de Janeiro [para] REQUIÃO, Altamirando. Solicita que não defenda o falsário Virgílio Maurício.

_____. [Carta] 23 maio 1922, Rio de Janeiro [para] REQUIÃO, Altamirando. Desculpa-se pela conflito gerado com a intelectualidade baiana.

_____. [Carta] 10 jun 1922, Rio de Janeiro [para] REQUIÃO, Altamirando. Aconselha Requião a sair da província e ir morar no Rio de Janeiro.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Tradução de Cleonice P. B. Mourão. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes Modernistas: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal*. Belo Horizonte: Autêntico, 1998.

DOIS SÉCULOS de vida colonial bahiana (SIC) através de romance. *O imparcial*. Salvador: 16 de agosto de 1940.

ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975 – 2000)*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 49 ed. São Paulo: 2004.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A migração e arte moderna na Bahia. *A cor das letras: revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana*. Feira de Santana: UEFS, n.1, dez. 1997.

FUJIMOTO, Juliana. Atuação dos aldeamentos missionários jesuíticos durante a invasão holandesa da Bahia (1624-1625). Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/SNH2011/TextoJulianaF.pdf>> Acesso em: 07 de maio 2013.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: O desafio literário de Hayden White e Dominique LaCapra. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução de Eduardo Leitão. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LUKÁCKS, Gyorgy. *O romance histórico*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Biotempo, 2011.

MAIA, Pedro Américo. *A problemática moral no moderno romance brasileiro*. Belo Horizonte: Grupo gente nova. Cadernos de formação e cultura, 1968.

MATOS, Francisco de. Gente moça de minha gleba IV- Altamirando Requião. *Brasil Nosso*. Sergipe, 15 de janeiro de 1937.

HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós – Modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1991.

OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Col. Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

OLIVIERI-GODET, Rita. *Entre discursos: literatura e história em Meu querido canibal*. Université Rennes 2 – França. Disponível em: <<http://www.antoniotorres.com.br/TEXT0%20MEU%20QUERIDO%20CANIBAL.pdf>> Acesso em: 06 maio 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. História & literatura: uma velha-nova história. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006. Disponível em: <<http://nuevomundo.revues.org/1560>>. Acesso em 24 fev 2012.

PINHO, Adeíto Manoel. *História da literatura e diversidade cultural: Perspectivas e conflitos*. Disponível em: <<http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/Ebooks/Web/978-85-397-0198-8/Trabalhos/1.pdf>> Acesso em: 06 maio 2013.

_____. *Perfeitas Memórias: literatura, experiência e invenção*. Rio de Janeiro: 7letras, 2011.

_____. *Uma história da literatura de jornal: O Imparcial da Bahia*. 2008. 3 v. Tese de Doutorado. PUCRS, Porto Alegre. 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989.

PUGA, ROGÉRIO Miguel. *O essencial sobre o romance histórico*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2006.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. Tradução de Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO Experimental org. ed. 34, 2005.

REQUIÃO, Altamirando. *A Bahia de ontem e de hoje*. Publicação da Diretoria do Arquivo. Divulgação e Estatística da Prefeitura do Salvador, [19--?] (ARQUIVO DO AUTOR).

_____. Bahia Intelectual, *O Imparcial*, Salvador, p. 1, 20 out. 1931.

_____. *Dom Marcos: crônica do século XVII*. Rio de Janeiro - São Paulo:

_____. História e romance histórico. *O Imparcial*, Salvador, p. 4, 1º dez. 1940.

_____. *O Baluarte: crônica do século XVII (1940)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Record, 1976.

_____. *O bravo capitão: crônica do século XVII*. Rio de Janeiro - São Paulo:

_____. *O grande fracasso: crônica do século XVII*. Rio de Janeiro - São Paulo

_____. Língua portuguesa. *Revista do parlamento*. [19--?] (ARQUIVO DO AUTOR)

_____. *Luz: poesia de duas épocas*. Rio de Janeiro: Atlândita, 1979.

RIBEIRO, João Ubaldo. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

RISÉRIO, Antonio. *Uma história da cidade da Bahia*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: ensaios sobre da história da ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SANTIAGO, Silviano. O narrador pós-moderno. *Nas malhas da letra: Ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 38-52.

SEIXAS, CID. *Triste Bahia, Oh quão dessemelhante*. Notas sobre a literatura na Bahia. Salvador: EGBA, 1996.

SENA, Patrícia Mota. *Uma história dos perdões*. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/artigos/anpuh_II/patricia_mota_sena.pdf> Acesso em: 08 abr 2013.

SOARES, Ângelo Barroso Costa. *Academia dos rebeldes: modernismo à moda baiana*. 2005. 196 f. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Feira de Santana. Departamento de Letras. Programa de pós-graduação em Literatura e Diversidade Cultural. Feira de Santana, 2005.

SOARES, Eduardo Luis de Macedo. O romance histórico mais perfeito de nossa literatura. *O Imparcial*, Salvador, p. 3, 13 nov. 1940.

SOUZA, Antônio Loureiro de. A grande vitória – Lançamento do romance *O grande fracasso. A tarde*, 22.05.1984.

SOUZA, Antônio Loureiro de. Luz, um livro luminoso. [19--?] (ARQUIVO DO AUTOR).

SPALDING, Walter. Governadores e vice-reis do Brasil na Bahia (1499 – 1763). *Anais do primeiro Congresso de História da Bahia*. Instituto Geográfico e histórico da Bahia. IV vol. Salvador: Beneditina LTDA, 1950.

TAVARES, Luís Henrique. *História da Bahia*. São Paulo: Ática, 1981.

TORRES, Antônio. *Meu querido canibal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

TORRES, Carlos. *Vultos, fatos e coisas da Bahia*. Salvador: Imprensa Oficial da Bahia, 1950.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. *Salvador: transformações e permanências (1549 – 1999)*. Ilhéus: Editus, 2002.

VEIGA, Claudio. *Atravessando um século: A vida de Altamirando Requião*. Rio de Janeiro: Record; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993.

_____. Dois centenários: Ronald de Carvalho/Altamirando Requião. *A Tarde Cultural*, maio de 15 de maio de 1993.

VELHOS CÓDICES retornam à Bahia. *Revista do parlamento*. n. 6, ano I, agosto de 1947.

VIEIRA, Pe. Antônio. *Vieira – sermões*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1960.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: Ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

ZILBERMAN, Regina et. al. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

APÊNDICE – LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Fotografia de Altamirando Requião	34
FIGURA 2 - Poema publicado em periódico	48
FIGURA 3 - Mapa da cidade de Salvador em 1924	75

ANEXOS

ANEXO A – Ficha acadêmica de Altamirando Requião

ACADEMIA DE LETRAS DA BAHIA

FICHA DO ACADEMICO

OCUPANTE DA CADEIRA N.º

Altamirando Requião

10

Nome por extenso e nome literario Altamirando Alves da Silva RequiãoNome de seus pais Dr. Euclides Alves Requião (médico) e A. Ana Rosa da Silva Requião.Localidade e Estado em que nasceu Cidade do Salvador (Freg. de S. Antônio)Data do nascimento 27 de Agosto de 1893 (domingo, às 2 horas da tarde)Cargos que exerce ou tem exercido Professor público do arrabal de Meiranilha, no Município de Pomal (1914); Deputado Federal, pela Bahia, de 1934 a 1937; Diretor do Diário de Notícias, de 1919 a 1939; Professor de Literatura e de Língua Vernácula, no Instituto Bahiano de Ensino; Secretário do Governo da Bahia, na Intendência Paulo Hei-Títulos literarios ou científicos Membero do Instituto Histórico de Sergipe; membero do Instituto Histórico da Bahia; membero do Instituto Genealógico Brasileiro; Professor diplomado pelo antigo Instituto Normal da Bahia, em 1910.Obras que tem publicado, os titulos e a data da publicação destas, formato (em dimensões por centímetros, largura e altura), numero de paginas, tipografias em que foram impressas, edições que têm tido: Hum (versos) ed. Liv. Davis Mendonça, Bahia, 1918, pags. 204; Consciência e Liberdade (crítica e sociologia) ed. Davis Mendonça, 1922, pags. 207; Brutos e Pitans (romance), ed. Monteiro Robat. Liv. S. Paulo, 1923, pags. 125; Os rosais de meu amor (crônicas) Liv. Cochardron, Porto, 1925, pags. 78; Visões fidalgas e plebeias, idem, 1928, pags. 209; Meditações e Confidências (reflexões e sentenças) ed. Galdino Lencoreira, Bahia, ano 1930, pags. 73, 1ª ed.; Meditações Confidências, 2ª ed. Rio, 1942, pags. 75. Ponte d'Além; O Baluarte, (romance histórico) ed. Davis Mendonça, 1940, pag. 240.Jornais ou revistas que tem dirigido, ou em que tem colaborado, outros quaisquer dados bibliograficos: Dirigiu: Diário de Notícias (Bahia); colaborou em: Jornal de Notícias, Revista do Conselho Fagete de Notícias, Jornal Moderno, A Epoca, A Legião, (Tudo da Bahia) e "O País", "O Malho", Seleta, Revista da Semana (Rio)Quais os pseudonimos que tem usado e em que livros ou periodicos Silvio de Ullar e Marcos Têlio (no Diário de Notícias).

Livros e periodicos que se ocuparam de seu nome (citar as datas) "gente nova" de Marinho-
 uhaus, 1920; "Autores e Actores", de S. Boranem Jr. 1923; Dic. Bib. Bibliografico Bra-
 ziliens, de Velho Sabrinha, 1937.
 Data de sua posse na Academia 28 de Setembro de 1941
 Academicos antecessores na cadeira Moacyr Sodré (fundador)

Além das respostas aos quesitos formulados, poderão ser fornecidos outras quaisquer informações:

Na sua vida jornalística: Iniciou a carreira jornalística em 1907, com a idade de 14 anos, como revisor e colaborador da "Revista do Brasil", onde trabalhou até 1913, quando entrou para o corpo de redação da "Folha de Notícias". Em 1914, passou a fazer parte da redação da "Folha de Notícias", e, posteriormente, para o "Jornal Moderno", de que foi Secretário. Em 1915, após um curto estágio na imprensa carioca ("O País"), regressou à Bahia, passando a fazer parte da redação do "Diário de Notícias". Desse jornal foi redator-secretário, em 1916, e redator-chefe, em 1917 e 1918. Em Maio de 1919, assumiu a direção, como incorporador de uma sociedade anônima, da qual foi eleito Presidente. Como diretor, até então, levou toda a fase de 19 a 39, quando mudou suas ações (3/4 do Capital da empresa) aos srs. Antônio Balduino de Carvalho Filho e Rafael Spicula.

Foi um dos fundadores da "Academia Bahiana de Letras", em 11 de Dezembro de 1910, quase sete anos antes da criação da "Academia de Letras da Bahia", por Almeida Braga. (Cf. "Autores e Actores", de S. Boranem Jr. (pags 5 e 6))

Além das obras publicadas, em livro, escreveu "O Herói", episódio dramático, em 2 atos, inserto, em folhetim, no "Diário de Notícias" da Bahia, de 6 a 18 de Janeiro de 1917; "A queda de gênio", drama em 3 atos, lido no "Gênio Literário" (Bahia) na noite de 25 de Julho de 1911, perante um grande auditório, fazendo a respectiva apresentação de autor, como dramaturgo, o teatrólogo Sili Boranem Junior; "A vitória de gênio", segunda parte ou complemento de "A queda de gênio", também em 3 atos (inédito); e "Por uma raiz de luz", símbolo trágico em um ato, (inédito).

(Data) Bahia, 25 de Setembro de 1942
 (Assinatura) Albamirand Reguilar

ANEXO B – Carta de Ronald Carvalho para Requião (1922)

ARR 22.06.22

Rio, junho 10. 22

Maurício de Almeida

Bravo! Tu artigo é uma lixa
 sobre a vaidade do Leão. Lixa de aço, movida
 a electricidade. Ninguém pode contigá-lo. Cada
 vez me convence mais do que escrevi na
 famigerada notícia da America Brasileira.
 O que não deses é ficar regtando na provincia.
 De honras, como tu andamos caucidos a pi.
 O ambiente da provincia não pode comportar
 a tua antiharia pesada. Fica até ridiculo,
 responderes com Berthas as balas de estalo dos
 seus advogados. Quando tiver o prazer de abajar-te
 no Rio. Um pouco antes por embarcaei para
 Roma até o fim do mes. Infadissimo. Foyde de teu
 Ronald.

ANEXO C – Carta de Ronald Carvalho para Requião (1922)

AAR 22.05.23

Rio. 23 de maio. 1922

Meu caro Altamirando

Os mais do turbilhão em que ando, das
 voltas e mil voltas que sou, por merei da vida, obrigado
 a cumprir, não me foi possível ^{encontrar} ainda, nem a pra mesmo
 a tempo, tranquillidade bastante para escrever-te. Mando-te,
 hoje, este apressado bilhete, somente para confiar-te que recebi
 com muito prazer as tuas cartas e mais redobrado gosto
 os varios testemunhos que nunca me recusaste da tua
 amizade leal.

Teria crível que aquelle meu antiquete tenha sido
 mal interpretado ali? Não vejo como justificar o vazio
 levantado em torno das minhas palavras. Sabes, de perpetua
 sciencia, que jamais foi intento meu apontar ou amesfumar

os honras de cultura da Bahia. Apesar de continuar a
 ser modesto afundir em coisas de literatura brasileira, não
 ignora, e até já proclamou por varias vezes, o papel que
 a intelligencia bahiana tem representado no desenvolvimento
 das nossas letras e das nossas artes. Já, na mencionada
 noticia, de modo geral, e, assim falando, não se mais se
 confirmar o juiz de todos quantos embecum como são redigidos
 os jornaes no Brasil. Não é, porém, exclusivamente verso o
 mal que apontei, pois, ainda agora em França, onde se escreve
 fustamente em apuro, não têm faltado versos autorizados
 que reclamam contra o abastardamento do idioma francez na propria
 imprensa de Paris. Oco-te, apenas, que esdoreças o publico
 da tua terra, distancando os laços da viridiosa intriga demandada
 por desaffectos patricios e de união. Estão certo, entendo, que
 ninguém me julgará tão pouco ao ponto de ser capaz de
 insultar assim o letador bahiano. Rogo-te, por igual,
 como não pois prolongar debates e entendas inuteis, não

Comunicar esta carta a quem alguma. É que escrevi sobre
o teu livro está escrito. Não tenho por habito mundar de
ideias. Quando te submetti a nota da "America Brasileira"
foi para que elle dessem o destino que te pareceres melhor.

Deixa a bulha correr o mundo, mas não
gostes inutilmente a tempera da tua espada. Os nossos inimigos
devem ser sempre dignos de nós.

Aqui fica ao teu dispor o teu
amigo muito cordal

Ronald de Carvalho.

ANEXO D – Carta de Ronald de Carvalho para Requião (1923)

Rio. 16 nov. 1923

Meu querido Altamirando

Nem inútil, nem esquecido!

acompanha, com o velho carinho de sempre,
a tua aserção. Os grandes silêncios, entre nós, não
indicam esquecimento na real amizade que
te dedico. Ao contrário. Amadurece, nesses, a nossa
mutua sympathia, e cria raizes em nosso coração
a estirpe que nos liga.

Parabéns pelo artigo. Está digno
da tua justa reputação nos salões dos nossos círculos
literários. Recebeste, acaso, o meu "Espelho de Ariel"?

Li-me publicado meu novo livro, pelas notícias das folhas.
Um grande e sincero abraço do Ronald.

ANEXO E- Artigo publicado na *Revista Parlamento* sobre a língua brasileira



Lingua Brasileira

DEPUTADO ALTAMIRANDO REQUIÃO
Vice-Presidente da Câmara
dos Deputados

Pretenderam os constituintes de 46 tornar clara a verdade científica da denominação que deve ter o idioma falado no Brasil, denominação a respeito da qual se dividiam e se dividem as opiniões entre nós, querendo umas que a língua seja, ainda, a *portuguesa*, e outras assegurando que ela já é uma língua diversa, a que chamam de *brasileira*. Já foi, aliás, cumprido o dispositivo do art. 35 das Disposições Transitórias, sendo nomeada, justamente, uma Comissão de letrados, pelo Ministério da Educação, para dar parecer sobre a matéria em lide. O parecer foi emitido, sendo contrário à denominação de *língua brasileira*. Essa circunstância, todavia, não dirimiu a controvérsia, antes a agravou, a começar no próprio seio da mais alta instituição de cultura literária do País, a Academia Brasileira de Letras, onde o sr. Luis Edmundo ensejou novos e imperativos debates, com um estudo substancioso do Professor e Filólogo Herbert Parentes Fortes. Em verdade, o parecer da Comissão, nomeada pelo Ministério da Educação, não podia nem pode ter qualidades conclusivas, por inúmeras razões, das quais três se destacam: 1.ª — a Comissão mandada nomear pela Constituição seria, apenas, *para opinar*, e não para resolver ou deliberar, função esta pertinente ao Poder Legislativo ordinário;

2.ª — a opinião preconcebida dos nomeados, cuja maneira de julgar, aliás, erradamente, já era por todos conhecida, tornou-se suspeita de paixão, não sendo convidado para integrar o grupo de opinadores nenhum dos doutos partidários da denominação em contrário;

3.ª — o assunto foi, apenas, discutido gramaticalmente, quer pelo seu ângulo histórico, quer pelo seu prisma temático-literário, ao passo que a questão não é de gramática ou de literatura, mas de ciência glótica e de sociologia comparada. Desprezando os dois primeiros pontos,

que dispensam, por irrecusáveis e evidentes, qualquer consideração ou comentário, sumariaremos, em rápido esboço de razões, comportável nos estreitos limites desta prova, os argumentos, serenos, que se tornam impreteríveis e essenciais, na justificação da verdade científica da *língua brasileira*:

a) Não há conceito legítimo, em ciência sociológica verdadeira, contrário à afirmação de que *língua e raça* formam dois elementos fraternos, que têm evolução paralela, e, às vezes, comunicante, a ponto de se confundirem. É ler-se Pittard, Furon, Oliveira Viana, Calógeras, Batista Pereira, Afrânio Peixoto, Capistrano, e muitos outros, estrangeiros e nacionais, para nos emparedarmos dentro desse imperativo categórico da sociogenia.

Se há, pois, uma raça, formada ou em adiantada formação, essa deve de ter formado, também, a sua língua, mesmo que a houvessem herdado de outra gente e de outra raça, sob feição primitiva, não há língua viva que não seja derivada de outra ou de outras línguas vivas. Ora, negar, hoje, que o Brasil tenha conseguido chegar a um tipo étnico, mais ou menos definido, que não é, de nenhum modo, o luso, que não é o aborígene, como também não é o *nagô* ou o *bantú*, pareceria rematada simplicidade. Quem se atreveria a fazê-lo, depois dos estudos de Euclides, nos *Sertões*, de Artur Ramos, de Paulo Prado, de Rodolfo Garcia, de Mário Marroquim, de Renato Mendonça, e, sobretudo, de Pierre Deffontaines, o sábio professor que ensinou Geografia Humana do Brasil, na Universidade deste Distrito Federal, e o de Gilberto Freyre, que escreveu aquelas magníficas páginas de *Casa Grande & Senzala*, sobre o fator social da miscigenação?

Deffontaines chegou a ensinar que conseguimos a elaboração de um tipo humano em progressão rápida, e o país merece,

sob este ponto de vista, um estudo atento. E Gilberto não fica atrás: diz que foi a mestiçagem, obra da *miscegenação*, que formou o brasileiro, mui diverso de seus antecedentes europeus, havendo o fenómeno antropogênico corrigido a distância social entre a casa-grande e a senzala. E abrimos qualquer compêndio, aliás, de história moderna do Brasil, como o de Vicente Tapajós, por exemplo, e lermos isto: "No Sul e no Norte, no sertão igualmente, os mestiços formaram uma Nação à parte, nova, recém-nata, a Nação Brasileira. Diferiam dos portugueses, que iam perdendo aos poucos o domínio inicial, como diferiam dos negros escravos e dos índios rebeldes. Eram uma mistura de todos êles: eram o Brasil". Ora, diante de tal quadro, se é fora de dúvida que já temos uma *raça nossa*, individualizada, ou, se o não quizerem, que já possuímos um *tipo humano brasileiro*, que é o menos que se poderá dizer da "humanidade aqui gerada", no frascado de Calógeras; e, se, por outro lado, havendo *raça* claro é que, em evolução paralela, e às vèzes intercomunicante, *língua existe*, formada e temperada pelos mesmos fatores que formaram a etnia correspondente, como se negar sem base científica aceitável, e meramente por espírito preferencial, imperfeito e anômalo, numa preconceituação gramatical ou literária, que não corresponde à realidade dos fenómenos linguísticos, a existência incontestável de um *idioma brasileiro*? — Este é o argumento calcado na tese sociológica. Vejamos, agora, o argumento político...

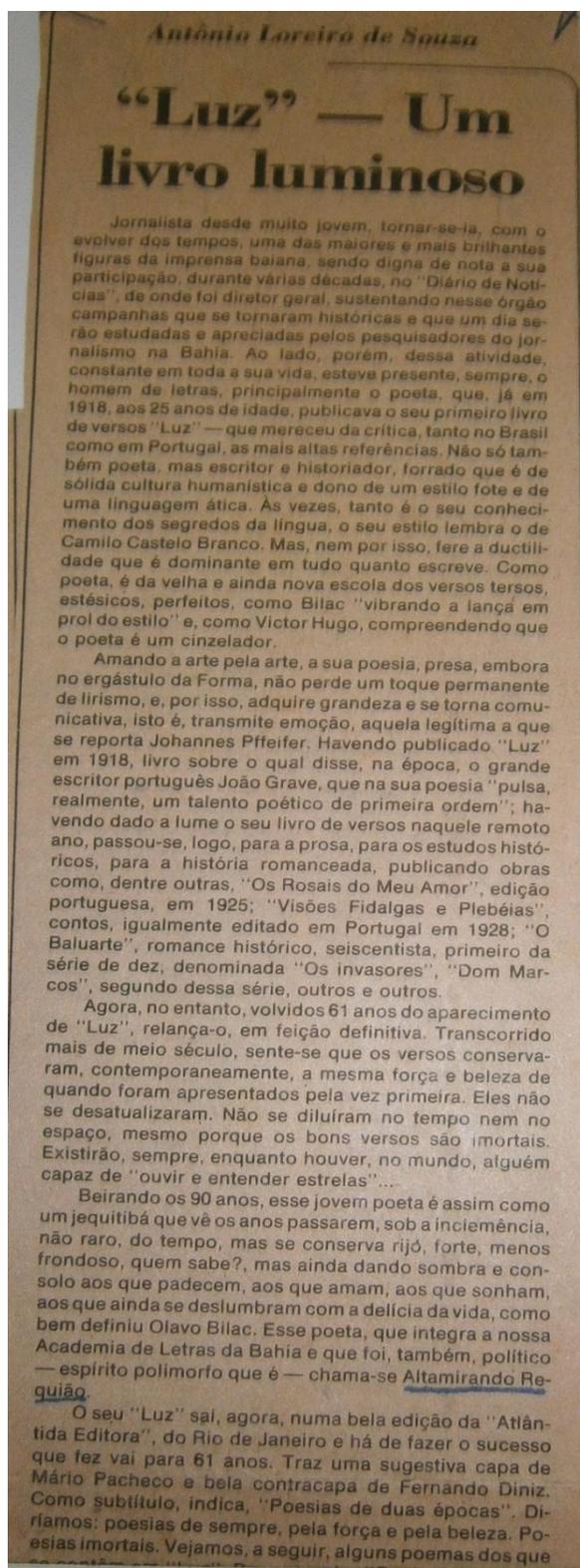
b) Não há um mestre, em matéria de filologia ou de linguística, de Littré a Leite de Vasconcelos, de Saussure a Vendryès, de Dauzat a Bally e a Meillet, que discorde da esmagadora doutrina de que a condição política é bastante, por si só, para conferir a uma fala a categoria de *língua*. "Todo dialeto de nação independente é língua". A lição é do grande Whitney, e poderá ser ilustrada com o exemplo da própria *língua portuguesa*, em Portugal, língua que ainda não passava de um canhestro linguajar, sem escrita, sucessor do *romance* do século IX e do século X galego minhoto da Lusitânia do Norte, que, logo após o advento da unificação política, propiciadora da absorção da fala do sul, cheia de arabismos, pela fala septentrional, passou a tomar a denominação de *lin-*

gua portuguesa, simplesmente porque começava a existir uma Nação portuguesa. Entretanto a tal *língua portuguesa* do século XII era tanto *português*, como o galego, que estacionou, e ficou em seu *habitat* primitivo, do reino de Leão. Outra coisa não ocorreu com o francês, que não é outra língua senão a *língua d'oïl*, falada na Ilha-de-França; com o toscano, que passou a ser o *italiano moderno*; com o dialeto coreichitico, que se fez árabe; com o jônio ático, que se fez grego; e assim por diante, com o espanhol, com o alemão etc., etc. Logo, se todo *dialeto de Nação soberana é língua*, e se são os próprios filólogos e glotólogos portugueses, em primeiro lugar, que consideram o *português do Brasil* um dialeto da língua mater, conforme o ensinam Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Teófilo Braga, Ribeiro de Vasconcelos, Sebastião Delgado, Mendes dos Remédios, Gonçalves Viana e outros, como fugir ao impositivo lógico de chamar-se *língua brasileira* ao idioma falado no Brasil independente? Não há, sofisma que possa desvirtuar a resposta a semelhante pergunta.

c) Passemos, agora, aos argumentos gramaticais, os que, no caso, são de menor importância, aliás. Chegou-se a dizer, ainda há pouco tempo, da tribuna da Constituinte, que a *nossa língua* só deixará de ser a *portuguesa* quando fôr possível traduzir nesta as obras de Rui. de Machado de Assis, de Alencar, etc. Pretendeu-se, assim, discutir e tratar assunto de tal magnitude com um critério analítico de tamanho porte, que até parece propósito de pilheriar com coisas sérias. A inteligibilidade de uma língua, por indivíduos que não a falam ou escrevem, não é que lhe dá ou deixa de dar a feição de língua ou idioma autônomo. Valha, aqui, o depoimento do grande sábio Artur Neiva, quando, precisamente, opinando, nesta questão, sobre o mérito da mesma, aludia ao fato de serem menores as diferenças, léxicas e sintáticas, verificáveis entre o norueguês e o dinamarquês do que as reconhecíveis entre o *português lusitano* e o *português do Brasil*, o que não autoriza nenhuma voz a pretender que aqueles dois idiomas possam ser, acaso, considerados um só. A semelhança, pois e até mesmo a identidade da maioria do vocabulário; a similitude de uma parte da

991157

ANEXO J – Crítica de Antônio Loureiro de Souza sobre a obra poética *Luz*, de Altamirando Requião.



ANEXO L – Capa do catálogo de fotos da cidade de Salvador, produzido por Requião.



ANEXO M – Artigo de José Augusto Berbert que relembra polêmica de Requião com Igreja Católica.

Suplemento

O último excomungado

de José Augusto Berbert

... do professor Altamirando Requião não foi recebida com surpresa: ele tinha 96 anos, viveu muito mais que a maioria. Entretanto, a Bahia perdeu um dos seus ilustres filhos e seu desaparecimento foi muito lamentado. Ele ocupou altos cargos, foi um dos nossos melhores jornalistas, diretor do *Diário de Notícias* por mais de 30 anos, político de prestígio, deputado federal duas vezes, conselheiro do Tribunal de Contas, escritor consagrado com mais de 15 livros publicados por editoras nacionais, membro da Academia de Letras da Bahia, respeitado por todos que o conheciam. Teve adversários poderosos, quando dirigia seu jornal, agora vivia em paz com todo mundo, menos com o clero, que sempre o detestou por sua memorável luta contra o então arcebispo D. Augusto Alvaro da Silva.

Não posso dizer que fui seu amigo íntimo, a diferença de nossas idades era grande, ele 32 anos mais velho, mas nos dávamos bem e eu sempre o procurava, sendo muito bem recebido. Dizia que ele era o meu "repórter Esso", "a testemunha ocular da história", o que o fazia rir muito. Para mim, era uma fonte permanente de informações sobre coisas do passado e o entrevistava querendo seus depoimentos. Quando escrevia reportagens sobre fatos ocorridos aqui na Bahia, na primeira metade do século, nunca deixava de ouvi-lo, o bombardeio de Salvador em 1912, a campanha civilista de Roy Barbosa, a passagem do cometa de Halley, coisas semelhantes. Sua memória era prodigiosa e lembrava-se de tudo, mas, como excelente jornalista que nunca deixou de escrever as matérias, salientando os aspectos curiosos e picarescos. Gostaria que tivesse vivido

festear o centenário.

Tive com ele muitos pontos de aproximação. Quando Afonso Maciel Neto comemorou o Cinquentenário da ABI, publicando o notável livro *Cronologia da Associação Bahiana de Imprensa — 1930-1980*, nossos encontros se tornaram mais frequentes. Foi um dos fundadores da ABI e seu primeiro presidente, de 1930 a 1931, e renunciou para que Ranulpho Oliveira o substituisse, dando prova de desambição e desprendimento, como que antecipando que o nosso órgão de classe teria em Ranulpho seu grande presidente.

Afonso, igualmente outro grande presidente, o homenageou na ocasião, e, no livro, com a publicação de seu retrato. Eu o entrevistei para que contasse fatos pitorescos da fundação, está tudo no livro que Afonso Maciel publicou.

Como jornalista, foi polêmico, tinha coragem de denunciar o que achava errado e não escondia as notícias que os leitores deviam saber.

Em abril de 1935 deu manchete em seu jornal sobre o chamado *Escândalo dos Perdões*, quando, numa Sexta-feira Santa, o arcebispo D. Augusto Alvaro da Silva agrediu a superiora do Colégio dos Perdões, contando detalhadamente o que havia ocorrido, ouvindo a freira espancada, as meninas que estudavam no colégio, publicando fotos sensacionais. O arcebispo, que depois veio a ser nosso primeiro cardeal, o excomungou imediatamente. Isso, também, nos aproximava. Quando o procurava, Altamirando lembrava-me que papai fora excomungado por aquele mesmo escândalo. Como procurador geral do Estado (e da Justiça, naquele tempo), meu pai teve a hombridade de dar parecer contra o arcebispo, pedindo sua condenação. O parecer foi aceito pelos desembargadores, com apenas um voto contra, e o arcebispo foi condenado nesse primeiro julgamento. Depois foi absolvido, mas não foi coi-

sa séria, apenas manobras políticas, todos sabem disso.

— Seu pai deve-se orgulhar dessa excomunhão, como eu da minha, repelia sempre Altamirando Requião quando lhe visitava. Cumprimos nossos deveres, ele como magistrado, eu como jornalista, Jaime Junqueira Aires como advogado da freira.

Todos os excomungados, inclusive os desembargadores, passaram a ser detestados pelos padres, que viam neles verdadeiros demônios.

Foi testemunha de seu talento. Lembro-me quando Lafaiete Spinola tomou posse na Academia, substituindo meu pai, e anunciou que faria seu discurso em versos. Foi recebido por Altamirando, que, para surpresa geral, fez também toda sua saudação em versos alexandrinos, ofuscando o novo colega, poeta famoso. Aloisio de Carvalho Filho, ao meu lado, ficou maravilhado.

Como repórter, fui fazer cobertura de uma disputa na Academia, quando queriam anular a eleição de um candidato sulragado na urna. Altamirando levantou-se contra e foi

acusado por outro acadêmico de ser igual ao eleito, não merecendo ser imortal.

— Isso você diz agora, repeliu com energia. Quando foi em nossa casa pedir meu voto, para sua eleição, afirmou que só se consideraria eleito se merecesse meu apoio.

O outro calou-se e não disse nada.

Morrendo aos 96 anos, Altamirando era o decano dos acadêmicos, o mais velho dos conselheiros do Tribunal de Contas, o mais velho dos Constituintes de 46. E também o mais velho dos excomungados por D. Augusto. O mais velho e o último, todos os demais, naquela multidão que o arcebispo excomungou, desembargadores, jornalistas, magistrados, serventuários da Justiça, advogados e freiras, já morreram. Agora não há mais excomungados na Bahia, depois que o cardeal D. Avelar Brandão Vilela retirou nossa excomunhão por herança.

Altamirando Requião era imortal não só por pertencer à Academia de Letras da Bahia, mas por sua vida e por suas lutas. Nunca será esquecido.



ANEXO N – Altamirando Requião fala ao jornal *O imparcial* sobre o romance *O Baluarte*.

O IMPARCIAL – Sexta-feira, 16 de Agosto de 1940

DOIS SÉCULOS DE VIDA COLONIAL BAHIANA ATRAVÉS DO ROMANCE

**É O QUE NOS PROMETE ALTAMIRANDO REQUIÃO, OFER-
CENDO-NOS, PARA COMEÇAR, "O BALUARTE"**

O livro é uma ressurreição, animada, da



O autor d'“O Baluarte”, prof. Altamirando Requião, quando era ouvido por um redator d'O IMPARCIAL

Os nossos círculos intelectuais acham-se, há dias, informados de que o Prof. Altamirando Requião, dentro em breve, entregará ao público os originais de seu romance histórico *O Baluarte*, primeiro de uma série de dez, subordinada ao tema geral de *Os invasores* e toda ela consagrada a reviver fatos da história do Brasil.

Devia, seguramente, ser curioso saber-se, do próprio autor, o que representa ou significa o seu novo trabalho, calcado sobre assuntos inegavelmente interessantes, e foi sob esta intenção que nos servimos de um encontro, no “Palace Hotel”, para pedir-lhe alguns informes, a respeito.

**O QUE É O ROMANCE
“O BALUARTE”**

— É simples — diz o prof. Altamirando Requião — e trata do período que vai do século XVII até ao século XVIII.

primeiro quartel do século XVII e vai até ao fecho do século XVIII. Evidentemente, não me fôra possível enquadrar num só lance literário e num livro apenas cerca de deztoitenta décadas de História. Resolvi, por isso mesmo, dividir a tarefa em episódios diversos, cada qual no seu romance. A série é de dez volumes, todos, aliás, independentes uns dos outros, de maneira que o leitor poderá tomar conhecimento de qualquer deles, sem ter necessidade de se inteirar dos demais. O primeiro volume é *O Baluarte*, que será entregue amanhã aos editores.

— Julgamos que não seriam demasiadas ainda algumas minúcias. E, afinal, que é *O Baluarte*, em linhas de perspectiva literária e histórica, relativamente à ação nela desenvolvida?

— É a Bahia de 1793-1794, meu caro confrade, reconstruída, rigorosamente, com base nos documentos da época.

ANEXO O – Enquete realizada pelo jornal *O imparcial* (1942)

O IMPARCIAL — Domingo, 3 de Maio de 1942

O homem vive o seu destino..

“Minha infância foi de criança paupérrima” — “A primeira decepção que experimentei foram as calças compridas” —
 “Aquele conselho de Mendes Enxúndia decidiu os rumos do meu destino”

Responde a “enquete” d’ “O Imparcial”, o professor Altamirando Requião



O deputado federal, ALTAMIRANO DO REQUIÃO, entre os seus pares

Por mais que a vaidade de certos homens pretenda encobrir ou desfazer a existência de um destino, a presidir às cousas e os seres, nunca o conseguirá porque, a cada instante na vida, desde o ensaio dos primeiros passos de um “bebê”, até as últimas agulhas de um velho, essa força aí está, com a sua mão imensa e misteriosa que transforma tudo.

Homens de letras, estadistas, boêmios, cientistas, poetas, operários, gatuños, palhaços, milionários, assassinos, crápulas, delatores — todos vós sois obra do destino!

O destino que tanto coloca sorrisos felizes nos lábios dos namorados sonhadores, como lágrimas nos olhos das mulheres-mães que assistem dolorosamente, em soluços, à morte do filho idolatrado.

As surpresas do destino são tantas e tão variadas, que não nos é dado saber qual a emoção que nos espera na curva do caminho.

— Alegrias, tristezas, regosijos, decepções...

Assim é que “O Imparcial” inicia hoje, com o título acima, uma série de reportagens a cargo do nosso companheiro Walfrido Moraes, onde serão inqueridos homens que venceram e homens que rolaram na sargeta, vencidos na vida.

José Domingue Mendes, capitalista e filântropo, amigo de mérito, com o qual tinha negócios de diamantes e carbonatos. Mendes, espírito de rara vivacidade, apesar de muito gordo, pelo que era conhecido como Mendes — Enxúndia, entrou, de repente e a ponto de pegar-me com a pena no papel. Estacou. Olhou-me, desconfiado, aproximou-se, identificou o meu objetivo, pedindo-me as tiras de papel, e depois de as ler, com bonhomia, restituiu-me, sorrindo, num estímulo de que nunca me esqueci, em toda a minha vida: — “Você tem jeito para a coisa. O português está aleijado, mas a idéia é aproveitável. Vá estudar, menino, que a sua vocação é para as letras!”

Aquele conselho decidiu os rumos do meu destino. Quinze dias depois, regressava eu aos estudos, que deixara, e dos quais sairia laureado, em 1910.

— Qual o dia em que já sentiu maior satisfação?

— Foi naquele em que, do pleito de 14 de Outubro de 1934, saí eleito, em primeiro lugar, como representante da Bahia no Parlamento Nacional. E justifico-se perfeitamente, a minha satisfação imensa, sem dúvida, a maior da minha existência, reconhecendo a alta prova de confiança e de apreço que me conferiam os meus concidadãos.

— Como recebeu a sua primeira decepção?

— É fácil fazê-lo. Foi quando vi satisfeitos os meus desejos de usar calças compridas. Eu tinha nove anos. Assim que me enganei com a nova indumentária, corri ao espelho, um espelho comprado, que havia em nossa casa... Não sei se foi por falta de costume, porém, a verdade é que me achei horripilante, com duas pernas enormes, que pareciam não ter fim. Francamente, decepcionel-me!

— Quando começou a trabalhar e que sensação sentiu, ao receber o primeiro dinheiro do seu esforço?

— Comecei muito cedo a lutar pela vida. O primeiro dinheiro que, assim, adquiri foi ensinando português a um menino da vizinhança, pela contribuição modestíssima de 6\$000 mensais, isto em 1909. Quando recebi o pagamento inicial, tive a impressão de que aquele dinheiro nunca mais acabaria... Pobres 6\$000! No dia imediato foram-se, por inteiro, num livro de pedagogia...

— Tem saudades de sua meninice?

— Não. É estranho, dizer-lho, porém, para que me sirva? Minha infância foi um ináncia de criança paupérrima, e minha meninice — se é lícito distinguir meninice de infância — atinou



Anexo Q – Entrevista com Altamirando Requião

FALAM OS ESCRITORES

ALTAMIRANDO REQUIÃO TRANSPÕE OS UMBRAIS DA IMORTALIDADE

Ouvindo o autor de "O Baluarte" no dia da sua posse na Academia Bahiana de Letras – O jornalista em gozo de licença prêmio – Os próximos Livros

Hoje, á noite, no salão nobre da Faculdade de Medicina, realizar-se-á a sessão solene da Academia de Letras da Bahia, para empossar o novo academico Prof. Altamirando Requião, eleito, em 20 de Agosto proximo passado, para substituir o saudoso Moniz Sodré, na cadeira nº 10ª, vacacionada pelo cons. José Lima Coutinho. Dada a série de circunstancias que rodeiam esse acontecimento cultural de nossa terra, e que dizem respeito não só á pessoa do veipiendario, porém, igualmente, do recepcionante, o eminente Prof. Pinto de Carvalho, cujo discurso de saudação áquele está ansiosamente esperado, prevê-se, geralmente, que a reunião, de logo mais, na Academia, constitua fato de grande realce, na vida da sociedade bahiana.

Ao que estamos informados, comparecerão, pessoalmente, á solenidade todas as autoridades estaduais e federais, com suas Exmas. Famílias, inclusive os Exmos. Srs. Comandantes da 6ª Região Militar, do 19º B. C. e da 17ª Circunscrição do Recrutamento, respectivamente, coronéis Renato Onofre Pinto Aleixo, João de Segadas Vianna e Fernando Lopes da Costa.

C PROGRAMA

O programa da solenidade será o seguinte:

I — Marcha Militar — Schubert.

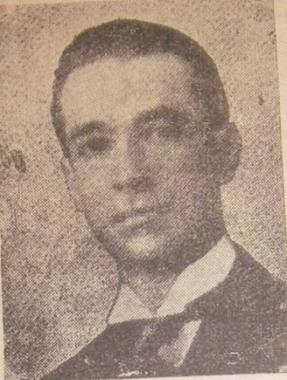
II — Abertura da Sessão — Pelo dr. Carlos Ribeiro.

III — Serenata — Schubert.

IV — Discurso — Pelo academico Pinto de Carvalho.

V — Marcha Nupcial — Mendelson.

VI — Discurso — Pelo novo



PROF. ALTAMIRANDO REQUIÃO

academico Prof. Altamirando Requião.

VII — Noite de Alegria! — Ancliffe. Orquestra sob a regencia do Maestro Camerino Sales.

VIII — Encerramento.

FALA-NOS O ANTIGO CONFRADE

Seria, porém, interessante, ouvir algumas palavras do novo academico, a proposito de sua entrada para o mais alto gremio de letras do Estado e da longa vida literaria que tem tido, pois que já em 1908 o seu nome aparecia nos jornais, assinando produções em prosa e verso.

Encontramo-nos, assim, ontem, á tarde, com o Prof. Altamirando Requião, e pedimos-lhe que resumisse, para o "DIARIO DA BAHIA", algumas notas impressio-nistas, sobre tal objetivo.

O antigo colega de imprensa não se recusou ao nosso convite. Compreende ele, muito bem, o dever do jornalismo, como jornalis-

ta que foi e que é; e sabe, quanto vale o dom da oportunidade, em todas as ocasiões, para o bom e fiel desempenho das nossas funções de informantes do publico.

Como eu, portanto, a falamos, da maneira que se segue:

— Foi o jornalismo, por sua própria conta, meu querido confrade, o responsavel pelo retardamento de minha entrada na Academia. Desde 1920 ou 1922, que eu deveria ter apresentado a minha candidatura do cenaculo criado por Arlindo Fragoso. Entretanto, a intensidade e a vibração da vida de imprensa não me consentiram a realização desse passo. De 1915 a 1939, ou fosse durante quase um quarto de século, escrevi artigos e crônicas aos milhares, que encheriam, talvez, setenta volumes de 400 paginas. Sustentei uma dúzia de campanhas formidaveis, algumas das quais, por pouco, iam levando-me ao sacrificio. Fui arrastado, algumas vezes a polemicas terriveis, que fizeram trepidar a opinião. Den-tro de tudo isto cercado pelo ruído metalico dos linotipos e pelo rugido de uma impressora anciana, consegui escrever um livro de versos (Luz), um livro de critica po-ligráfica (Conciencia e Liberdade), um romance de vida setecentista (Brutos e Titans), um livro ou album de crônicas liricas (Orosais de meu amor), um livro de reflexões morais e filosoficas (Meditações e Confidencias), um livro de novelas (Visões fidaigas e plebéas) e um drama historico em dois atos, publicado, em rodapé do "Diario de Noticias" (O Herói). Não me sobrou tempo, entretanto, para pensar, efetivamente, numa candidatura á Academia, não obstante os convites que recebi, em tal sentido. Logo, todavia que me libertei do grave onus que me pesava, nos ombros, e que entreli a gosar esta especie — sinão de aposentadoria ao menos de licença

Anexo R- Artigo publicado no jornal *O Imparcial*



Página 4

“O IMPARCIAL”

Complementos da legislação social

Na realidade das obras de assistência social que se continua a maior força de equívoco das classes, no século atual, que encorajou o ambiente coletivo, mas todo o mundo conturbado, contudo, pela disseminação dos crimes da discórdia e da destruição, do desregramado a instituições sociais, em nome da liberdade individual.

Memo na fase primeira da implantação dos regimes que obedecem a diretriz libertária, registram-se fatos que valem por uma grande lição.

Uma das maiores que a História da Humanidade nos pode ensinar. Os próprios alarques humanos dos então novos princípios (antagônicos nos dias presentes) foram tragados pela violência dos desgramados. Alá, naquela época, o estado era resultado natural de fase precedente. A justiça, sucedeu o novo conceito da liberdade, sob os auspícios da Ordem. Estado.

Intenciona-se a febre do materialismo. As tentativas desastrosas, emprestavam-lhe os argumentos buscados nos arcaísmos de lógica. Os espíritos obscuros formaram o vocero imbeciente e grosseiro. Ação e cenário.

Os gentílicos criados porém, reagiu. E veio o tempo, em tempo.

O Estado Nacional, embuído desse espírito ardido peculiar ao povo brasileiro, vem realizando no tocante à assistência social, uma obra de notável importância. Pode-se dizer mesmo que a base do nosso atual regime está na defesa das classes, por intermédio desta obra. Amparo aos desprotegidos da sorte, justiça e equidade, para todos. Defesa dos interesses de cada qual, mas de modo que a colisão seja evitada, para a continuação da marcha ascendente do progresso e para equilíbrio da vida social.

A habitação e o alimento, por exemplo, são dois assuntos, que envolvem, em qualquer programa de assistência social.

E não vêm sendo levados, na devida consideração, pelo Estado Nacional. Assim, dentro de se operaria uma existência que, na sua necessidade, possa assegurar-lhe bem estar e a felicidade do seu lar, chegar-se a grandes estabelecimentos. Mantém-se as influências perniciosas, influências que se adquiriram fora do lar e não encontram eco, principalmente porque a

PELA ORDEM

UMA RELIQUIA HISTORICA!

Lemos, há algum tempo, que os móveis do grande criador suíço francês Bonnet, designado, pelo seu gênio e pela sua eloquência, de *Atas de Aroux*, foram adquiridos pela municipalidade de Dijon, e figuram, hoje, num dos famosos museus de Paris. Por outro lado, ninguém ignora o que ocorre, de referências a objetos pertencentes, nos dias atuais, ao patrimônio nacional dos povos mais avançados do mundo, e que foram utilizados, outrora, pelos seus grandes homens, tornados célebres nas letras, nas artes, nas ciências, na guerra e na administração pública. Na legislação guardam-se, com perfeita reverência, em coleções preciosas, lembranças, bem conservadas, de Bacon e de Cromwell, de Lord Byron e de Lord Chatham, de Shelley e de Nelson. Na Alemanha pode, ainda, ser visitada a casa em que nasceu o formidável autor do *Fuente*, em Francfort sobre o Meno; na Rússia, o mesmo se verifica, em relação ao admirável poeta da *Revolution Literária*. E, na fria Noruega, há dez anos atrás, foi adquirida, por soma fabulosa, um banco de mármore, em que Henrik Hesen, o célebre dramaturgo da *Casa de boanca* e de *Hedda Gabler*, costumava repousar, nas suas sessões.

Não pretendermos ir, aliás, tão longe daqui, pois, em alguns casos, temos abdicado, também, cumprir o nosso dever, no particular, ora em apuro. A casa de Ruy é um exemplo, com a iniciativa, primitivamente tomada pelo jornal *A Tarde*, no sentido de adquiri-la, em nome da cidade, e, depois, adotada pela Prefeitura, com os melhores propósitos de homenagem ao imortal brasileiro. O sino que, durante larga fase de

O IMPARCIAL - Domingo, 17 de Novembro de 1946

REGISTRO INTERNACIONAL

LA CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES NA ALEMANHA

SERVIÇO ESPECIAL DA RDV (ALEMÃO)

Grupo de pequenas casas construídas em um bairro de Berlim. O projeto prevê um programa de construção de habitações populares em toda a Alemanha. O projeto prevê um programa de construção de habitações populares em toda a Alemanha. O projeto prevê um programa de construção de habitações populares em toda a Alemanha.

Ademais, com franqueza, (e não no viú e mínimo intuito de crítica a ninguém), é curial que uma cadeira digna espelhe a legitimidade, pelos céus, como tendo sido do Padre Antônio Vieira, e, como tal, mandada e admirada, na dominância do culto a um pro-homem, não esteja no condício de qualquer assento comum, para o trato das atividades e necessidades de quem quer que seja.

Vai, pois, daqui, um apelo, resposivo, justo e sincero, à Mitra habitar, para que o seu alto discernimento, pondera, naturalmente, a questão, neste momento, venturosa. De um entendimento, fazedouro, entre o espiritual e o temporal, no seio do Eucariótico. Se o Arcebispo Primaz com o Governo do Estado, bem poderia resultar a solução definitiva do problema, e, dentro em breve, todos nós teríamos a satisfação de ver aquela obra de misericórdia reconstruída no sítio que lhe cabe, demonstrativo de nossa entranhado zelo por um espírito, que se celebrizou, no conceito de toda Humanidade, como o mais gigantesco verto do planeta, em língua portuguesa!

NOTAS ECONOMICAS

O carvão nacional e a sua aplicação na indústria siderúrgica

A Bacia Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina, cuja reserva são avaliadas em quinhentos milhões de toneladas, tem sido, até o presente, apenas arranhada, visto a exploração das suas diversas minas serem 150.000 toneladas de carvão por ano.

Essa tonelagem é relativamente pequena, comparada com a capacidade de produção do Estado do Rio Grande do Sul. As razões apresentadas pelas diversas companhias carvoeiras de Santa Catarina, para justificarem o pequeno volume de produção são falta de transporte ferroviário e falta de aparelhamento portuário. Essas duas dificuldades serão, muito breve, removidas.

SERVIÇO ESPECIAL DA RDV (ALEMÃO)

O Partido Alemão na Eslováquia encaminhou a construção de medidas de proteção com raios X para benefício de crianças tuberculosas. Tomou por base esta necessidade, partido dos resultados obtidos dos exames feitos pelos Postos Oficiais do Reich, postos à disposição para tal. Por enquanto, 120 crianças tuberculosas de ascendência alemã de Presburg, e de Deutsch-Pröben, foram alojadas na Alta-Tatra para tratamento.

“BANDEIRANTES”

Comemora, hoje, o 15.º aniversário de sua fundação, a Associação dos Vaqueiros, órgão da laboriosa classe dos caixeiros viajantes entre nós.

Entre milhares de sua atuação, pelo efeito dos elogios de sua atuação, no interior de todo o país, receberam merecidamente o cognome de bandeirantes. Eles percorrem as regiões mais afastadas do Brasil, lutando

NÃO ESTA CERTO...

A praça onde se acha a estação ferroviária da Calçada, não tem nome. Se, de fora, quem endereçar qualquer comunicação para casa comercial, ali, terá que servir-se de um crenômio explicativo, porque nome oficial a praça não tem. NÃO ESTA CERTO.

Aliás, atualmente o largo da estrada de ferro apresenta até aspecto modernizado. O seu batismo, pois, é uma necessidade. É fácil de satisfazer-se. Basta colar-se uma placa com uma inscrição, como, por exemplo: “Praça da Leite”. Assim, sem nome é que “NÃO ESTA CERTO”.

Hospitais de Campanha, da província de Westphalia, já exibiram semelhantes “carra-